

ATA NÚMERO UM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Pavilhão Municipal de Barcelos, reuniu, pelas nove horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação da ata da sessão de dezanove de dezembro de dois mil e vinte;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte e um;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Barcelos para as Juntas de Freguesia;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de duas parcelas de terreno, uma com a área de quatrocentos metros quadrados e outra com a área de cento e vinte e cinco metros quadrados, sitas na freguesia de Abade de Neiva;-----

-----Ponto seis – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Catarina Marina Faria Duarte, Catarina Sofia Martins de Sá, Cristina do Rosário Gomes Brito, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, João Pontes da Silva, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, José Sousa Carvalho, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Maria da Silva Oliveira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tomé Francisco Lopes Faria, Vasco André Gomes de Deus Real.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Francisco de Assis Real Tomé, Ilídio Morais Rodrigues, Isaías da Silva



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Macedo Gomes, Joana de Macedo Garrido Fernandes, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Barbosa Dantas, Jorge César Fernandes da Silva, Liliana Carina Barreiro Faria, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Marina do Céu Miranda Coelho, Natalina de Sá, Rosa Ângela Fernandes Macedo.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito bom dia a todos!-----

-----Como já temos quórum, vamos então dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Barcelos de treze de fevereiro de dois mil e vinte e um.-----

-----Quero, em primeiro lugar, apresentar os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, às Senhoras Vereadoras e aos Senhores Vereadores, às Senhoras e aos Senhores Deputados, ao Público, aos Senhores Jornalistas e aqueles que também assistem a esta Assembleia pela via *Web*, hoje com algumas melhorias ao nível tecnológico, que se tornará com toda a certeza mais visível e mais transparente e de maior qualidade as intervenções dos senhores deputados e o desenrolar dos trabalhos da mesa.-----

-----Antes de iniciarmos a abordagem da ordem do dia, quero informar que a mesa recebeu por parte do senhor presidente da Câmara um pedido de introdução, por razões de urgência, na ordem de trabalhos desta Assembleia de uma proposta aprovada ontem na reunião extraordinária do executivo municipal, de autorização de aquisição de terrenos para a implantação do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades.-----

-----E também por consenso de todos os líderes dos grupos municipais a introdução de um voto de pesar pelo falecimento recente do senhor Comandante Honorário José Quinta, dos Bombeiros Voluntários de Barcelos.-----

-----Estas duas propostas para serem admitidas na ordem de trabalhos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessitam da expressão de vontade dos senhores deputados. E nessa matéria iria, em primeiro lugar, perguntar aos senhores deputados se se opõem à introdução do voto de pesar a que eu fiz referência.-----

-----la pedir aos senhores deputados que estão contra o favor de se levantarem.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Então foi por unanimidade admitido este voto de pesar para leitura e votação.-----

-----Relativamente ao outro ponto da discussão da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a aquisição do bem imóvel com a área de cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados destinado à implantação/construção do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades, por um valor não superior a quatro milhões de euros, eu ia perguntar também aos senhores deputados:-----

-----Quem vota contra a admissão e inclusão na ordem de trabalhos desta proposta?-----

------(Três: dois do BE, um do PCP)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Portanto, o aditamento desta proposta foi admitido porquanto, nos termos da lei e do regimento, são necessários dois terços dos membros da Assembleia Municipal e, como tal, este ponto será discutido e votado no momento próprio e a mesa atribui a este ponto o ponto seis, passando o ponto seis, que é o de apreciação da informação escrita do senhor presidente da Câmara, a ponto sete.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Com estes esclarecimentos, iríamos então dar início aos trabalhos e começaríamos no período de antes da ordem do dia pela leitura e votação do voto de pesar. E ia então pedir a vossa atenção para a leitura que vai ser feita pela secretária da mesa.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – “Voto de Pesar pelo falecimento do Comandante Honorário dos Bombeiros Voluntários de Barcelos, José Luiz Sousa Ribeiro da Quinta.-----

-----Faleceu no pretérito dia onze do corrente mês de fevereiro, José Luiz Sousa Ribeiro da Quinta, Comandante Honorário dos Bombeiros Voluntários de Barcelos.-----

-----Hoje em dia, praticamente todas as grandes causas contam com o trabalho conjunto de diversas personalidades que, de uma forma singular, dão tudo de si em prol de objetivos comuns.-----

-----O crescimento e desenvolvimento da Centenária Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barcelos em muito se deve aos inúmeros contributos, mas é, no entanto, merecedora de destaque a ação e obra do Senhor Comandante Honorário José Luiz de Sousa Ribeiro da Quinta que, ao longo de mais de quatro dezenas de anos, integrou o Corpo de Bombeiros de Barcelos, trinta e três dos quais no Comando, dezassete como Segundo Comandante e dezasseis como Comandante.-----

-----Assumiu o cargo de Segundo Comandante do Corpo de Bombeiros no ano de mil, novecentos e oitenta e quatro, onde muitos anos estive à frente dos destinos, como Comandante, desenvolvendo um notável trabalho que se traduziu numa indiscutível mais-valia para a dignificação e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros de Barcelos e, conseqüentemente, da sua Associação Humanitária. Foi um Comandante a tempo inteiro, capaz de traçar objetivos ambiciosos e de prosseguir determinado no seu alcance.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Além disso, durante mais de vinte anos exerceu também funções na Direção desta Centenária Associação Humanitária, onde desempenhou um papel exemplar de elo de ligação entre os Órgãos Sociais, Associados e o Corpo de Bombeiros.-----

-----Com o seu arrojo, tenacidade e uma generosa entrega desprendida de quaisquer benesses ou recompensas, e ainda e sempre em perfeita sintonia com a Direção, foi possível operar grandes transformações no seio do Corpo de Bombeiros desta Centenária Associação Humanitária.-----

-----Se, por um lado, demonstrou, desde logo, preocupação primordial em encontrar equilíbrio económico-financeiro, por outro, merece destaque a preocupação demonstrada em garantir todas as condições para que o Corpo de Bombeiros pudesse ter ao seu dispor espaços adequados para o exercício das suas funções (camaratas masculinas e femininas, sala de convívio, sala de formação, parque de viaturas, central telefónica e veículos com equipamentos adequados ao exercício das missões).-----

-----Pela gestão que imprimiu ao Corpo de Bombeiros, pela dedicação humana com que a serviu, pela empatia que criou com todos os Bombeiros, pela dignidade que lhe transmitiu, pela obra excecional prestada, o seu nome ficará, por certo, para sempre gravado a letras de ouro.-----

-----O Senhor Comandante Honorário José Quinta, revelou uma ilimitada dedicação à causa da Centenária Associação Humanitária, pelo que Barcelos lhe deve um expressivo reconhecimento por toda a sua dedicação e pelo valor e mérito do trabalho relevante prestado à causa dos Bombeiros.-----

-----Destacam-se da sua biografia:-----

-----Nasceu na Freguesia de Perelhal, do Concelho de Barcelos, a vinte de maio de mil, novecentos e cinquenta e um.-----

-----Pela mão do Segundo Comandante de então, António José de Sousa



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Costa, é admitido como Aspirante no ano de mil, novecentos e setenta.-----

-----Depois de concluída a Escola de Instrução foi promovido a Bombeiro de Terceira Classe em cinco de novembro do ano de mil, novecentos e setenta e três e a Bombeiro de Segunda Classe em sete de junho de mil, novecentos e oitenta e dois.-----

-----Decorria o ano de mil, novecentos e oitenta e quatro, quando a sete de fevereiro é promovido a Segundo Comandante, categoria que ocupou durante dezassete anos.-----

-----É depois nomeado Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Barcelos.-----

-----Foi responsável por toda a Gestão Operacional das Comemorações do Centenário dos Bombeiros Voluntários de Barcelos (mil, novecentos e oitenta e três).-----

-----Participou em todos os Congressos Nacionais, desde que assumiu o Quadro de Comando do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Barcelos (mil, novecentos e oitenta e quatro/dois mil e dezassete).-----

-----Foi Delegado Distrital para Instrução, Manobras e Desporto da Federação dos Bombeiros do Distrito de Braga, no biénio mil, novecentos e oitenta e sete/mil, novecentos e oitenta e oito.-----

-----Figurou como elemento da comissão executiva, do vigésimo oitavo Congresso Nacional dos Bombeiros Portugueses, realizado em Barcelos no ano de mil, novecentos e oitenta e oito.-----

-----Levou a efeito, no ano de mil, novecentos e noventa e sete o décimo Encontro Nacional dos Bombeiros do Quadro Honorário, realizado em Barcelos.-

-----Fez parte dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barcelos como Vogal da Direção nos biénios mil, novecentos e noventa e sete/mil, novecentos e noventa e oito, dois mil e três/dois mil e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro, dois mil e cinco/dois mil e seis e dois mil e sete/dois mil e oito e como Vice-Presidente da Direção desde o ano de dois mil e dez.-----

-----Ao longo da sua carreira como Comandante recebeu várias condecorações, o que muito honra os Bombeiros e as gentes de Barcelos, a destacar:-----

-----Medalhas da Liga dos Bombeiros Portugueses de cinco, dez, quinze e vinte Anos de Assiduidade, Medalha de Dedicção pelos vinte e cinco Anos de Bom e Efetivo Serviço, e Medalha de Ouro de Trinta Anos de Bons Serviços;-----

-----Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro, da Liga dos Bombeiros Portugueses (mil, novecentos e oitenta e oito e dois mil e cinco);-----

-----Medalhas da Associação dos Bombeiros Voluntários de Barcelos de cinco, dez, quinze Anos de Assiduidade, Medalha de Prata de vinte e vinte e cinco Anos de Bons e Efetivos Serviços e Medalha de Ouro de Trinta Anos de Bons e Efetivos Serviços;-----

-----Agraciado pelos Bombeiros Municipais de Pontevedra (Espanha);-----

-----Medalha de Ouro da “La Cofradía de Nuestro Padre Jesús del Silêncio de Vigo – Espanha (dois mil e dois).-----

-----Ao longo do tempo a faceta do Comandante José Quinta não difere do perfil do Homem. Traça um programa de ação e executa-o, projeta e avança, tolerante, mas determinado e voluntarioso, estudioso dos problemas, apresenta soluções, mas, consulta, ouve opiniões, lança-as na mesa, para, superando as tendências, encontrar a decisão certa e consensual.-----

-----Também como Barcelense empenhado participou ativamente noutras Instituições Barcelenses, como a Santa Casa da Misericórdia e Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, exercendo nestes cargos importantes e contribuindo igualmente para o prestígio das mesmas e de Barcelos.-----

-----Por isso, a Assembleia Municipal de Barcelos, na sua reunião ordinária de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

treze de fevereiro de dois mil e vinte e um, delibera aprovar um Voto de Pesar pelo recente falecimento do Comandante Honorário José Quinta, apresentando aos Bombeiros Voluntários de Barcelos, àquelas demais Instituições Barcelenses e à sua Família as mais sentidas condolências, também com o reconhecimento por Barcelos do legado por ele deixado, guardando um minuto de silêncio.-----

-----Barcelos, em treze de fevereiro de dois mil e vinte e um.-----

-----Os Deputados Municipais”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Este voto de pesar é subscrito por todos os grupos municipais, ou seja, em representação de toda a Assembleia Municipal, e necessariamente eu tenho que colocar à votação.-----

-----la pedir aos senhores deputados que votam contra o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade e ia pedir a todos para se levantarem e guardarmos um minuto de silêncio.-----

------(Guardou-se um minuto de silêncio)-----

-----Prestada esta merecida homenagem, vamos então prosseguir com os trabalhos desta Assembleia com o período de antes da ordem do dia de sessenta minutos, em que hoje pertencerá a primeira intervenção ao CDS. Faz favor, senhor deputado José Manuel Cardoso.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Barcelenses.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A Câmara está a ser governada há quase doze anos pelo Partido Socialista, sob o comando do presidente Miguel Costa Gomes.-----

-----Em dois mil e nove, muitos acreditaram que os ventos de mudança tinham chegado, outros até ficaram convencidos que o vinte e cinco de abril aconteceu em Barcelos, a democracia tinha chegado finalmente!-----

-----Foi afirmado que se ia acabar com os pedidos de chapéu na mão, que todos seriam tratados por igual, refiro-me principalmente do tratamento aos presidentes de junta.-----

-----Anunciaram-se grandes projetos para Barcelos.-----

-----Quem não se recorda do Plano Estratégico de Barcelos para a década?----

-----Quem não se recorda da promessa de baixar o preço da água?-----

-----Da Cidade Têxtil?-----

-----Do Gabinete de Investimentos para Barcelos?-----

-----Fruto do ainda estado de graça e com o MIB a concorrer, o PS ganha novamente as eleições autárquicas de dois mil e treze, mas logo depois começaram as divisões no executivo, o que originou que as eleições de dois mil e dezassete o PS perdesse a maioria, com o BTF – a ala dissidente do PS – a ir buscar grande parte do seu eleitorado ao Partido Socialista.-----

-----Nestes quase doze anos de governação camarária, nos quais teve oito anos de Governo socialista, do engenheiro José Sócrates e do doutor António Costa, os barcelenses esperavam muito mais na concretização das promessas efetuadas em dois mil e nove, dois mil e treze e dois mil e dezassete.-----

-----Não basta sempre invocar a transferência de competências e duplicação do envelope financeiro para as juntas de freguesia como a grande obra do regime e do desenvolvimento do concelho.-----

-----Por muito respeito e que o temos para com os senhores presidentes de junta, o município também tem outras necessidades para acompanhar o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento. E nem com os oito anos de Governo socialista este executivo teve a sorte ou arte de poder conseguir para Barcelos mais e melhor e ver resolvido os seus problemas.-----

-----Não se resolveu a questão da água!-----

-----Não se resolveu a construção do hospital!-----

-----Não se concretizou o fecho da circular!-----

-----Não se dinamizou o Rio Cávado!-----

-----A delonga das obras começadas.-----

-----Foram doze anos de oportunidades perdidas. Foi tão pouco para de quem se esperava tanto!-----

-----Foram antes doze anos de: querelas políticas do próprio Partido Socialista; trapalhadas; casos; ausência de planeamento; um percurso em formato ziguezague. Enfim, um desnorte!-----

-----O executivo socialista também viu sempre na oposição uma força de obstáculo, nunca conseguindo extrair dela as boas ideias e os bons contributos para a construção de um Barcelos melhor. Preferiu antes desvalorizar as suas qualidades e atacar só porque entende que o que é da oposição não interessa, logo não serve!-----

-----Da parte do CDS sempre dissemos que seríamos uma oposição atenta, construtiva, frontal, que nunca seríamos um entrave e que estamos sempre disponíveis para ajudar a resolver as dificuldades do município.-----

-----Foi sempre assim ao longo destes anos.-----

-----Basta ver os nossos contributos para os sucessivos orçamentos do município. Como também as propostas por nós apresentadas nesta Assembleia e nas reuniões de Câmara. Quase nada foi considerado por este executivo.-----

-----Houve um contributo nosso que foi aproveitado. Mas, por paradoxo que seja, o nosso contributo em forma de proposta, submetida a votação nesta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia, foi chumbada pela maioria socialista, para depois o executivo a apresentar e executar, só para dizer que foi uma ideia e obra sua. Estou a referir-me à criação da rede de transportes urbanos de Barcelos.-----

-----Bastaria que este executivo socialista agarrasse mais os nossos contributos e Barcelos estaria hoje muito mais desenvolvido, muito mais rico e com menos problemas.-----

-----O Partido Socialista tem de perder o complexo de ver a oposição como os “outros”, aqueles que estão sempre no contra, que são um obstáculo ao progresso da nossa terra. Isto é revelador de uma fragilidade democrática e de uma grande sobrançeria.-----

-----Nós também gostamos de Barcelos!-----

-----E queremos o melhor para todos!-----

-----E é com a crítica e a dialética que se constrói uma pólis mais próspera e solidária!-----

-----Mas já verificámos que o PS não consegue conviver de forma saudável com a oposição. E quem fica a perder são os barcelenses!-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----Faltam poucos meses para as próximas eleições autárquicas. Será entre a segunda quinzena de setembro e a primeira quinzena de outubro. Embora já se fala que possa ser prolongado este calendário até à primeira quinzena de dezembro por causa da pandemia que estamos a viver.-----

-----Já todos percebemos que nestes doze anos de executivo do Partido Socialista os grandes problemas ficaram por resolver e o executivo que vier a seguir assumirá toda esta carga de responsabilidade.-----

-----O Partido Socialista teve muitos anos de palco e não soube representar com garra, com ambição, com capacidade para dar aos barcelenses um concelho mais rico, com mais qualidade de vida, com infraestruturas e obras de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um município moderno, dinâmico, atrativo. Nem tão-pouco conseguiu tirar mais-valia da sua maior riqueza: que são as suas gentes!-----

-----E agora?-----

-----Agora é hora de toda a oposição pensar na responsabilidade do desafio que é de evitar que o Partido Socialista ganhe outra vez as eleições autárquicas!-----

-----E que no meu entender é perfeitamente alcançável.-----

-----Reparemos: o Partido Socialista ganhou, mas não teve maioria, só elegeu cinco vereadores e a oposição seis.-----

-----Se a lei eleitoral para as autárquicas fosse igual à lei eleitoral para a Assembleia da República tenho quase a certeza de que quem estaria a governar era a coligação PSD/CDS com o BTF ou com o apoio deste na vereação.-----

-----No próximo ato eleitoral há uma grande oportunidade para a atual oposição vencer as eleições e acabar com a política fracassada e sem rumo do Partido Socialista.-----

-----Oportunidade para resolver de vez o problema da água!-----

-----Oportunidade para concluir o fecho da circular!-----

-----Oportunidade para trazer mais investimento e mais emprego!-----

-----Oportunidade para criar mais espaços verdes e zonas de lazer!-----

-----Oportunidade para requalificar a Central de Camionagem!-----

-----Oportunidade para levar água e saneamento a todos os barcelenses!-----

-----Oportunidade para aproveitar e executar todas as candidaturas aos mais variados projetos, com financiamento da União Europeia!-----

-----Oportunidade para melhorar o meio ambiente!-----

-----Oportunidade para dar ainda mais competências às juntas de freguesia!-----

-----Oportunidade para valorizar a nossa cultura, património, rio, desporto!-----

-----Oportunidade para tantas e tantas coisas!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em conclusão:-----

-----A maioria dos barcelenses estão ansiosos que acabe esta letargia e desejam uma profunda renovação do executivo.-----

-----Os dados estão lançados!-----

-----E as forças vivas da oposição têm a obrigação e a responsabilidade de saber interpretar todas as variáveis para encontrar a melhor solução para derrotar o Partido Socialista nas próximas eleições.-----

-----O CDS tem a perfeita consciência deste desafio!-----

-----Disse.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----la fazer um apelo aos senhores deputados para respeitarem os seis minutos de intervenção, dada a dificuldade que temos em gerir a agenda em tempo útil.-----

-----Passaria agora a palavra ao senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Bloco de Esquerda que apresentou uma moção “*Pela reposição das freguesias*”. Portanto, peço a vossa atenção também para a defesa desta moção. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e todos quanto nos veem e ouvem via *Web*.-----

-----O Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia uma moção sobre um tema que está na ordem do dia, tem estado com alguma efervescência política enquanto decisões de quem tem o direito de as fazer. E é acima de tudo, por um lado, uma consideração daquilo que são as freguesias, consideradas o nível



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autárquico de base como autarquias locais, aliás, consagradas no artigo duzentos e trinta e seis, e é a primeira linha, a primeira imagem do Estado. E é esta respeitabilidade que tem que existir em relação às freguesias. Elas têm umas raízes profundas. Se fizermos um historial muito recente vê-se que em mil, novecentos e dezasseis passaram exatamente para juntas de freguesia, que até aí eram muito ligadas à igreja, eram juntas de paróquia, e têm no Estado Novo um revés porque na realidade o poder centralista não distribuía esse poder. Portanto, as freguesias eram um pouco os comissários do poder central, mas com o vinte e cinco de abril dá-se sem dúvida alguma a democratização deste poder local e a consagração deste poder local. E isso é um aspeto que importa realçar e que importa criar como imagem da importância que têm as freguesias.-----

-----Acontece que em dois mil e treze, fruto de um Governo da *troika* e em função do memorando de entendimento, nós temos o maior ataque que alguma vez foi feito em democracia àquilo que é o poder local e concretamente às freguesias, com o corte imenso do número de freguesias que levou nomeadamente à redução, por exemplo, de vinte mil eleitos no país. A retirada do espaço democrático que as freguesias representam e na altura representavam naturalmente e continuam a representar, mas que têm com esta lei um revés enorme daquilo que foi, por exemplo, no nosso concelho o mais afetado em número. Quando se diz que perdemos vinte e oito freguesias, ou que deixaram de existir vinte e oito freguesias, não é verdade porque, na verdade, passamos a ter dezoito uniões e somente quarenta e três freguesias autónomas. Portanto, há que fazer também esta análise mais refinada à situação e àquilo que provocou.-----

-----Mas, para além disso, um facto indesmentível: é que nada daquilo que era dito como sendo a razão desta reforma foi conseguido e foi alcançado.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, hoje parece-me que já ninguém defende esta reforma administrativa feita a régua e esquadro a partir dos gabinetes sem qualquer sentido e sem qualquer tipo de interpretação no terreno daquilo que estava a ser feito. E é isso que – digo eu, creio eu – já ninguém defende, nem os seus patronos, na altura PSD/CDS. Pelo menos da parte do PSD tenho ouvido isso, o CDS tem algumas reservas, mas na verdade, de uma forma geral, ninguém defende esta reforma e é necessário alterá-la. E é aqui que entra muito daquilo que é a nossa crítica. Porque o Partido Socialista, logo em dois mil e quinze, disse e escreveu no seu programa que era necessário fazer a reversão desta situação, admitindo que tinha sido um erro tremendo ter feito aquela reforma e que não havia qualquer justificação. Acontece que desde dois mil e quinze até dois mil e vinte nada foi feito por razões várias: porque eram as autárquicas, porque eram as legislativas, porque havia outras prioridades, porque era o processo de descentralização que estava em causa. Durante este ano de dois mil e vinte várias vezes a senhora ministra da tutela disse que estava para sair a legislação, acontece que sai a legislação aprovada em Conselho de Ministros a vinte e dois de dezembro e entra na Assembleia da República a vinte e oito de dezembro. E entra com um preceito que é dizer-se de imediato que entra fora de tempo no tempo que era necessário, que é nas próximas autárquicas. Isto é inaceitável que se tenha feito! É um desrespeito por quem tem lutado por uma causa tão justa quanto é a recuperação da sua freguesia. E não é admissível que haja este comportamento da parte, neste caso concreto, do Partido Socialista a nível nacional, no sentido de quando entrega uma proposta de lei ela, tal qual está montada e tal qual está criada, não é exequível num tempo próximo que seja capaz de satisfazer aquilo que são as vontades naturais de que nas próximas autárquicas haja essa mesma alteração. E isso é algo com o qual nós somos imensamente críticos. Porque, por um lado, é preciso reparar um vazio legal que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existe, um vazio legal no sentido de não ser possível ao momento a criação de novas freguesias, mas é preciso reparar um outro erro que é no fundo o móbil da questão, que é este da necessidade de desagregar das uniões de freguesia as freguesias que na realidade manifestem essa vontade. Não é revogando na sua totalidade, porque há freguesias e há uniões que podem funcionar se assim essa for a vontade auscultada a população, mas naquelas onde seja necessário criar uma alteração, uma reversão exatamente porque a população manifesta essa vontade. Isso terá que ser feito a tempo das próximas autárquicas e é essa a nossa posição e é essa a nossa proposta. Porque é que vem aqui e porque é que vem a esta Assembleia Municipal? Exatamente porque consideramos que deve partir também dos órgãos autárquicos locais, nomeadamente as Assembleias Municipais representativas das populações dos concelhos, esta vontade e esta exigência perante aquilo que é a negociação e a conversação que está a ser feita ao nível da Assembleia da República, que é quem tem poderes para decidir sobre isto.-----

-----Portanto, é nesse sentido que trazemos esta moção: por um lado, exigir que ela seja feita o mais rápido possível no sentido de criar condições para as próximas eleições autárquicas, a realizarem-se, provavelmente, em setembro/outubro, e, por outro lado, fazer alguma pressão da parte de um dos concelhos mais afetados com esta mesma lei.-----

-----Por isso, gostaríamos naturalmente, e tudo faremos e agradeceríamos com certeza sob o ponto de vista político, que esta moção fosse aprovada.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito bom dia.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

-----Dizer o seguinte:-----

-----O homem começou por necessitar de se alimentar, vestir e albergar. São as necessidades primárias.-----

-----Com a evolução das sociedades e a sua complexidade, surgiram novas necessidades, muitas delas básicas como a saúde, a educação, o trabalho, a proteção social, contribuindo para o bem-estar e dignidade humana.-----

-----Contudo, as necessidades primárias, também, evoluíram e a sua satisfação é hoje mais exigente. A alimentação exige-se que seja equilibrada e saudável, o vestuário exige-se que seja confortável e adequado ao clima e o albergue que seja cómodo e digno.-----

-----Serve esta breve introdução para evidenciar que o direito à habitação não é um luxo, mas sim a satisfação de uma necessidade primária, da responsabilidade do Estado.-----

-----Nesta certeza, a Constituição da República Portuguesa consagra no número um do artigo sessenta e cinco *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* e acrescenta no número três, não menos importante, *“O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”*.-----

-----Ao longo dos anos, os sucessivos Governos demitiram-se da obrigatoriedade de concretizar o direito constitucional de todos os cidadãos a terem uma habitação digna. Têm, até, promovido políticas de habitação que contrariam a constituição.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----É exemplo a política de habitação do Governo PSD/CDS, de Passos e Portas, que o PS entendeu não resolver, que através de uma nova lei do arrendamento urbano, apelidada por muitos de lei dos despejos, vedou o acesso à habitação a muitos milhares de portugueses, nomeadamente aos jovens, colocando sérios obstáculos à constituição de família e promoveu despejos afetando idosos e camadas sociais desfavorecidas, contrariando de forma grosseira o estipulado na Constituição.-----

-----Hoje o propósito constitucional de *“estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar”* é atropelado pela maioria dos partidos representados na Assembleia da República e o seu alcance é irrealizável por dois motivos:-----

-----Primeiro – O arrendamento habitacional, por força de opções políticas, está sujeito à especulação, sendo normal a existência de rendas bem acima do salário mínimo nacional, normal e aceitável como normal pelos principais partidos políticos que nos têm governado;-----

-----Segundo – A clara desvalorização dos rendimentos, retirando aos trabalhadores a possibilidade de suprir a necessidade primária de acesso a uma habitação digna.-----

-----A Câmara Municipal tem instrumentos que procuram minimizar este problema no concelho de Barcelos, nomeadamente os regulamentos de apoio ao arrendamento habitacional e o apoio à habitação social, mas que estão desadequados, pois não acompanhou as modificações profundas, nos últimos anos, de acesso à habitação.-----

-----De acordo com o regulamento de apoio à renda, uma família de trabalhadores com dois filhos e o salário mínimo nacional não reúne condições para ter apoio ao arrendamento, pois o seu rendimento *per capita* é superior a trezentos e catorze euros. A comparticipação máxima prevista no regulamento



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é cento e cinquenta euros, muito longe dos preços praticados e o limite da renda para um T três, a habitação adequada para a família acima referida, é de trezentos e cinquenta euros. Onde há habitações dignas tipo T três ou T dois arrendadas por trezentos e cinquenta euros?-----

-----Também o regulamento de apoio à habitação social terá de ser mais ambicioso e abrangente, pois a mesma família acima referida não pode ter qualquer apoio. Não há dúvidas que são critérios desadequados que forçam a Câmara Municipal a rever os regulamentos.-----

-----A Câmara Municipal deverá, também, promover uma verdadeira política de habitação e não esquecer o que diz a transferência de competências nesta matéria que ainda não temos essa responsabilidade, nomeadamente fomentar a habitação social que combata a especulação imobiliária e permita condições de acesso à habitação no concelho de Barcelos.-----

-----Posto isto, desafio a Câmara Municipal a olhar para a habitação como uma necessidade primária, de extrema importância para o bem-estar dos cidadãos, nomeadamente da população barcelense.-----

-----E desafio a Câmara Municipal de Barcelos a rever os regulamentos de forma a adequá-los à nova realidade e às novas dificuldades que se impõem aos jovens, principalmente aos mais jovens, de acesso à habitação.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora ao Partido Socialista, ao senhor deputado Nelson Brito. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Senhor Presidente da Assembleia, demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Partido Socialista de facto é responsável pela governação deste concelho desde há cerca de onze anos, estamos no último ano do terceiro mandato do presidente Miguel Costa Gomes.-----

-----E de facto quem ouvisse aqui apenas o CDS parece que o concelho de Barcelos é outro que não aquele que é mesmo. Portanto, o senhor deputado José Manuel Cardoso veio aqui construir uma ficção que é aquela que ele eventualmente acredita que é o concelho de Barcelos, mas não é a realidade e não é a realidade daquilo que os cidadãos efetivamente sentem e vivem, digamos assim.-----

-----E desde logo acho incrível como é que se vem falar de falta de democracia quando foi o Partido Socialista que, por exemplo, implementou o orçamento participativo, que podia tê-lo implementado mais cedo, verdade, mas está implementado, está a funcionar e está a ter a adesão crescente dos barcelenses. Isso é o quê? É abrir o poder político aos cidadãos, é partilhar poder com os cidadãos e isso simplesmente é reforçar a democracia.-----

-----Assim como foi reforçar a democracia o protocolo dos duzentos por cento, que inclusivamente de alguma forma foi aproveitado pelo Governo central para fazer a descentralização e hoje estaremos aqui a votar nos pontos três e quatro da ordem de trabalhos esse assunto que é da máxima importância e que no fundo vem reconhecer que a descentralização, a entrega de poder aos cidadãos e àqueles que os representam de uma forma mais próxima obviamente é uma alavanca de desenvolvimento e é aquilo que permite que de facto o concelho de Barcelos possa avançar mais rapidamente e mais harmoniosamente.-----

-----Porque vem aqui falar de obras que não estão feitas, verdade, algumas obras não estão feitas e gostaríamos que estivessem, não temos nenhum problema em assumir isso, mas há muitas mais obras que estão feitas e que o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor deputado José Manuel Cardoso, que eu compreendo, ele vem aqui fazer oposição, é normal, e, portanto, esqueceu-se ou então nem tem reparado nelas, o que é difícil, porque é sinal que não tem andado pelo concelho nem pela cidade.-----

-----A verdade é que falam, e neste caso o PSD tem muito defendido a questão do terceiro, aquele chamado terceiro FFF, o terceiro Fundo de Financiamento das Freguesias, que seria o dinheiro afeto diretamente ao investimento e a Câmara deixaria de o fazer por causa do famoso chapéu na mão que o PSD praticou durante décadas com o apoio do CDS. E, portanto, o chapéu na mão é algo que o CDS e o PSD conviveram muito bem durante décadas, praticaram-no ativamente, neste caso mais o PSD como é óbvio, que era quem estava na governação, mas nunca se ouviu o CDS gritar contra isso, e agora vem dizer que é o Partido Socialista. Portanto, é típico, mas eu acho que o chapéu deixou de estar na mão e passou a estar onde tinha que estar, que é na cabeça dos presidentes de junta, que o tiram quando querem e onde querem e conforme as regras de boa educação que entendem usar.-----

-----E o terceiro FFF simplesmente só para desmistificar aqui isto:-----

-----Primeiro lugar, não há qualquer política de chapéu na mão;-----

-----Segundo lugar, se isto fosse implementado significa que as freguesias que têm mais recursos atualmente mais recursos iriam ter automaticamente.-----

-----O que quer dizer que se a Câmara estivesse vedada a fazer investimentos nas freguesias significa muito simplesmente que as freguesias mais pequenas, eventualmente menos desenvolvidas, que precisam de mais investimento, que precisam de uma política ativa de aposta nos seus territórios, ficariam cada vez mais para trás porque as maiores iriam ter mais dinheiro, iriam investir mais, iriam afastar-se muito mais das outras, tornando o concelho que já de si era altamente desigual em dois mil e nove, que todos sabem que era altamente



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desigual em dois mil e nove, que havia freguesias que simplesmente por terem presidente de junta do Partido Socialista não recebiam um cêntimo durante mandatos consecutivos, e que passaram todos a receber. E agora se esta medida que o PSD e o CDS, mais uma vez, apoiam fosse implementada, mais uma vez iríamos ter discriminação, iríamos ter afastamento de desenvolvimento entre as diferentes freguesias. Ora, não é isso que nós precisamos.-----

-----O concelho tem que ter uma visão global e tem que se perceber que o desenvolvimento tem que ser para todos, não pode ser só para quem tem mais voz, quem tem mais habitantes, quem tem mais cidadãos. Não, é para todos. E se queremos ter um desenvolvimento harmonioso nós temos efetivamente que olhar para o concelho como um todo. E é isso que tem sido feito e por isso é que a política tem sido seguida desta forma e os resultados estão à vista. São cerca de sessenta milhões de euros em doze anos de protocolos dos duzentos por cento para as freguesias. Poderão fazer-se as contas, mas eu julgo que estes sessenta milhões de euros hão de ter permitido para aí umas mil obras no concelho que seriam impossíveis de realizar, nem que a Câmara quisesse usar esse dinheiro diretamente não teria capacidade técnica/humana para executar mil obras, mas os presidentes de junta, todos eles, cada um no seu sítio, cada um na sua freguesia, tiveram essa capacidade. Foi preciso foi confiar neles e entregar-lhes o envelope financeiro de que precisavam. Foi isso que o Partido Socialista fez, foi isso que o PSD nunca fez, nunca quis fazer, nem o CDS tão-pouco.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Continuo a apelar para a contenção relativamente ao tempo. Dou agora a palavra ao PSD, ao senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Bom dia a todos.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e que nos segue via *Web*.-----

-----Está prestes a concluir-se um ciclo de doze anos de governação do Partido Socialista na Câmara de Barcelos.-----

-----Aproxima-se o epílogo de uma triste saga à frente dos destinos deste grandioso e nobre concelho de Barcelos.-----

-----Doze anos com muita propaganda, muito folclore, muito *marketing* político, algum ilusionismo, mas doze anos com obras escassa, com pouca ou nenhuma realização de vulto, com dificuldade até marcante no zelo e manutenção do nosso rico e vasto património, algum de séculos e outro mais recente, muito dele resultante do vultuoso trabalho autárquico levado a cabo pelos executivos do PPD/PSD, desde o início das primeiras eleições democráticas até dois mil e nove.-----

-----Quem não se lembra do que era o concelho de Barcelos antes de mil, novecentos e setenta e seis e depois dessa data?-----

-----Na freguesia onde nasci e vivi muitos anos, Roriz, tal como na maioria esmagadora das nossas freguesias, sobretudo as rurais, não havia estradas pavimentadas.-----

-----Na minha freguesia havia cerca de um quilómetro de estrada com calceta à antiga portuguesa, como se costuma dizer; iluminação pública, zero; cemitérios mal-arranjados; para as escolas ia-se a pé, eu andava três quilómetros a pé para ir para a minha escola primária; transportes públicos quase inexistentes; adros mal-arranjados e com ervas daninhas a povoá-los; saneamento nulo; abastecimento de água, idem aspas. E mais não digo para



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poupar no tempo.-----

-----Nesse património que há pouco citei, destacaria na sua realização pelos nossos executivos a enormíssima e variadíssima rede viária que construímos em Barcelos e que a entregámos a quem nos sucedeu.-----

-----É um vasto património que se traduz em milhares de travessas, de ruas, de largos, de pontes, de avenidas, de caminhos e de estradas, que hoje apresentam na generalidade um aspeto degradado, de abandono, de descuido, de laxismo e de indiferença.-----

-----São diárias as queixas dos nossos munícipes sobre o estado das nossas vias de comunicação, com prejuízo diário para os seus utilizadores que são cidadãos que pagam impostos e uma das soluções do Estado e das autarquias é fornecer-lhes vias de comunicação condignas e aptas para circularem, desenvolverem os seus negócios e resolverem os problemas das suas vidas. Isto traduz-se em muita perda de tempo, no desgaste prematuro das suas viaturas e, não raras vezes, em prejuízo material por acidentes e estragos daí resultantes.--

-----Torna-se, por isso, imperioso uma mudança de ciclo político para que novas energias, novas vontades e novos protagonistas conduzam à enorme mobilização de meios materiais e financeiros, para que a nossa rede viária seja reparada, reorganizada e colocada ao serviço de Barcelos, de quem aqui trabalha e dos barcelenses em geral.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Não queremos mais do mesmo. Queremos um novo rumo e um novo ciclo.-----

-----Barcelos merece!-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora a palavra ao BTF, ao senhor deputado José Paulo Matias.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Hoje o BTF traz a esta Assembleia dois temas que são de primordial importância para Barcelos e para os barcelenses: a aquisição do terreno para a construção do novo hospital e a execução do investimento do PEDU.-----

-----Quanto à aquisição do terreno para a construção do hospital, quero aqui deixar bem claro e sem hesitação que o BTF é favorável à sua aquisição com a brevidade possível. Assim o manifestámos na sessão anterior.-----

-----Porém, não podemos deixar de exigir que as condições gerais de aquisição não criem dúvidas a ninguém, pelas responsabilidades da Câmara e desta Assembleia Municipal, nomeadamente as seguintes:-----

-----Quantos hectares vai adquirir a Câmara para a implantação do hospital para o seu domínio privado e custo?-----

-----Quantos hectares vai adquirir a Câmara para acessibilidades para o seu domínio público e custo para o município?-----

-----Qual a avaliação (estimada) das eventuais isenções das taxas a cobrar sobre as infraestruturas do plano de urbanização e outras, se as houver?-----

-----Qual o valor estimado (em metros quadrados e em valor monetário) pela dispensa ao promotor das parcelas de terreno a ceder ao domínio público municipal para espaços verdes, que seriam doadas ao domínio público e integradas no património municipal, de acordo com a legislação em vigor e do regulamento municipal, se as houver?-----

-----Qual o valor estimado a suportar pelo município para execução das infraestruturas da urbanização, se as houver?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Qual o prazo previsto para a eventual reversão do terreno caso o hospital não venha a ser construído, se tal prazo existir?-----

-----Quais as condições da eventual reversão, nomeadamente que parcelas de terreno e seu valor, se entretanto for prevista a reversão?-----

-----Pronúncia da Comissão de Saúde criada nesta Assembleia Municipal para acompanhamento da construção do hospital e parecer sobre a aquisição do terreno;-----

-----Outros encargos acordados pelo senhor presidente e os proprietários do terreno, já firmados entre as partes.-----

-----Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----O que o BTF sabe é que o valor a pagar em dinheiro é de quatro milhões de euros por dez hectares para implantação do equipamento; mais cinco vírgula cinco hectares para as acessibilidades, sendo a de maior impacto um corredor traçado ao longo da rotunda da Bolacha até ao Estádio Cidade de Barcelos, que dividirá a quinta em dois espaços: nascente e poente.-----

-----Para o BTF não está em causa, como se disse, a aquisição do terreno nem de outros encargos que legitimamente os proprietários queiram ver assumidos pela Câmara e que sejam do interesse municipal.-----

-----Mas o que está em causa é a falta de informação para além dos encargos dos quatro milhões de euros, que já alguém assumiu!-----

-----Não é a mesma coisa esta Assembleia votar uma autorização para aquisição de um terreno e depois ter custos adicionais que oneram o seu valor final em muitos milhões de euros, sem esta Assembleia Municipal saber.-----

-----Esta despesa está sujeita a pedido prévio de visto do Tribunal de Contas que considerará, estou certo, todos os custos associados à aquisição que vão muito para além dos quatro milhões de euros.-----

-----O senhor presidente já deu informações em sede de reunião do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo, e outros locais públicos, que há muitos encargos para além do custo do terreno e da reversão. Mas quais? Por que razão não são divulgados? Ou por que não votarmos só depois de assinados os compromissos entre as partes?-----

-----O BTF não está preocupado com acusações mútuas entre o PSD e o PS na praça pública, numa disputa meramente eleitoral e inculcarem na opinião pública que, afinal, quem pugnou pela aquisição do terreno foi um deles, como que esteja garantida a construção do hospital.-----

-----Mas jamais assumirão que, no caso de não se poder concretizar o negócio por eventual recusa do visto do Tribunal de Contas, a responsabilidade é deles e poderem estar a defraudar uma expectativa legítima que criaram aos proprietários.-----

-----Respeitamos inteiramente as atitudes e posições políticas de cada um. Mas se correr mal (e pode correr), não venham depois lavar as mãos como Pilatos. Lembremo-nos da concessão das redes de água e saneamento e da PPP.-----

-----Como o ponto sobre a aquisição do terreno foi incluído na ordem do dia, a nossa posição será defendida aquando da sua discussão sobre o sentido de voto, limite das responsabilidades dos eleitos do BTF e pedidos de esclarecimentos.-----

-----O segundo ponto que aqui queremos abordar é o atraso na execução dos investimentos do PEDU. E sobre este assunto ninguém terá dúvidas, nem o senhor presidente, que o município será fortemente penalizado pelo atraso da execução dos projetos candidatados e aprovados, já não falando de outros que não o foram.-----

-----O cronograma de execução dos projetos financiados no âmbito do Portugal Vinte Vinte e dos seus regulamentos exigem que a execução física dos projetos esteja concluída até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um.-



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ora, o que nós vemos e assistimos é um atraso preocupante na execução dos ditos projetos: o mercado municipal não estará concluído antes do final de dois mil e vinte e dois e a correr tudo bem daqui para a frente; a casa Conde Vilas Boas não estará concluída antes de meados ou final do ano de dois mil e vinte e dois; as ciclovias e rebatimento das paragens de autocarro dos transportes públicos também não cumprirão os prazos previstos; a recuperação da antiga escola Gonçalo Pereira, igual; a recuperação do edifício da Câmara Municipal, igual. Isto para falar só dos mais relevantes.-----

-----Podemos perguntar: mas vão ser executados? Deverão ser e vão ser... Mas com que custos? A Câmara corre sérios riscos de perder muitos milhões de euros e a totalidade da despesa ser imputada totalmente ao orçamento municipal sem comparticipação de fundos europeus em oitenta e cinco por cento.-----

-----Nesse sentido, o BTF deixa aqui um repto ao senhor presidente da Câmara:-----

-----Reúna com os representantes de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal para fazermos um ponto da situação sobre estes dois temas que afligem e preocupam todos os barcelenses.-----

-----Nós não queremos os louros de nada! Queremos é servir Barcelos e os barcelenses e, acima de tudo, sermos rigorosos nos compromissos que assumimos quando eleitos para o desempenho destes cargos.-----

-----E como é habitual, ninguém quererá assumir, e já com outro executivo, as responsabilidades pela perda de fundos comunitários por tanta expectativa criada aos barcelenses.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos agora ao segundo período de intervenções com o máximo



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de três minutos, começando pelo CDS, o senhor deputado Firmino Silva. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Em relação à moção do Bloco de Esquerda, o CDS gostaria de lembrar aqui a esta casa que em dois mil e doze propôs que a Câmara Municipal fizesse um estudo técnico, demográfico, geográfico, socioeconómico e um estudo sociocultural, identidade da população, ligação à junta, para que depois, num consenso alargado e ouvidas as populações, fosse tomada a decisão política.-----

-----O Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PCP recusaram.-----

-----O executivo municipal incentivou inclusive a propositura de providências cautelares contra o mapa das freguesias.-----

-----Este é o mapa de freguesias do Partido Socialista, do Bloco e do PCP, que não quiseram pronunciar-se sobre a agregação de juntas de freguesia.-----

-----Se tivesse sido feita em Barcelos e pelos barcelenses certamente teria sido diferente e melhor.-----

-----Mas, em relação à moção propriamente dita, desde logo é enganador o título da moção “*Reposição das freguesias*”.-----

-----Se lermos com atenção o texto da moção não é isto que resulta. A moção não pretende reverter a reorganização administrativa operada em dois mil e treze. Como resulta do ponto um da conclusão da moção, o que se pretende é a aprovação de uma nova lei que regule a reorganização administrativa de uma outra forma e não a reposição de freguesias.-----

-----Depois, o ponto dois não é viável, meus senhores. Não é viável o que é pedido pelo Bloco de Esquerda. Não é viável que a tempo das próximas eleições autárquicas nós consigamos repor as freguesias que se manifestem desagregar.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isto não é viável. Portanto, é um pedido que não tem aplicação prática, não é lógico, não é viável.-----

-----E portanto, em relação a esta moção, nós não poderemos votar favoravelmente, até porque há considerações no seu texto que não estaremos de acordo, e iremos abster-nos.-----

-----Em relação à intervenção do Partido Socialista, com certeza que o senhor deputado é um negacionista da realidade. O CDS, como bem sabe, até dois mil e nove foi oposição aos executivos do PSD e não foram poucas as vezes que o CDS se insurgiu contra a forma de se investir nas freguesias, contra os desequilíbrios, contra a desigualdade, contra a discriminação das juntas de freguesia que não eram da cor política que dominava o executivo municipal.-----

-----Nós só podemos entender a intervenção do senhor deputado do Partido Socialista pelo facto de até dois mil e nove ele não estar aqui nesta casa e, portanto, não saber e não conhecer a realidade até dois mil e nove.-----

-----E queria lembrar só o senhor deputado, quanto à distribuição de recursos pelas freguesias, que entre dois mil e treze e dois mil e dezassete a Câmara Municipal de Barcelos distribui zero, repito, zero euros para investimentos na Junta de Freguesia de Carvalha. E porquê? Porque a Junta de Carvalhal não era da cor política do Partido Socialista.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora a palavra ao Bloco de Esquerda, ao senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, tal como fiz anteriormente.-----

-----Em primeiro lugar, fazer aqui um comentário naturalmente àquilo que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda agora foi dito pelo senhor deputado do grupo parlamentar do CDS sobre algumas considerações em relação à moção que apresentámos.-----

-----A moção que apresentámos é, digo eu, explícita sobre as intenções, sobre o que é que pretende. Na verdade, pretende duas coisas em concreto e aquilo que está em negociação e aquilo que está em discussão e em debate é precisamente isso. Por um lado, obviamente, e isso é dito claramente, é necessário criar uma nova lei para a criação, extinção, modificação de freguesias porque há neste momento um vazio legal. Há várias freguesias até hipoteticamente a criarem-se de novo por situações que se foram criando, foram acontecendo nos últimos anos e que não têm um suporte legal, não têm um suporte jurídico para se poder fazer essa mesma alteração. Portanto, é uma das intenções daquilo que está em discussão, é a lei-quadro de criação de freguesias. Portanto, isto não é encoberto em nada, antes pelo contrário, é posto com toda a clareza e é assim que está a decorrer.-----

-----Simultaneamente exige-se uma outra intenção com aquilo que está em discussão, que é criar condições para que as freguesias que foram agregadas em dois mil e treze possam desagregarem-se. Portanto, essa lei-quadro também servirá para contemplar esse tipo de situações. Portanto, é o que está em debate, é o que está em discussão de uma forma muito clara.-----

-----Por isso, o que nós aqui apresentámos é que haja da parte da Assembleia Municipal de Barcelos, vale o que vale naturalmente, mas é uma posição política afirmada por esta Assembleia de que todo o processo tenha celeridade ao ponto de permitir, e não é assim tão inviável quanto isso, é inviável ser for em função daquilo que está descrito na proposta de lei do Governo, mas há outras propostas, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta que é viável de funcionar a tempo das próximas eleições autárquicas, portanto, não é algo que esteja fora de hipótese. Repito, não é praticável em função daquilo que está



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto proposta do Governo, mas há outras propostas em discussão e em debate e, por isso, torna a situação perfeitamente viável de acontecer. Dir-me-á: “com alguma dificuldade”. Com certeza, mas torna viável, não é colocada de imediato fora. Portanto, o que está aqui em causa é uma afirmação desta Assembleia Municipal, sob um ponto de vista político, que crie condições para forçar, tirar alguma pressão sobre quem decide ao nível da Assembleia da República.-----

-----Por fim dizer, das várias intervenções que aqui foram apresentadas, que sem dúvida alguma começou a campanha eleitoral aqui no nosso concelho, o que é de todo salutar, não está nada minimamente em causa, mas não gostaria e o Bloco de Esquerda não gostaria que se tornasse numa discussão como aqui aconteceu, que é uma espécie de concurso de chapéu na mão, quase a ver quem é que tem o chapéu maior ou a mão mais larga. Há outras discussões para terem-se que não essa, meus senhores, e parece-me mais importante pensar o concelho de uma forma diferente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o PCP, o senhor deputado Mário Figueiredo. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Dizer o seguinte:-----

-----Em relação à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, vamos votar a favor, no fundamental estamos de acordo, portanto, não há nada que nos impeça, antes pelo contrário, de votar favoravelmente.-----

-----Sobre o assunto, também dizer o seguinte:-----

-----Recuso a acusação do CDS que tenta responsabilizar nesta matéria quem não é responsável. Os responsáveis são o PS e o CDS, que promoveram a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

extinção das freguesias.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----A proposta do CDS na altura não foi o combate à extinção das freguesias. O que procurava o CDS de forma habilidosa, mas que facilmente foi detetada, era a colaboração da Assembleia Municipal com o Governo do PSD e CDS nessa matéria. E foi por isso que o PCP votou contra. Portanto, não vire o bico ao prego, tenha coragem e assuma as responsabilidades.-----

-----Sobre as outras intervenções, dizer o seguinte:-----

-----Aquilo que foi dito em forma de reparos ou até mesmo acusação àquilo que tem sido a governação do PS nestes doze anos, não há dúvida nenhuma que muito ficou por fazer, que não correspondeu minimamente às expetativas, nomeadamente àqueles que confiaram o voto no Partido Socialista, muitas desilusões nesse eleitorado. Muito ficou por fazer naquilo que era fundamental: a questão da água que era uma oportunidade única de reverter esta situação, de ter um serviço privado de distribuição da água e acolhê-lo como um serviço público fundamental na proteção de um bem fundamental que não pode estar hipotecado pelos interesses do lucro; as zonas ribeirinhas; os transportes; a saúde; a educação. Muito ficou por fazer. Naturalmente que muita coisa foi feita, mas a comparação não deve ser feita assim. E digo isto porquê? Para fazer também um reparo àquilo que foi dito pelo PSD, esta tática do PSD muito pela voz do senhor Adélio Miranda nesta situação. E dizer o seguinte:-----

-----Comparar as condições de vida dos barcelenses pós-vingte e cinco de abril com o antes do vinte e cinco de abril, para demonstrar o sucesso da governação do PSD, é desonesto. Honesto seria comparar o que foi feito pelo PSD com aquilo que poderia ter sido feito atendendo a todas as circunstâncias. E aí a governação do PSD não foi um sucesso, foi um atraso de décadas para o concelho de Barcelos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----E dizer o seguinte:-----

-----Se é verdade que o Partido Socialista perdeu uma grande oportunidade nestes doze anos de em matérias fundamentais corrigir aquilo que de muito mal foi feito pelo PSD, desenganem-se, e já que o meu colega José Maria diz que estamos em campanha eleitoral, desenganem-se aqueles que pensam que o PSD ou outras combinações que possam haver seja uma alternativa viável ao Partido Socialista.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o Partido Socialista, pelo senhor deputado Nelson Brito. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Bom dia, novamente.-----

-----Cumprimento todos e por economia de tempo vou diretamente àquilo que me traz aqui.-----

-----Em relação à moção do Bloco de Esquerda, o Partido Socialista vai votar favoravelmente. Também, como já foi aqui dito pelo deputado Mário Figueiredo, no essencial estamos de acordo, não estamos de acordo em alguns considerandos que lá são feitos e também, enfim, vamos ver até que ponto é que é viável conseguir fazer tudo a tempo das próximas eleições, também temos as nossas dúvidas. Mas, seja como for, no essencial acompanhamos, estamos de acordo e votaremos a favor.-----

-----Relativamente às outras intervenções que aqui foram ditas e em complemento àquilo que disse há pouco, o PS teve, tem e continuará a ter uma visão de desenvolvimento para o concelho. E essa visão é fundamentalmente assente em eixos como o desenvolvimento económico que, todos sabemos, nos dias que correm e no futuro assim cada vez será mais, assenta naquilo que é a educação, a valorização do capital humano, das pessoas, a investigação, o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento.-----

-----O que é que fez a Câmara Municipal ainda recentemente? Investiu cerca de dois milhões, ou vai investir, na aquisição de terrenos para garantir que o IPCA continua e se aprofunda a sua presença em Barcelos. Porquê? Porque é claramente uma instituição que acrescenta valor, tem vindo a acrescentar cada vez mais e continuará a acrescentar cada vez mais naquilo que é a renovação e o desenvolvimento do tecido económico do concelho. E já aqui disse em tempos, não tenho nenhum problema, quem trouxe o IPCA para Barcelos não foi o PS, mas o PS tem feito imenso pelo aprofundamento e pelo desenvolvimento e pelo crescimento do IPCA aqui e continuará a fazer. Assim como a requalificação da escola Gonçalo Pereira, que será também um espaço destinado ao IPCA.-----

-----Na educação, acabou-se de concluir o Centro Escolar da Várzea, mas vários outros centros escolares por esse concelho foram construídos e continuarão a sê-lo e requalificados. E não acontece como no passado, em que tínhamos jardins-de-infância em campos de milho e em que tínhamos uma escola requalificada que nunca chegou a abrir. Portanto, há também aqui um cuidado com o respeito pelos recursos dos cidadãos, porque são eles que pagam com os seus impostos.-----

-----Do ponto de vista ambiental e a aproximação ao rio Cávado, é verdade, todos queríamos que já tivesse acontecido mais, mas está a acontecer.-----

-----E é verdade que também se sente que a oposição, agora, já dirige as suas críticas não para a falta de obras e falta de investimentos, mas sim para o ritmo a que estão a acontecer, porque deveriam ser de outra forma. Mas, de facto, elas estão a acontecer, as coisas estão a acontecer. Independentemente de haver uma pandemia que todos reconhecemos que prejudicou imenso toda a gente e vai continuar a prejudicar e atrasou muita coisa, a verdade é que as



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas continuam a acontecer no terreno e isso pode ser mau do ponto de vista político para a oposição, mas é seguramente bom para os cidadãos de Barcelos e é isso que nos move.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Vou procurar ser breve tal como foi combinado na reunião dos grupos parlamentares, mas que não está a ser cumprido, para dizer duas notas muito breves.-----

-----Primeiro, que no que me referia à rede viária não tive intenção do dizer mal por dizer mal, foi uma constatação daquilo que vemos, daquilo que ouvimos.-----

-----E queria dizer também muito claramente que o PSD sempre aprovou a existência de um protocolo da Câmara com as juntas, considerou um ponto positivo da governação socialista, mas acrescento que no protocolo não está legitimado a elaboração de obras de estradas e mesmo a sua reparação. Pelo que os senhores presidentes de junta muitas vezes estão coartados na sua capacidade de efetuar essas obras. E nessa matéria, como sabemos, e basta ler o repositório da Câmara, as obras de estradas são pura atribuição de subsídios. E concluo que nessa matéria o PS não é assim tão claro, tão honesto e tão transparente como critica a governação PSD. Continua a haver discriminação na atribuição de subsídios, todos nós sabemos disso.-----

-----Sobre a proposta do Bloco de Esquerda, o PSD irá votar a favor, concordando no essencial nas conclusões propostas, embora sabendo que vão



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser difíceis de executar devido à forma como o Partido Socialista e o Governo conduziram esta matéria. Mas queria chamar a atenção a um considerando que foi dito aqui pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda e que está escrito, que é deselegante, é muito deselegante, para não lhe chamar outra coisa. O senhor chamou ao nosso Governo o Governo da *troika*. Senhor deputado, o Governo PSD/CDS foi eleito pelos portugueses, legitimado pelo voto popular! Se o senhor é um democrata tem que respeitar isso! E se tomámos medidas a que fomos obrigados não foi o PSD o responsável nem o CDS, foi o Governo de Sócrates do Partido Socialista que conduziu a essa situação. É preciso ser claro e dizer a verdade!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período, tem a palavra o BTF, o senhor deputado José Paulo Matias. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes para não perder mais tempo.-----

-----Vim aqui só para dizer uma coisa:-----

-----Nós vamos votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, até porque o BTF já apresentou aqui muitas vezes moções sobre este teor, é o nosso princípio, é a nossa defesa. Somos a favor da alteração da lei pela reposição de freguesias desde que as populações assim o exijam. Portanto, estamos de acordo e votaremos favoravelmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminado este período, vamos então proceder à votação da única moção que está apresentada pelo Bloco de Esquerda. Eu vou pedir a vossa atenção para as duas recomendações que constam dessa moção e que a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeira secretária vai ler.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – “Um – Recomendar à Assembleia da República que desenvolva rápida e eficazmente o processo legislativo, de forma a estabelecer um novo regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias;-----

-----Dois – Instar os órgãos da República para que se avance com o processo legislativo de modo a permitir a reposição das freguesias que manifestem vontade de se desagregarem das atuais Uniões de Freguesia, a tempo das próximas eleições autárquicas”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, quem vota contra faz o favor de se levantar.-----

------(Três: dois do PS, um do PSD)-----

-----Os senhores deputados que se absterem fazem o favor de se levantar.-----

------(Sete: um do PS, três do PSD, três do CDS-PP)-----

-----Esta moção está aprovada por maioria com três votos contra e sete abstenções.-----

-----Damos por terminado este período dos sessenta minutos de antes da ordem do dia.-----

-----Passamos agora aos trinta minutos da intervenção do público. Temos três inscrições, cada cidadão inscrito terá cinco minutos para a sua intervenção, para colocar as questões que entender a esta Assembleia e ao senhor presidente da Câmara.-----

-----Pela ordem de chegada aos serviços, a primeira inscrição é do senhor Vasco Manuel Torres dos Santos, que pretende intervir em nome do Movimento SOS Terras do Cávado. Faz favor de se dirigir ao microfone.-----

PÚBLICO – Vasco Santos – Bom dia a todos e a todas.-----

-----Em nome do Movimento SOS Terras do Cávado, vimos aqui levantar uma questão agora em consulta pública, um plano de fusão e ampliação de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concessões mineiras relativas à extração de inertes, no caso caulinos.-----

-----Hoje em dia, como nós sabemos, e ainda bem, as questões ambientais estão na ordem do dia, mas se estão a ser faladas, pelo menos a nosso ver, continua a ser com pouca ação para de facto combater um problema que nos afeta a todos e cada vez mais irá nos afetar.-----

-----Aqui o que nós pretendemos é saber qual é a posição que o município de Barcelos vai ter em relação a esta consulta pública, se pretende ou se já tomou uma posição em relação a esta fusão e ampliação das concessões mineiras da Bouça da Galheta e Alvarães.-----

-----Sendo que esta empresa pretende ampliar o espaço de exploração, no momento eles estão a fazer uma exploração de mais ou menos cinquenta ponto dois hectares e pretende ampliar para setenta e quatro ponto cinco hectares. Ou seja, pretendem uma ampliação de vinte e quatro ponto três hectares de exploração no caso de caulino.-----

-----Sabendo nós que o concelho de Barcelos, em relação à questão do caulino, é um concelho com uma história negra, seja pela história das freguesias de Barqueiros, mesmo em Vila Seca, aqui também na freguesia de Fragoso, aonde de facto as populações sempre demonstraram uma alta rejeição destas explorações mineiras, com os problemas que obviamente isso acarreta a nível da qualidade do ar, das águas, dos solos, daquilo que é a vida das pessoas nesses mesmos locais.-----

-----Sendo Barcelos um concelho bastante rural, um concelho onde a questão da agricultura, ou seja, o setor primário, tem um impacto enorme, e mesmo naquela região quanto seja turismo e mesmo todos os elementos económicos daquela área, estas explorações normalmente têm um impacto negativo não só ambiental como social.-----

-----As populações queixam-se que de facto toda a plantação que têm ali é



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coberta por pó branco, o que é normal fruto da mesma exploração, e esta empresa que na verdade, em dois mil e sete, até numa inspeção que foi feita pela Direção-Geral de Energia e Geologia, já estava a explorar fora da área que lhe tinha sido atribuída. Ou seja, neste momento, nesta consulta pública, o que nós acabámos por ver é que é uma empresa que se comportou de forma, a nós parece-nos, ilegal, incorreta e desleal, porque a área que lhes tinha sido atribuída já estavam a laborar fora dessa mesma área, neste momento, com esta consulta pública, e se for aprovado, ao fim e ao cabo que seja ampliada esta exploração, o que nós vemos aqui é um infrator a ser beneficiado. Na verdade, parece que querem regularizar apenas a infração já cometida. Aquilo que nos parece a nós é que a Câmara Municipal de Barcelos no caso, até porque isto afeta dois concelhos e dois distritos, o distrito de Viana e o concelho de Viana e o distrito de Braga, concelho de Barcelos, nós gostaríamos de saber, principalmente aqui, qual é a posição da Câmara, se vai de facto tomar partido e se vai participar nesta consulta. E que posição terá, se será de facto na defesa dos cidadãos e dos interesses legítimos dos cidadãos e cidadãs deste concelho e também preservar o futuro e as possibilidades de futuro para todas as populações daquela área e do concelho e não só, como é óbvio. Porque o impacto ambiental que ali tem, somado com os impactos ambientais que existem com todas estas explorações, sabendo nós que cada um tem um papel importante na preservação do meio ambiente e também na qualidade, de permitir que as gerações futuras possam ter uma qualidade de vida que de facto permita poderem estar cá sem enfrentarem os problemas que nós já vemos que acontecem em relação ao ambiente.-----

-----Gostaríamos então de saber qual é a posição que a Câmara vai tomar, se de facto vai defender os interesses das populações ou se vai de facto preservar os interesses de uma empresa que já demonstrou que não cumpre, não vai



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprir e vai continuar a deixar estar aquilo, quem visitar aquela área repara que mesmo as zonas que já tinha que ter recuperado não foram recuperadas e que as medidas que tem para minimizar o impacto não serviram de facto para isso. Como tal, apelamos aqui a que a edilidade, o município tenha uma posição em defesa das populações, em defesa de todos nós.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Vasco Santos.-----

-----O senhor presidente da Câmara responderá no final das intervenções.-----

-----Daria a palavra agora ao senhor Carlos António Paiva Ferreira Seixas, que vai fazer também uma intervenção em nome do Movimento SOS Serra d’Arga. Pela indicação dos serviços, este cidadão terá residência em Geraz do Lima, damos-lhe as boas-vindas à Assembleia Municipal de Barcelos. Faz favor.-----

PÚBLICO – Carlos Seixas – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Muito bom dia.-----

-----O meu nome é Carlos Seixas, sou de Geraz do Lima, porta-voz do Movimento SOS Serra d’Arga, e quero, antes de mais, agradecer a oportunidade de poder dirigir-me a uma Assembleia Municipal que não é a minha, ainda que sobre um assunto que nos diz respeito a todos, barcelenses e vianenses.-----

-----Falo-vos do projeto de ampliação e fusão dos núcleos de exploração integrados nas concessões mineiras Bouça da Galheta e Alvarães, que está em consulta pública até ao próximo dia vinte e seis de fevereiro, como, aliás, foi alertado pelo nosso movimento e pelo Movimento SOS Terras do Cávado, na imprensa e por *email* para os municípios de Barcelos e Viana do Castelo e as juntas das freguesias de Fragoso, Alvarães, Barroselas e Carvoeiro e Vila de Punhe.-----

-----Convém recordar que o referido projeto resulta de uma ação de fiscalização levada a cabo pela Direção-Geral de Energia e Geologia, em março



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de dois mil e dezassete, que revelou más práticas por parte da empresa MotaMineral ao alargar a área de lavra sem que para tal estivesse autorizada. Ou seja, mineraram dois mil, quatrocentos e oitenta e dois metros quadrados fora da concessão e agora, quatro anos depois, querem corrigir o erro aumentando vinte e quatro vírgula três hectares, duzentos e quarenta mil e trezentos metros quadrados, mais de vinte e quatro campos de futebol à área de exploração. O que me leva às seguintes questões:-----

-----Foi pedido o parecer da autarquia em algum momento deste processo? Foram tidos em conta os possíveis impactos para a saúde pública e para a qualidade de vida dos residentes? Foram auscultadas as populações, através das juntas de freguesia? Foi ponderado o passivo ambiental e social passado, presente e futuro?-----

-----Mais ainda: não acham os senhores deputados que este pedido não é mais do que o branqueamento de uma irregularidade?-----

-----Acham os senhores deputados que uma ampliação é a solução para os impactes territoriais e ambientais que a MotaMineral tem vindo a provocar e vai continuar a provar nos próximos quarenta e um anos?-----

-----Esta Assembleia tem agora a oportunidade de condenar publicamente as más práticas da empresa MotaMineral, que em nada contribui para o bem-estar e qualidade de vida das populações.-----

-----Esta Assembleia tem agora a oportunidade de fazer diferente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que disse que isto é uma oportunidade para introduzir “mecanismos de controlo e monitorização mais rigorosos e exigentes”. Uma oportunidade?! Uma oportunidade para quem? É bom recordar o que este projeto traz à população:-----

-----Postos de trabalho? Não! Está no projeto agora em consulta pública: “trinta e seis trabalhadores, o que corresponde à manutenção dos atuais postos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de trabalho”-----

-----Investimento local? Nem uma palavra no projeto agora em consulta pública. Mas percebemos quanto é que a empresa, essa que minerou fora do plano de lavra, uma empresa infratora que tem agora a complacência do Estado, percebemos, dizia eu, quanto é que a MotaMineral pode vir a ganhar por ano: seiscentos e oitenta e um mil, cento e dez euros. O que dá vinte e sete milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e dez euros nos próximos quarenta e um anos. E o que dá à população local? Contaminação dos solos e lençóis de água, poluição do ar e sonora, especialmente para os residentes de Alvas, que fica a trezentos e cinquenta e oito metros da concessão, e Ponte, a seiscentos e vinte e cinco metros da concessão.-----

-----Cabe a esta autarquia zelar, promover e cuidar da preservação do seu território.-----

-----Cabe a esta autarquia zelar pela qualidade de vida e bem-estar da sua população.-----

-----Não basta resignar-se a um hipotético plano de recuperação ambiental a quarenta e um anos.-----

-----A hora de agir é agora, não daqui a quarenta e um anos!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Carlos Seixas.-----

-----Passaria agora à última intervenção do senhor António Joaquim Carvalho Brito, da União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria. Faz favor.-----

PÚBLICO – **António Brito** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público presente e todos aqueles que veem através da via *Web*.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Eu estou aqui em representação da União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria para a questão da reversão que está a ser discutida na Assembleia da República. É um processo de definição do regime jurídico para a criação, reposição e modificação de freguesias. Um processo que tem sofrido avanços e recuos. Muitas promessas e compromissos viram a luz do dia mas sem resultados práticos.-----

-----Nos últimos tempos foram criados movimentos em uniões que lutam pela desagregação onde se destaca a Plataforma Nacional Recuperar Freguesias, que representa inúmeros movimentos de norte a sul do país e que tem desenvolvido o seu trabalho junto da Anafre, Assembleia da República e deputados dos partidos.-----

-----Esta Assembleia Municipal também tem dado o seu empenho e compreensão nesta luta com apreciação e votação das moções que são apresentadas para debate.-----

-----Também as populações e alguns órgãos autárquicos movimentaram-se na esperança de ser possível a desagregação depois de ouvirem declarações de responsáveis governamentais em intervenções públicas, como no congresso da Anafre, em janeiro de dois mil e dezoito.-----

-----Já em janeiro de dois mil e vinte, o senhor primeiro-ministro, noutro congresso da Anafre, anunciou que a revisão do Mapa de Freguesias estava para breve. Só que os critérios apresentados não foram os esperados pelos movimentos que já estavam no terreno em trabalho junto das populações.-----

-----Não há conhecimento que as freguesias foram a causa de alguma catástrofe nacional.-----

-----Não há conhecimento que as freguesias foram a causa de alguns desequilíbrios orçamentais.-----

-----O povo gosta da sua freguesia e é na freguesia que começa a identidade



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um povo.-----

-----Espera-se que o bom senso impere nesta questão das freguesias. Para que fique claro, nada contra aquelas uniões de freguesias em que as populações querem continuar como estão, mas também não deve haver antipatias para aquelas que desejam regressar à forma anterior. As populações devem decidir o seu futuro. Nada mais democrático de que isto.-----

-----É pena algumas freguesias agregadas serem anteriores à nacionalidade e fazem parte da história e correm o risco de serem apagadas. É o caso da minha União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria, onde há registos de documentos anteriores à fundação de Portugal, como noutras por este país fora. A localização junto do Castelo de Faria, cuja data de construção se perde na noite dos tempos, reforça a tese da longevidade.-----

-----A história, o retrovisor da vida, deve ser sempre defendida até à exaustão para perpetuar a memória daqueles que nos antecederam.-----

-----Parafraseando o professor doutor António da Costa Lopes, investigador da história medieval e do trovadorismo barcelenses, e que acompanhei em diversas investigações em Barcelos, norte do país e Galiza, dizia que *“a história é a bússola de um povo, quem não sabe de onde vem, dificilmente saberá para onde vai”*.-----

-----Cada freguesia defende as suas tradições e culturas para além da sua história. Nesta união de freguesias já foi aprovada uma moção para a desagregação, que o senhor presidente da Assembleia Municipal, quando achar oportuno, trará a discussão, a exemplos de situações anteriores.-----

-----A luta é difícil, sim, mas nunca devemos perder por falta de comparência. A esperança é a última a morrer e confiamos nos nossos deputados.-----

-----Uma palavra de congratulação a todos os deputados que lutam por esta causa e também uma palavra para esta Assembleia que democraticamente e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sem pressões tem compreendido a luta.-----

-----Antes de terminar, dirijo-me respeitosamente ao senhor presidente da Câmara apelando ao seu empenho, junto do Governo, a aprovação do regime jurídico que permita a reposição das freguesias e também o seu apoio para a moção da união de freguesias onde me integro.-----

-----Termino com votos de muita saúde para todos vós, uma palavra para todos os profissionais de saúde que estão na linha da frente a olhar pelas nossas vidas em situações de grande empenho nos tempos difíceis que Portugal e o mundo atravessam e que a vacina da esperança chegue a todos em breve.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor António Brito.-----

-----Terminado este período de intervenção do público, iria passar a palavra ao senhor presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos relativamente às questões apresentadas. Faz favor, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União, Caras e Caros Cidadãos, um cumprimento especial para quem nos acompanha via *Web*.-----

-----Senhor presidente, se me permite, apenas só uma questão que me parece relevante, de antes do período de antes da ordem do dia, e fecharia aqui o meu comentário das diversas intervenções de uma forma muito rápida.-----

-----Só para dizer ao senhor deputado Adélio Miranda de que a herança que nos foi deixada no passado, naquilo que é o estado da rede viária, é consequência clara, praticamente de todas elas, de uma falta de fiscalização por intervenção das Águas de Barcelos no que diz respeito às redes de água e saneamento. E se o senhor deputado andar no concelho, como eu ando, verifica



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto claramente, que as zonas deterioradas é precisamente onde estão as próprias redes. E isto depois entronca no processo que todos nós conhecemos e é difícil neste momento recuperar, até porque significa valores significativos. E ficava-me por aqui porque me parece importante este esclarecimento.-----

-----Em relação aos três cidadãos que aqui vieram, permitam-me começar pelo senhor António Brito, porque é muito mais simples de responder e dizer que naturalmente ainda hoje foi aqui aprovada a moção do Bloco de Esquerda, no sentido daquilo que é não diria pressionar, mas instigar o Governo a que se permita repor aquilo que a maioria de nós considera um erro cometido no passado pela famosa chamada Lei Relvas. Portanto, hoje a própria moção é uma decisão e naturalmente que irá ser transmitida ao Governo. Eu próprio já tenho, até porque pertenci à comissão da Associação Nacional de Municípios, em relação àquilo que era a reorganização administrativa. Portanto, este processo fará esse percurso e o papel do presidente da Câmara aqui é extremamente reduzido, tem mais força esta Assembleia, porque é abrangente, do que eu propriamente, mas naturalmente o próprio Governo já sabe a minha posição enquanto presidente da Câmara.-----

-----Relativamente às intervenções dos dois cidadãos, e permitam-me, eu vou falar em conjunto para os dois porque a matéria é a mesma praticamente, embora o senhor Carlos Seixas trouxe aqui um ou outro pormenor diferente do cidadão Vasco Santos.-----

-----Primeiro, dizer que é com prazer que vejo alguém que vem de um município nosso vizinho e amigo levantar aqui uma questão que é pertinente, preocupante naturalmente, e registo com agrado que venha aqui à Assembleia representar, através do Movimento, uma preocupação ambiental e, de facto, problemática.-----

-----Eu quero dizer que, de facto, a Câmara foi notificada pela APA para emitir



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parecer sobre esta exploração.-----

-----A Câmara está a preparar naturalmente aquilo que será o seu parecer, que vai ser negativo, quero já dizer aqui, porque nós também devemos tentar defender as nossas populações, depois vamos à consulta pública e também em termos de consulta pública vamo-nos pronunciar.-----

-----E numa reunião que tive com os senhores presidentes de junta há relativamente pouco tempo também fiz esse desafio aos presidentes de junta, não só de Fragoso mas da envolvente, para se pronunciarem também no âmbito da discussão pública e a Câmara naturalmente apoiará aquilo que é a necessidade da construção do processo de discussão pública.-----

-----Mas quero-vos dizer que do ponto de vista da matéria da concessão ou da fusão, conforme eles põem nestes termos, porque entretanto eu fui informado, e agora confirmou-me o senhor Carlos Seixas isso, é que a exploração já existia e agora é que estão a fazer o procedimento dos impactos ambientais. Ora, isto não poder ser. Nós não podemos admitir que se avance com um processo que é um processo sensível, embora respeitando naturalmente aquilo que é a exploração dos recursos naturais que o país tem, mas não podemos andar aqui, digamos, a reboque de um instrumento que a empresa MotaMineral sabia perfeitamente que antes de mexer fosse no que fosse teria que pedir os respetivos estudos e licenciamentos. Portanto, é uma das áreas ou dos temas que nós vamos pegar, porque não faz sentido aquilo que estão a fazer.-----

-----Mas também vos quero dizer que as áreas de exploração mineira, como outras áreas, a questão do lítio e de outras situações, mas principalmente as áreas dos famosos caulinos, são áreas que já estão definidas previamente no PDM por força daquilo que são as comunicações da Direção-Geral de Energia e Geologia. A nossa luta tem sido grande até com as explorações ali em Vila Seca



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Milhazes, já se mandaram fiscalizações, já se mandaram relatórios para a Direção-Geral de Energia e Geologia, felizmente a Direção-Geral de Energia e Geologia, há cerca de quinze dias, notificou a empresa Mibal aqui em Vila Seca e Barqueiros de que não estavam a ser cumpridas as regras. Portanto, nós estamos, digamos, com um controlo muito rigoroso e fechado, embora não seja responsabilidade da Câmara, a Câmara não tem poderes, como se falou aqui, de licenciamento, de multas, não tem. O nosso papel é numa perspetiva de acautelar os interesses das populações, mandar a fiscalização, identificar as anomalias que violem os planos de lavra de acordo com os licenciamentos e eles estão claramente a ser violados. Ainda agora instigamos a Direção-Geral de Energia e Geologia, que não é uma entidade fácil de se lidar, a não prorrogar a concessão de Vila Seca e Milhazes porque, pelo contrato de concessão, a concessão tem um ano a mais após o prazo de concessão que acaba no próximo ano e pode ir até dez anos. E aquilo que nós comunicámos à Direção-Geral de Energia e Geologia é que é impensável, é impossível, diria eu, embora tudo é possível na vida, que o plano de lavra seja cumprido até ao final da atual concessão. E a Direção-Geral de Energia e Geologia, que tem esta competência, tem que ser rigorosa na exigência daquilo que é o plano de lavra, porque o plano de lavra não é só fazer o aterro, é requalificar também os terrenos daquilo que for a exploração dos caulinos. Ora, no que diz respeito a Vila Seca é isso o que nós estamos a fazer, ainda esta semana mandámos um ofício para a Direção-Geral precisamente a chamar a atenção disto e que deviam controlar em rigor aquilo que deve ser controlado.-----

-----No que diz respeito à questão desta exploração da ampliação da concessão da Bouça da Galheta e de Alvarães pela MotaMineral, o nosso parecer será negativo, sustentado tecnicamente naturalmente, não na perspetiva de que a Câmara tem o poder para... A Câmara fará o papel de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defender as suas populações, compreendendo aquilo que é a necessidade de exploração de recursos, mas também ao mesmo tempo acautelar e defender aquilo que são os interesses das nossas populações e também o interesse ambiental.-----

-----Também dizer que quando se fala aqui nos grandes investimentos e na exploração deste mineral, que é uma das reclamações, sempre que tenho reuniões com a Direção-Geral levanto a questão, é que de facto as populações são sacrificadas e as compensações são zero. Porquê? Porque quem recebe os fins destas explorações é o próprio Estado e não são tão pequenos quanto isso. E tendo o Estado a primazia e o direito sobre o território nacional é à Direção-Geral que compete o licenciamento. Aquilo que eu posso garantir é que da parte da Câmara Municipal tudo faremos para que isto não aconteça, até com este argumento que foi dito pelo senhor Carlos Seixas e que me foi confirmado, ou seja, avançaram com a exploração sem os devidos estudos de impacte ambiental, sem os devidos licenciamentos, e é agora quase impor-nos um facto consumado. Ora, não podemos ir por aí, temos que o tentar combater, sendo certo que as nossas limitações para criar obstáculos são muito reduzidas, mas fá-lo-emos naturalmente a bem das populações e do ambiente, na certeza que por experiência de outros projetos que nós temos, nomeadamente Vila Seca, Milhazes, Barqueiros, a própria linha de muito alta tensão, o Estado impõe a sua regra e o seu direito enquanto dono do território e muitas vezes nós somos, diria, ostracizados com essas situações.-----

-----De qualquer forma, a Câmara fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as coisas sejam feitas pela lei, que se evite eventualmente a exploração que eu acho muito difícil, mas faremos naturalmente o nosso trabalho e o nosso papel para que isto não venha a acontecer.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.--

-----Terminamos o período de intervenção do público, passaríamos agora à ordem do dia, em que a senhora secretária vai apresentar ponto por ponto, chamando a atenção, de acordo com a reunião de líderes que aconteceu, que os pontos três e quatro terão discussão em simultâneo e votação em separado, como é óbvio.-----

-----Ponto um da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Aprovação da ata da sessão de dezanove de dezembro de dois mil e vinte.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, como habitualmente, a mesa propõe a dispensa da leitura da ata.-----

-----Os senhores deputados que votam contra esta proposta da mesa fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

----- Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade a dispensa da leitura da ata.-----

-----Passaríamos à votação da ata!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Um do PSD)-----

-----Esta ata foi aprovada por maioria com uma abstenção.-----

-----Passaríamos ao ponto dois da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte e um.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Temos quatro inscrições, passaríamos então à primeira intervenção, a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito bom dia.-----

-----Começo por endereçar os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Apenas uma nota introdutória às alterações do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), por força da entrada em vigor das novas regras contabilísticas para as entidades do subsector da Administração Local, com efeitos a um de janeiro de dois mil e vinte, e, ainda, de acordo com o artigo cento e trinta da Lei setenta e cinco-B/dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para dois mil e vinte e um, as autarquias locais passaram a dispor de alterações substanciais nos prazos para utilização dos saldos contabilísticos no ano seguinte à execução das suas contas de gerência do ano económico anterior.----

-----Desse modo, pode a Câmara Municipal submeter a esta Assembleia Municipal uma revisão orçamental, depois da respetiva aprovação do mapa de “fluxos de caixa” sem se subordinar ao momento da aprovação da conta de gerência de dois mil e vinte na sessão pública de abril, como era habitual.-----

-----Nestes termos, os documentos apresentados para apreciação e votação do ponto dois da ordem do dia, sobre a primeira revisão ao orçamento municipal e opções do plano de dois mil e vinte e um, demonstram o seguinte:--

-----Primeiro – O saldo transitado da conta de gerência de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, por falta de execução dos projetos de investimento, é de vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e quarenta e cinco



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros e noventa e nove cêntimos;-----

-----Segundo – Não possui o BTF de qualquer “máquina do tempo” mas, na análise ao orçamento de dois mil e vinte e um, já previa que este, mais tarde ou mais cedo, seria “desvirtuado” quando fosse conhecido o saldo de gerência de dois mil e vinte. Saldos de gerência que constantemente têm promovido o município aos lugares de prémio dos *rankings* de boa gestão financeira, mas que mais não são que a falta de capacidade de investimentos, que se traduzem em claros prejuízos para a economia;-----

-----Terceiro – Mas também não se vislumbra nada de interessante na aplicação destes vinte e três milhões, diga-se, porque o município limita-se a “arrumar” dezanove milhões, novecentos e trinta mil, duzentos e quarenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos num cantinho sem se saber para quê, em “outras despesas de capital” e só integra parte das receitas nas novas rubricas “*aquisição de terreno para aumento do Campus do IPCA e construção de novas infraestruturas para a inovação e desenvolvimento do concelho de Barcelos*”, com um valor de dois milhões. E a verdade é que no PPI este valor divide-se em um vírgula cinco milhões para dois mil e vinte e um e quinhentos mil para dois mil e vinte e dois. Todavia, noutra rubrica, mais quatro milhões para “*aquisição de terrenos para construção do Novo Hospital – Centro Hospitalar de Barcelos*”, distribuídos por compromissos plurianuais de dois milhões em dois mil e vinte e um, um milhão em dois mil e vinte e dois, quinhentos mil em dois mil e vinte e três e também em dois mil e vinte e quatro;-----

-----Quarto – Não se compreende muito bem quais os motivos desta distribuição plurianual com compromissos financeiros até dois mil e vinte e quatro quando existe saldo mais que suficiente para o pagamento total da despesa, sem deixar encargos para o futuro executivo municipal. Esperemos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estes encargos plurianuais até dois mil e vinte e quatro não estejam associados à tal reversão do terreno, que pode estar prevista para um período de três anos se, entretanto, o hospital não for construído e não ser necessária, por isso, a devolução de dinheiro ao proprietário. Esperemos que este executivo não tenha (ou tenha, seja lá o que significar para si) ele próprio uma “máquina do tempo”.

-----Por último, senhor presidente, minhas senhoras e meus senhores:-----

-----Não posso deixar passar em claro as declarações do senhor presidente da Câmara Municipal e, honestamente, também do senhor presidente desta Assembleia aquando da discussão da proposta dezassete da última sessão, que decorreu a dezanove de dezembro de dois mil e vinte, em resposta ao líder do grupo municipal do BTF, José Paulo Matias.

-----Poderá esta Assembleia não estar recordada, mas farei questão de relembrar. Em síntese, dizer que o senhor deputado José Paulo Matias, líder do Grupo Municipal do BTF, questionou o executivo se não estariam a ser violadas as regras de execução orçamental e eventualmente estarmos perante uma manifesta e ostensiva ilegalidade, na medida em que não estaria (e diga-se, ainda não está, porque esta proposta ainda não foi aprovada) assegurado o cabimento de dois milhões para a aquisição do terreno para aumentar o Campus do IPCA, nem no orçamento nem no PPI de dois mil e vinte e nem do de dois mil e vinte e um.

-----E, aqui, o senhor presidente desta Assembleia afirmou que, passo a citar: *“A Assembleia Municipal tem que deliberar sobre esta matéria porque, considerado o valor, esta é uma competência da Assembleia Municipal dar a autorização. É evidente que é ao executivo que depois competirá dar execução a esta deliberação, obviamente cumprindo todas as regras que a Lei estabelece”*. Estamos em sintonia, senhor presidente.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Todavia, por outro lado, o senhor presidente da Câmara afirmou seguidamente, cito: *“...é para dar o conforto ao senhor deputado de que de facto não há nem enferma de qualquer ilegalidade (...) E não está inscrita propriamente IPCA (...) Mas está na rubrica “Terrenos” (...) Agora, cumprirá naturalmente todas as regras que a Lei determina”*, fim da citação.-----

-----Trocando por miúdos: só nesta primeira revisão orçamental é que foi colocada no PPI uma verba plurianual de dois milhões de euros que é repartida por um vírgula cinco milhões de euros para dois mil e vinte e um e quinhentos mil euros para dois mil e vinte e dois, relativamente à aquisição do terreno para o aumento do Campus IPCA, e agora expressamente já se coloca IPCA, já não é terrenos. Facto que nos induz à receosa convicção de que esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal aprovaram uma despesa de dois milhões de euros sem qualquer cobertura orçamental, com o conforto do senhor presidente da Assembleia Municipal e do senhor presidente da Câmara Municipal.-----

-----Enquanto cidadã, independentemente das escolhas eleitorais da minha comunidade, debito em quem representa a minha cidade confiança política. Vejo esta confiança deteriorar-se de ano a ano e, por ora, no final do mandato, já pouco resta para não dizer nada resta.-----

-----Não obstante a apreciação crítica e reflexiva sobre o exposto, o BTF vota favoravelmente a presente proposta na convicção de, no futuro, (qual máquina do tempo!) se poder aperfeiçoar as regras tidas por convenientes para a correta aplicação do princípio basilar da administração pública: o princípio da boa administração.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Relativamente à referência que fez ao presidente da mesa desta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia, obviamente reafirmo o que na altura foi dito, acrescentando que a Assembleia Municipal só delibera no âmbito das suas competências. Portanto, essa deliberação cabe à Assembleia no seu todo e à mesa dirigir os trabalhos, sendo sindicável pondo todos os meios legais ao alcance de qualquer cidadão deste país. Mas, relativamente à deliberação, quero dizer para conforto não pessoal, mas de todos os senhores deputados, que não vejo ilegalidade nenhuma na deliberação que os senhores deputados tomaram nessa última Assembleia.-----

-----Esclarecido isto, passaria a dar a palavra ao Bloco de Esquerda, ao senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Mais uma vez, na sua pessoa, cumprimento todos os que estão cá presentes e os que nos acompanham via *Web*.-----

-----Saldo e execução orçamental do exercício de dois mil e vinte.-----

-----É uma primeira revisão ao orçamental municipal já previsível e anunciada, aliás, o enquadramento foi muito bem feito pela intervenção que me antecedeu, por isso escuso-me a fazer esse mesmo enquadramento e vou às questões mais concretas sobre esta situação. E queria aqui colocar duas questões concretas, precisamente.-----

-----Uma é sobre o valor deste superávit. Estamos a falar de vinte e três milhões num concelho que extraordinariamente o orçamento este ano foi de oitenta e cinco milhões, porque costuma ser inferior. Isto corresponde a qualquer coisa como vinte e oito por cento desse mesmo orçamento. Não é um valor despiciente. Não é um valor qualquer. Importa acima de tudo perceber de onde resulta este valor. O que é que ficou por fazer num concelho onde todos consideramos faltar tanto, escuso-me até de enumerar um conjunto de promessas por cumprir e obra por fazer, porque é uma listagem imensa, mas na



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realidade isto acontece por falta de execução orçamental. E isto é que importa questionar. Num período de tempo, inclusive num ano que vivemos um período de uma crise económica e social, que levou à pobreza e à premente necessidade de intervenção de apoios sociais em tantas famílias barcelenses, como é que se retém este valor e este dinheiro tão importante para tantas dessas mesmas situações?! É que não se pense que gerir bem a causa pública é ter os cofres cheios. Sem qualquer comparação, muito menos com a intenção de afronta, mas todos nós temos má memória dessa política de poupança, enquanto o povo passava fome e sofria. Foi assim que foi governado o nosso país durante tantos anos, décadas! É que gerir bem a causa pública é saber aplicar as verbas ao dispor das necessidades prioritárias da população e ter uma visão de investimento para um futuro coletivo, e esta realidade não tem acontecido.-----

-----Se é verdade que também não é gastar indevida e aleatoriamente numa espécie de regabofe dos dinheiros públicos e quem vier que feche a porta, também é verdade que a intervenção social, a infraestrutura básica, o investimento prioritário não se coaduna com uma gestão somítica da lógica do deve/haver.-----

-----Por outro lado, importa perceber uma outra situação, que é: onde se destina prioritariamente esta verba? Sem querer entrar em questões formais sobre se a verba estava ou não estava inscrita no plano plurianual de investimento, ou se havia ou não havia relatório de peritagem, sendo isso importante, não é para nós, Bloco de Esquerda, a questão base. Importa percebermos o seguinte:-----

-----Ainda há pouco o senhor deputado Nelson Brito dizia que as coisas estão a acontecer. Mal seria se não acontecesse nada. Algumas coisas terão que acontecer. Agora, digo-lhe que muitas vezes acontecem muito devagarinho e até param a meio e isso tem sido uma constante em muitas situações aqui no



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nosso concelho.-----

-----Mas ao que está prioritariamente destinado esta verba, pelo menos assim anunciada?-----

-----Passadiço pedonal. Há quantos anos nós apresentámos esta proposta em sede de contributos para o orçamento municipal e para as grandes opções do plano? Há quantos anos isso acontece? O que é que agora se vem a fazer, até quase em jeito de um passadiço de passeio higiénico tal é a sua dimensão? Aliás, será porventura para corresponder àquilo que são as necessidades atuais de darmos uns passeios à volta da casa em função daquilo que se vive no nosso país? Portanto, será essa a intenção? É que, para além de muito pequenino, muito reduzido, é uma circunstância, uma visão circunstancial daquilo que pode ser o aproveitamento do rio. Mas, faça-se!-----

-----Terrenos para aumento do Campus do IPCA. Necessário? Útil? Sem dúvida alguma. Importante que se faça. Obviamente de acordo.-----

-----Mas depois vem uma outra questão, que é a aquisição de terrenos para a construção do novo hospital. Temos aqui uma matéria interessante. Aliás, mais à frente iremos falar sobre isso mais detalhadamente, mas eu adianto desde já. Queria perguntar ao senhor presidente quantas vezes disse o seguinte: “Só comprarei terrenos para o novo hospital quando tiver garantias da sua construção por parte da tutela”. Até completava com uma expressão muito peculiar: “não queiram que compre terrenos para plantar batatas”. O que lhe pergunto, e aqui está a dúvida, ou o senhor presidente chegou à conclusão que o negócio da batata pode ser uma fonte de receita importante para a autarquia, o que é legítimo e aceitável, ou então na verdade tem indicações de garantia que sempre invocou. E, se assim é, quais são essas condições garantias?-----

-----Sabe, senhor presidente, entre muitas críticas que lhe fiz e faço politicamente há uma que acompanha praticamente estes onze anos de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governação, é que o senhor presidente teve sempre o hábito de gerir a causa pública como se fosse sua, como se fosse particular, como se fosse pessoal, particularmente até nos dossiês que tomou para si como único representante da governação autárquica. E esse princípio é errado sob um ponto de vista democrático, é errado sob um ponto de vista até da transparência e daquilo que é necessário criar como condições para tal. E na verdade esta situação tem-se mantido. Espero que finalmente perceba, já um pouco tardiamente, tem legitimidade para governar, tem sim, senhor, ganhou as eleições, mas não tem legitimidade para governar de uma forma pessoal, uma espécie de autocracia da relação com o poder em termos municipais.-----

-----Termino, senhor presidente, peço desculpa, é só mesmo um minuto para terminar. E já agora vou adiantar, em relação ao ponto que era para ser incluído, por que é que não fomos defensores que fosse incluído. Exatamente porque consideramos que ele surgiu muito fora do tempo. E digo-lhe desde já, adiantando discussão, que sobre este ponto apresentado e incluído na ordem de trabalhos contra a nossa vontade, não tem a ver com a compra dos terrenos e com a necessidade, achando que isso é um *fait divers*, que não é isso que vai criar condições para o novo hospital, muito sinceramente. Não acho que seja condição prioritária para nada sobre isso. É um *fait divers* que foi criado entre o PSD e o PS, compra ou não compra terreno. Mas queria desde já dizer que nos vamos abster porque somos um grupo parlamentar que funciona num coletivo e não houve tempo absolutamente considerado oportuno sequer para podermos ter esta reflexão e daí que seremos pela abstenção, não pondo em causa a necessidade da compra, mas não fazendo daí nenhuma questão.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora a palavra ao senhor deputado Firmino Silva, do CDS. Faz



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Serei breve, muito breve, não esgotarei certamente o tempo que me está destinado.-----

-----Esta minha intervenção limitar-se-á a justificar o voto do CDS quanto a este ponto da ordem de trabalhos: a primeira revisão do orçamento e das opções do plano.-----

-----Naturalmente que haverá consenso entre os barcelenses para a afetação dos recursos para os investimentos que se anunciam: aquisição de terrenos para o IPCA, para a construção do novo hospital e passadiço pedonal.-----

-----Julgamos é que pecam por tardios, mas como é comum dizer-se, “mais vale tarde do que nunca”.-----

-----Um pequeno aparte aqui em relação ao passadiço, não foi só o Bloco de Esquerda, eu recorro-me que isto é um projeto que existe já desde os executivos do PSD. Quer dizer, já existe um projeto de passadiço ao longo do rio Cávado, já se fala disto anteriormente a dois mil e nove.-----

-----Em relação à aquisição dos terrenos, não deixamos de notar que é tudo feito em cima do joelho e já em final de mandato deste executivo.-----

-----Em particular, em relação à aquisição do terreno para o IPCA, cuja autorização foi votada em reunião anterior da Assembleia Municipal, não deixamos de notar que esta despesa ainda não estava contemplada no plano plurianual de investimentos quando a votámos. Irregularidade que o executivo pretenderá certamente colmatar com a aprovação desta proposta.-----

-----Em matérias de revisões orçamentais, o CDS tem vindo a manter o seu sentido de voto, pelo que, em coerência com o passado e com a votação na



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vereação, o CDS abster-se-á.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período de intervenções, o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

-----Tenho a informação que prescindiu. Ia perguntar aos senhores deputados, para segunda inscrição de três minutos: há inscrições? Não há inscrições.-----

-----O senhor presidente da Câmara fez-me sinal a dizer que queria fazer uma intervenção, que apelo que seja breve. Faz favor, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Serei o mais breve quanto me for possível, porque não posso deixar em claro uma série de coisas que foram ditas aqui que são, no mínimo, inexatas. É que acho que as pessoas estão aqui a confundir tudo e mais alguma coisa.-----

-----Quando vieram aqui na Assembleia, como diz a senhora deputada Sara Magalhães, dizer que era prevista uma revisão orçamental, era fácil de ver que até pelas próprias circunstâncias pandémicas era expetável que viesse haver uma revisão e uma alteração às opções do plano.-----

-----Agora, aquilo que nós temos que perceber e temos que ser corretos, e quando disse aquilo que disse, que se dirigiu a mim e ao senhor presidente da Assembleia, eu quero-lhe dizer que a Câmara, nas opções do plano e orçamento na altura, na rubrica de “aquisição de terrenos”, tinha a rubrica aberta, tinha a rubrica feita. É que os senhores estão com tudo à frente umas coisas das outras. Mas quem é que disse que o terreno é do IPCA neste momento? Quem é que disse? Onde é que estão as escrituras? Onde é que estão os documentos? Onde é que está o visto do Tribunal de Contas?-----

-----Aquilo que se fez foi uma inscrição nas opções do plano onde nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tínhamos o conforto da rubrica “terrenos”, que pode ser reforçada. E só agora é que estamos em condições, uma vez que houve autorização, para até àquele valor acordar com os proprietários e o acordo neste momento não está fechado ainda, está a ser negociado. E para ser negociado e eventualmente fechado não é o presidente da Câmara que vai fechar, faz o seu papel de negociar e depois o órgão Câmara é que vai deliberar, não é o presidente da Câmara. E este passo, e daí esta alteração, tem a ver depois com os instrumentos necessários para, caso seja aprovado em reunião de Câmara, serem remetidos ao Tribunal de Contas, porque como o pagamento é plurianual tem que se fazer a inscrição plurianual nas opções do plano dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois. Portanto, é preciso saber daquilo que estamos a falar e não vir aqui criar confusões de uma coisa que não existe. Sabemos que a aquisição se destinaria ao IPCA, mas pode não se destinar e a Câmara ficar como proprietária daquilo. Portanto, o instrumento de cedência, porque isto não vai ser vendido nem entregue ao IPCA, vai-lhes ser feito através, pelo menos pelo modelo que está previsto, de um direito de superfície, porque o IPCA também tem compromissos connosco da construção do multiusos, do uso do multiusos para todos os barcelenses e não só para o IPCA. E isto tem que ser agora definido quais são as regras que vamos acordar no sentido de também haver esta parceria que é saudável entre a Câmara e o IPCA. Portanto, não se cometeu ilegalidade nenhuma. Esta mania que tem da ilegalidade, da irregularidade, da transparência, isto é uma forma de transmitir lá para fora mensagens erradas e de judicialização da política que toda a gente é contra, mas toda a gente contribui para que isso aconteça. Portanto, eu quero que fique aqui bem claro que o instrumento vem agora porque só agora é que há condições de fechar o acordo com o IPCA.-----
-----Em relação à intervenção do senhor deputado José Maria Cardoso. Ó senhor deputado, este saldo de gerência que o senhor chamou superávite, que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não é superávite, isto tem vários superávites na perspetiva daquilo que é os saldos positivos em cada ano, o senhor tem que perceber uma coisa, o senhor tem que olhar para o município e perceber que temos uma série de concursos que ficaram vazios, que tiveram que ser reorçamentados. E sabe o que significa reorçamentação? Significa novos valores e tem que haver sustentabilidade. Depois vai ter que perceber que muitos dos quadros que a Câmara concorreu, PEDU's e outro tipo de quadros, as verbas não são suficientes para aquilo que é o elegível do quadro. Eu dou-lhe um pequeno exemplo do Centro Escolar da Várzea. Quanto é que nós temos do quadro? Reparou nisso? Tivemos que pôr mais um milhão de euros acima para fazer o Centro Escolar, porque só era elegível até um determinado valor e o projeto era maior. Como está a acontecer no fibrocimento das escolas. Como está a acontecer na escola de Carapeços, que não é quadro comunitário. Como está a acontecer na escola da Pousa, que não é quadro comunitário. É tudo orçamento municipal.-----
-----E este dinheiro que o senhor vê agora desaparecerá com rapidez, porque está comprometido com iniciativas que vamos fazer com o nó de Santa Eugénia. E aquilo que me preocupa e pode não o preocupar a si, mas a mim o que me preocupa é não deixar dívida no município. É um ponto de honra não endividarmos o município. E a única dívida que pode surgir e da qual não somos responsáveis, consequência de um contrato anterior, é o acordo da água. E quero-lhe dizer que, ao longo destes doze anos, aquilo que foi o passivo que nos foi transmitido em dois mil e nove, em princípio, estará liquidado neste ano de dois mil e vinte e um. Portanto, fizemos um esforço de uma gestão rigorosa, não endividando o município. Nós fomos, provavelmente não os únicos, mas fomos um dos municípios que não contribuiu, nos últimos doze anos, para o défice do país, pelo contrário, abateu-o. E é preciso termos esta consciência.-----
-----Quanto à sua ideia de que a gestão é pessoal, pode discordar, mas



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando o Bloco de Esquerda ganhar as eleições fará a gestão que entender fazer e eu sou daqueles que posso também discordar, mas respeito-a, porque todos nós temos opções da forma como podemos gerir quer negócios, quer o erário público. E não fique com essa ideia de que existem milhões, existem milhões, nós estamos aqui a querer deixar um cofre cheio. Aliás, como compreende, a minha única preocupação para o executivo que venha a seguir, e que eu espero que seja do Partido Socialista, é não deixar dívida nenhuma. Mas também não é deixar dinheiro. Nós temos que aplicar no investimento daquilo que temos necessidade. E, portanto, parece muito dinheiro mas é preciso perceber que em conjunto com os fatores que lhe dei, reorçamentações, obras que não têm apoio comunitário, e podia-lhe dizer aqui que várias delas estão neste momento em execução, nós devemos ter hoje já em execução mais de dez milhões de euros em obras. E quando se diz aqui que tem uma rubrica de nove milhões para despesas de capital, é evidente que é uma rubrica aberta que depois nos permite fazer o reforço das rubricas das obras que estamos a fazer. Perfeitamente transparente, legal, objetivo, sem problema nenhum.-----
-----Por último, deixe-me dizer que acho muito interessante as palavras que proferiu sobre o terreno do hospital. O senhor veio aqui já com a glória, e bem, acho que fez o seu papel, enquanto barcelense e enquanto deputado do Bloco de Esquerda, exigir no âmbito da gerigonça, exigir não, não sei qual o termo técnico, mas, pronto, vamos dizer que é uma exigência no âmbito do Bloco de Esquerda, que era preciso dar um passo para a construção do hospital de Barcelos e cometeram o erro, e já falámos disso aqui, que vem apenas no orçamento de dois mil e vinte aquela famosa frasezinha “iniciar os procedimentos”, que eu levantei essa questão, “o que é isso de iniciar os procedimentos?”. Portanto, não percebo como é que o Bloco de Esquerda, ele próprio, na Assembleia da República faz pressão junto do Governo para que se



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dê um passo no sentido de avançar com o hospital e agora põe em dúvidas naquilo que se está a fazer. Olhe, senhor deputado, aquilo que eu lhe estou a dizer é que se nós não adquirirmos os terrenos, se nós não fizermos pressão para o próximo orçamento de Estado, há uma coisa que eu tenho a certeza: não tenho compromisso nenhum, ninguém me disse “adquira que eu faço”. Mas quantas vezes falámos todos aqui “adquira, adquira, adquira, adquira, é a forma de fazer pressão”? E agora que se começa a construir este instrumento que é fundamental e eu pedia-vos que não se fizesse política à volta do hospital. Aliás, falando até nas reuniões de Câmara, estamos todos de acordo que é preciso o hospital. Acho que não há ninguém que não concorde que é preciso o hospital. Agora temos que criar os instrumentos e naturalmente fazer a pressão política, eu farei a minha e agradeço que todos os partidos, inclusive aqueles que têm assento na Assembleia da República, que o façam no sentido de acabarmos com esta do hospital e começarmos a fazer as coisas como deve ser.-----

-----Outra coisa que lhe quero dizer: o processo não está concluído. Este processo que vem aqui hoje é uma mera autorização não superior a quatro milhões. E depois vem-se para aqui dar a ideia que o presidente da Câmara agora vai fazer ali um acordo de taxas, taxinhas e “taxolas”. Não é verdade, não é verdade. Eu ainda ontem assumi em reunião de Câmara quando isto foi discutido, e estão aqui os senhores vereadores que podem confirmar isso, eu irei preparar aquilo que é a discussão com os proprietários, que eles têm legitimidade para isto, e não levarei a reunião de Câmara sem antes informalmente todos falarmos. Estão aqui os senhores vereadores que podem confirmar isto. Eu não apresentarei em reunião de Câmara enquanto nós vereadores não validarmos aquilo que será o instrumento para estarmos todos confortáveis e naturalmente isto é um processo que obrigatoriamente vai ter que ir a Tribunal de Contas. Portanto, não há acordo nenhum, há um pedido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informal da empresa a dizer que está disponível para vender dentro deste valor desde que haja um determinado tipo de compensações, que não foi aceite por mim nem por ninguém. Elas vão ser discutidas agora e é lógico, e se vocês olharam para a avaliação, avaliação oficial quer feita pela empresa proprietária, se a memória não me falha, em dois mil e dezassete, ou finais de dezassete/dezoito, e a nossa feita por peritos oficiais do Ministério da Justiça é de doze milhões, quinhentos e oitenta e três mil euros que vale o terreno neste momento. E o proprietário pode muito bem dizer assim: “Olhe, eu não quero contrapartidas nenhuma, quero que me pague o terreno. Olhe, nem quero pela sua avaliação, quero menos um bocado”. Mas há uma coisa que lhe digo, se nós criarmos um conflito e tivermos que recorrer a tribunal, através de uma expropriação ou uma posse administrativa do terreno, garantidamente vamos ter que depositar os doze milhões, quinhentos e oitenta e três à ordem do tribunal, porque a avaliação vai nesse sentido. Portanto, nós estamos a iniciar um instrumento para aquisição dos terrenos que ainda tem um caminho longo para fazer e a minha expectativa é tentar que isto esteja fechado até junho, porque o orçamento de Estado começa mais ou menos em junho/julho a ser discutido, com a esperança de que isto possa dar os passos que tem que dar.----
-----Portanto, eu quero que fique aqui bem claro e penso que não haverá ninguém nesta sala, nem em Barcelos nem em Esposende, porque este hospital abrange Barcelos e Esposende, que não queira o hospital. E quando me vêm dizer, por exemplo, que há perda de valências, olhe, eu posso-lhe dizer que na reunião que tive com a ARS as valências que estavam previstas em dois mil e sete são aquelas que se vão manter neste projeto, foi aquilo que me foi transmitido. Portanto, acredito que as pessoas não me vão dizer não há perdas de valências havendo perdas de valências. Até lhes digo mais, o projeto como estava pensado em dois mil e sete não sofrerá, grosso modo, nenhuma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração significativa, sofrerá sim aquilo que a lei obriga, uma atualização da arquitetura, porque a lei diz que projetos com mais de dez anos tem que haver uma atualização, que é o que a ARS está a fazer. Eu quero que fique bem claro que este passo é fundamental, não é do ponto de vista político ou político-partidário, é fundamental do ponto de vista dos cidadãos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos então proceder à votação desta proposta da primeira revisão ao orçamento municipal e opções do plano de dois mil e vinte e um!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Seis: três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com nenhum voto contra e seis abstenções.-----

-----Terminamos a discussão e votação do ponto dois, tenho um braço no ar, presumo que seja para declaração de voto?-----

-----Faz favor, senhora Sara Magalhães.-----

-----Se mais alguém pretende fazê-lo é só fazer sinal aos serviços.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Renovo os meus cumprimentos, na pessoa do senhor presidente desta Assembleia, a toda a Assembleia.-----

-----A declaração de voto do BTF subscreve respeitosamente na íntegra a intervenção da discussão deste ponto sem acrescentar nem retirar nada.-----

-----Mais, sentimos que as intervenções do senhor presidente da Câmara Municipal nesta sessão estão particularmente longas. Será estratégia, senhor presidente?-----

-----Disse.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Para esclarecer a senhora deputada, o artigo catorze do regimento permite que o senhor presidente da Câmara use da palavra nas apresentações das opções do plano ou do orçamento. O regimento prevê inclusivamente um tempo limite de trinta minutos. Eu fiz o apelo à síntese, mas permite que a mesa faça um reparo. Hoje, com exceção elogiosa de alguns senhores deputados, a generalidade é que não está a cumprir o tempo limite do regimento. E, portanto, temos todos que fazer uma autocensura e uma autolimitação nestas matérias.-----

-----Esclarecido isto, passamos ao ponto três e quatro da ordem de trabalhos, que passarão a ter a discussão conjunta e a votação separada.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Barcelos para as Juntas de Freguesia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Passaria a palavra ao senhor deputado Augusto Dias, pelo BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – Augusto Dias – Excelentíssimo Senhor Presidente, permita-me cumprimentar todos os presentes na pessoa de Vossa Excelência para abreviar tempo.-----

-----Excelentíssimo senhor presidente da Câmara, discutimos hoje os pontos três e quatro da ordem do dia: “Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia” e “Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Barcelos para as Juntas de Freguesia”, respetivamente.-----

-----Como todos sabemos, estas propostas resultam da aprovação da Lei cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, e do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, e em substituição do designado protocolo dos duzentos por cento, entre esta Câmara e as juntas de freguesia, em vigor desde dois mil e dez.-----

-----Não obstante a Câmara Municipal pretender manter a mesma percentagem a transferir para as juntas freguesias em dois mil e vinte e um, correspondendo aos duzentos por cento do FFF, importa salientar o seguinte:---

-----O senhor presidente fez as contas suportadas no valor residual do FFF e não com o acréscimo do excedente atribuído às freguesias nos dois anos transatos.-----

-----A título de exemplo, refiro o caso da minha freguesia, pois esta ficará sem cerca de doze mil euros na receita prevista para dois mil e vinte e um, assim como, julgo, todas as restantes freguesias do nosso concelho, nos termos percentuais de cada uma delas.-----

-----Senhor presidente, o BTF e a restante oposição em reunião de Câmara apresentou uma proposta que foi aprovada, proposta essa de alteração dos duzentos para trezentos por cento do valor do FFF a transferir para as freguesias para vigorar em dois mil e vinte e um, que Vossa Excelência não aceitou.-----

-----O BTF, ao propor esta percentagem, pretendeu de forma equitativa e equilibrada auxiliar financeiramente todas as juntas de freguesia na sua gestão para dois mil e vinte e um.-----

-----Numa anterior reunião com os presidentes de junta, o senhor presidente



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informou a sua indisponibilidade para protocolar dois mil e vinte e um a trezentos por cento, mas que manteria os duzentos por cento na íntegra e, sublinho, na íntegra.-----

-----Vossa Excelência declinou essa proposta de trezentos por cento e, para tristeza de todos nós autarcas responsáveis pelas nossas freguesias, e para cúmulo, defraudou-nos com esta redução enorme, sublinhe-se, enorme, pois esta cifra-se em cerca de vinte por cento menos do que era previsto, à imagem dos anos dois mil e dezanove e dois mil e vinte.-----

-----Chamo a atenção das senhoras e senhores presidentes de junta que os valores a transferir pela Câmara, no âmbito destas propostas, é menor relativamente a dois mil e vinte, ou seja, para dois mil e vinte e um a Câmara pretende transferir para as freguesias o valor de cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil e duzentos euros correspondendo aos duzentos por cento do FFF, calculado a partir do valor residual do FFF, sem a verba adicional de trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa e nove euros, que multiplicado por dois seria igual a setecentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e dois euros e, por isso, o valor seria de cinco milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois euros e não de cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil e duzentos euros, conforme proposto.-----

-----Assim, e em face do exposto, o BTF propõe ao senhor presidente que mande corrigir/alterar os valores constantes nas propostas aprovadas em reunião de Câmara, pois só assim será conseguida a justeza desta sua proposta. Supomos que todos estamos de acordo que esta nossa sugestão é possível de ser executada, assim Vossa Excelência aceite o nosso repto.-----

-----Não obstante tais apreciações, o BTF vota favoravelmente as propostas três e quatro constantes na ordem do dia.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora a palavra ao senhor deputado José Costa, do Partido Socialista. Faz favor.-----

DEPUTADO DO PS – José Costa – Muito bom dia a todos.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, a todas as Deputadas e Deputados aqui presentes.-----

-----A discussão do ponto três e quatro da ordem de trabalhos, que consiste no contrato interadministrativo de delegação de competências entre o município de Barcelos e as freguesias e o acordo de transferência de recursos do município de Barcelos para as freguesias, vem na lógica do contrato que já é celebrado desde dois mil e nove entre o município e as freguesias, contrato designado como duzentos por cento.-----

-----Este contrato novo com esta designação advém da nova lei que o Governo central que resolveu transferir competências para os municípios e para as freguesias.-----

-----Isto só vem salientar e valorizar o trabalho do poder local do município e das juntas de freguesia e da política de proximidade que nós juntas e municípios podem ter com as populações. Até que enfim alguém valorizou neste país o trabalho do poder local!-----

-----Também salientar que isto é feito a nível nacional pelo atual executivo do Partido Socialista, mas que em Barcelos já é feito há doze anos, ou vai para doze anos, pelo atual executivo do Partido Socialista, também. E isso é preciso salientar porque eu não tive a realidade antes de dois mil e nove e neste momento acho que nenhum presidente de junta ainda em exercício também teve essa realidade.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas, atendendo àquilo que nós vamos fazendo com o atual contrato, antes de dois mil e nove deveria ser quase impossível gerir uma junta de freguesia. Por isso, eu atrevo-me a dizer que este contrato será praticamente o vinte e cinco de abril para as juntas de freguesia do concelho de Barcelos.-----

-----Mas eu queria aqui salientar um pouco aquilo que eu próprio consigo fazer com este contrato e posso-vos dizer que na minha freguesia, na freguesia de Pereira, desde dois mil e treze, implementámos algumas políticas com estas verbas nas mais variadas vertentes como, por exemplo, o apoio à terceira idade. Criámos uma sala de convívio na junta de freguesia, começou por funcionar uma tarde por semana com as pessoas idosas da freguesia, que neste momento, com a criação de uma IPSS, passou a funcionar todos os dias, todas as tardes de todos os dias, e o que mais nos valoriza este trabalho é a gente sentir que há um ano atrás, quando foi no primeiro confinamento, os filhos das pessoas que frequentavam essa sala de convívio perguntavam-nos quando é que nós reabríamos, porque os pais em casa a ver televisão e sentados no sofá estavam a perder faculdades tanto físicas como mentais. Isso para nós, para mim e para os meus colegas, na Junta de Freguesia de Pereira, é das coisas mais gratificantes da gente saber que obtivemos políticas que trouxeram bem-estar às populações.-----

-----Mas, também nesta vertente, pudemos fazer ainda bem há pouco tempo, a uma pessoa que literalmente dormia debaixo de um plástico, que as telhas caíram todas, ficou com os muros ao alto, e nós, junta de freguesia, com as nossas verbas conseguimos lá colocar um telhado, colocar um pavimento, umas portas, e, não tendo as melhores condições do mundo, neste momento aquela pessoa está com as condições minimamente exigíveis.-----

-----Mas também na parte escolar. A junta de freguesia, de setembro até agora, investiu na nossa escola cerca de onze mil euros, que a Câmara Municipal



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não participou com nenhuma verba: requalificámos o parque exterior de recreio com uma relva sintética, em que as crianças podem utilizar para vários tipos de desportos, futebol e de outro género; colocámos uma cobertura em que eles podem ter atividade física cá fora; colocámos portas de alumínio numa zona em que num tempo chuvoso e de frio como este as crianças podem ter fora das salas de aula uma parte coberta com algum conforto para poderem ter atividades. Isso foi tudo o que nós conseguimos colocar na escola desde de setembro até agora.-----

-----Também queria salientar uma coisa que se passou aqui na Assembleia de setembro, que na altura como não tive possibilidade de intervir, que foi o senhor deputado José Manuel Carvalho Lopes, do CDS, eu penso que ele hoje não está cá, que veio aqui dizer o seguinte: “A Câmara Municipal transfere para as freguesias, no protocolo duzentos por cento, verbas para que as juntas de freguesia façam limpeza e conservação das escolas. Muitas vezes os seus coordenadores são obrigados a andar de chapéu na mão e a mendigar por essas verbas, que muitas vezes os presidentes de junta lhes dão no mínimo possível”. Penso não me ter enganado naquilo que disse e ontem estive a ver a ata da Assembleia para ser o mais correto possível.-----

-----Para terminar, só queria dizer o seguinte:-----

-----A Junta de Pereira, como muitos presidentes de junta que aqui estão, fazem um protocolo com o Agrupamento Rosa Ramalho, nós transferimos verba por aluno para visitas de estudo, verba por sala para limpeza das salas, e essas verbas são gastas, os coordenadores e as professoras gastam da forma como bem precisam com a respetiva entrega de fatura à junta de freguesia. E quando fui assinar esses protocolos, as verbas já estavam lá inscritas nesses contratos, nunca eu exigi que fossem mais ou menos, que achava que era muito ou que era pouco. E se as professoras precisarem de alguma verba extra é só me



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligarem que terão sempre da parte da Junta de Freguesia de Pereira o valor correspondente.-----

-----Para terminar, só queria salientar que o novo contrato, o acréscimo de duzentos e cinquenta mil euros que virão para as juntas de freguesia para o combate a esta pandemia da Covid-dezanove, não é o contrato mais perfeito do mundo, não há contratos perfeitos, todos eles podem ser melhorados. Da minha parte estarei aqui sempre para o tentar melhorar, nunca irei pedir à Câmara Municipal ou ao município, seja ele qual for o executivo, a verba só pela verba, estarei sempre disponível para receber a verba quando tiver mais competências, quero ter mais competências, e aí sim receber a compensação definitiva.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José Costa.----

-----Agora passaria a palavra ao senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Serei muito breve, só algumas considerações que julgo serem importantes transmitir a esta Assembleia Municipal sobre o posicionamento do Partido Comunista nesta matéria.-----

-----É conhecida, isto não é novo, eu não quero deixar, mais uma vez, de referir que esta dotação às juntas de freguesia de mais competências e recursos é importante, pois são as juntas conhecedoras dos profundos problemas locais e a proximidade que existe entre as juntas de freguesia com as suas populações, desde que sejam orientadas por políticas corretas, não deixa até de aprofundar a própria democracia e a própria participação popular num processo de resolução dos problemas.-----

-----Contudo, esta decisão de competências e recursos, sendo positiva,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assume-se também responsabilidades e uma das grandes responsabilidades que neste caso cabe ao município, mas também aos presidentes de junta de freguesia, é que implica uma avaliação sistemática e rigorosa na busca do importante e necessário equilíbrio entre as competências atribuídas e os recursos que são necessários para a assunção dessas competências. Pois caso exista desequilíbrios, para além de não resolver os problemas que são locais, no caso concreto das freguesias, acrescenta e traz novos problemas, além também de introduzir aqui uma situação muito complexa, que é a desresponsabilização dos atores políticos, quer da própria Câmara Municipal de Barcelos quer das próprias juntas de freguesia, entrando-se naquele jogo de passa-culpas, de que uns dizem que uns não cumprem, outros dizem que outros não cumprem. Portanto, é preciso sempre a análise rigorosa deste equilíbrio para que estas medidas tenham efetivamente sucesso.-----

-----Contudo, não posso deixar de referir, e foi mais esta consideração que me trouxe aqui, para se perceber melhor, a máxima popular “não há bela sem senão”. Esta atribuição dos recursos, portanto, nem estou muito a falar das competências, dos recursos e a fórmula como se transfere os recursos é aparentemente justa e até pouco controversa, não tem suscitado grandes controvérsias em torno disto. Mas não deixa de ser uma decisão e um processo e uma forma bastante simplista que não atende às reais necessidades das freguesias. Portanto, nós temos aqui freguesias que podem estar a assumir competências que, fruto de uma transferência de recursos demasiado simplista, não corresponde a essas necessidades, porque temos problemas locais muito mais aprofundados do que em outras freguesias. Portanto, é um processo simples que não atende a essas dificuldades, pois não há uma observação rigorosa das necessidades locais, o que poderá aqui e acolá ocultar uma certa injustiça entre freguesias.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Isto para dizer o quê? Que a Câmara Municipal terá que estar sempre atenta e não se poderá demitir de introduzir instrumentos, investimentos que promovam a coesão territorial e que corrijam as assimetrias sociais, económicas e demográficas que existe entre freguesias. Aliás, isso foi admitido anteriormente por uma intervenção de um membro do Partido Socialista. E este mecanismo, este processo de dotação de competências e de recursos não corrige de todo esta falha que existe, estas assimetrias que existem entre freguesias, aliás, julgo que contribui ainda mais para o aprofundamento destas mesmas assimetrias. Portanto, tem que haver aqui uma atenção e um rigor da Câmara Municipal de gerir instrumentos que corrijam estas assimetrias.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria agora a palavra ao senhor deputado José Padrão, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Caros Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Caros Membros desta Assembleia, Senhores Jornalistas, Prezado Público e quem nos acompanha em casa.-----

-----Nunca é de mais referir que o anterior modelo de protocolo entre as juntas de freguesia e o município de Barcelos, o famoso protocolo duzentos por cento, foi um exemplo para todo o país.-----

-----Este executivo municipal com a implementação do protocolo duzentos por cento reconheceu a capacidade que as juntas de freguesia têm para gerir bem o dinheiro e as obras, tivemos assim mais autonomia e competências, representando mais independência político-financeira.-----

-----Agora, em dois mil e vinte e um, temos o Governo a fazer esse



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhecimento e aqui estamos nós a dar mais um passo para a emancipação que as juntas tanto reclamam e merecem. Passo a passo vamos conquistando o nosso espaço, reconhecido por todos, mas nem sempre com coerência.-----

-----Este executivo está em fim de mandato, certamente o contrato entre as juntas e o município será tema de campanha eleitoral nas próximas autárquicas, deixo um conselho mas também um alerta: que nenhuma candidatura despreze e ignore esta medida, pois quem desvalorizar a importância das juntas de freguesia não merecerá o apoio dos barcelenses. O próximo executivo municipal terá a obrigação de superar ainda mais esta medida, até a pandemia veio provar que nós, juntas de freguesia, somos essenciais às nossas populações.-----

-----Numa rápida análise, percebemos que o saudoso protocolo duzentos por cento era mais completo do que este novo, daí que o senhor presidente da Câmara, numa reunião com os presidentes de junta, comprometeu-se a fazer o ajuste financeiro entre o valor que o Governo vai atribuir e o do anterior protocolo, através de um outro contrato, nesse caso o interadministrativo. Devemos aceitar e votar a favor, pois é mais um instrumento que capacitará as juntas de freguesia de ter mais e melhores condições para mais condignamente exercerem este trabalho tão essencial às nossas populações, somos o órgão político governativo mais próximo das pessoas.-----

-----Não querendo entrar na discussão de pormenor, mas quero focar aqui alguns pontos deste novo contrato interadministrativo que me parecem importantes. Desde já chamar a atenção para este novo contrato, deverá ficar bem explícito a questão das responsabilidades para com as vias de comunicação, manutenção de parques e jardins, pois por vezes fica difícil perceber onde começa e termina a responsabilidade e competências das juntas e do município.-----

-----Também quero elogiar a atribuição do subsídio de dois euros por



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitante que o município reconhece que precisamos nesta ajuda de pandemia, pena é que a DGAL, a Direção-Geral das Autarquias Locais, não reconheça isso e não dê o que as juntas mereciam, também um apoio extra para esta situação de pandemia.-----

-----Mas o ponto mais importante que eu quero aqui falar é a questão das verbas atribuídas às freguesias que têm escolas. Senão vejamos:-----

-----Temos juntas de freguesia que têm uma, duas e três escolas, enquanto outras não têm nenhuma, logo não é justo recebermos todos pela mesma fórmula de cálculo.-----

-----Senhor presidente, ainda vai a tempo de corrigir esta desigualdade e deixo aqui o meu contributo e sugestão: mantenha os valores sugeridos neste contrato e atribua uma verba extra por sala, assim será mais justo e seria uma medida fácil de aplicar. É que, para além dos valores protocolados com as escolas, existem sempre pedidos extras que as juntas, pela proximidade e serviço social, acedem sempre.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Passaria agora a palavra à senhora deputada Otilia Castro, do PSD. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO PSD – Otilia Castro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretário da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Caríssimo Público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham via *Web*, muito bom dia a todos.-----

-----Se havia ainda algumas dúvidas sobre a habilidade política na governação municipal do Partido Socialista, podemos agora dizer: não, não tenham dúvidas,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tenham mais dúvidas!-----

-----Temos de reconhecer arte e engenho no Partido Socialista.-----

-----A partir de hoje, o tão proclamado “protocolo duzentos por cento” que apoiava financeiramente em mais de dois FFF as juntas de freguesia foi dividido em dois e não foi dividido ao meio!-----

-----O executivo do PS calculou que a delegação de competências entre o município de Barcelos e as juntas de freguesia (denominado até aqui de protocolo duzentos por cento) pese agora monetariamente apenas cento e quarenta por cento do valor inscrito anualmente na Lei do Orçamento do Estado a favor das freguesias, ou seja, um vírgula quatro FFF, o qual será vertido num contrato interadministrativo entre as partes (município e juntas), transferindo para as juntas de freguesia responsabilidades de gestão e/ou conservação de:-----

-----Equipamentos rurais e urbanos;-----

-----Rede viária municipal;-----

-----Património, cultura, desporto, atividades recreativas e de lazer;-----

-----Educação;-----

-----Proteção civil;-----

-----Prevenção, contenção e mitigação da transmissão do vírus Sars-Cov-dois e da doença Covid-dezanove;-----

-----Orçamento participativo.-----

-----O executivo do PS calculou ainda que para assegurar a cooperação técnico-financeira entre o município e as juntas freguesias na concretização da transferência de competências dos municípios e após diálogo havido entre a Câmara Municipal e cada uma das freguesias, a Câmara Municipal transfere uma comparticipação financeira no valor equivalente a sessenta por cento do montante previsto anualmente no orçamento do Estado para as freguesias, no



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

âmbito do FFF, ou seja, zero vírgula seis FFF, vertidos num acordo de transferências de recursos do município de Barcelos para as juntas de freguesia.-----

-----Ora, somando tudo isto, não temos mais do que dois FFF transferidos para as freguesias, numa habilidade política que se traduziu num contrato interadministrativo (que vale um vírgula quatro FFF) e num acordo de transferências de recursos (que vale zero vírgula seis FFF). Em suma, nada mais do que o “antigo” protocolo duzentos por cento.-----

-----Chegados aqui, é hora de perguntar ao senhor presidente da Câmara e ao executivo do Partido Socialista: onde está o terceiro FFF? Ou em que documento será este vertido? Uma vez que este terceiro FFF foi aprovado, por maioria, numa reunião de Câmara ocorrida já no último trimestre do ano dois mil e vinte.-----

-----Preferirá o senhor presidente e o executivo do PS continuar a fazer uso da cláusula cinco do contrato interadministrativo “outras transferências financeiras” para que deste modo possa tomar decisões incrementadas de cor política, em vez de investir nas reais necessidades e prioridades das freguesias e das suas populações?-----

-----Todas as juntas de freguesia merecem ser apoiadas nos seus projetos e nas suas obras, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista financeiro. Não pode haver lugar a desigualdades.-----

-----Porque as juntas de freguesia merecem a atenção e o empenho por parte do município, quer no apoio técnico quer no apoio financeiro, para o alcance e materialização dos seus projetos e obras, o PSD votará, contudo, favoravelmente estas propostas (contrato interadministrativo e acordo de transferências de recursos), aguardando que o executivo municipal proceda à implementação do terceiro FFF já aprovado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Passaria agora a palavra ao senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caros Concidadãos e aqueles que nos assistem também via *Web*, hoje mais próximos, e bem.-----

-----Muito mais do que documentos relacionados com o protocolo dos duzentos por cento que sustentam aquilo que foi a estratégia do Partido Socialista desde dois mil e nove, nós temos que olhar para os dois documentos do ponto três e do ponto quatro como documentos estratégicos da relação do município para com o seu território.-----

-----O PS decidiu em dois mil e nove, e o Governo reconhece-o agora em dois mil e vinte e um, que faz todo o sentido que sejam aproximadas as condições técnicas, financeiras e políticas para que os senhores presidentes de junta possam desenvolver os seus territórios.-----

-----Infelizmente ou felizmente ainda sou do tempo, nesta Assembleia Municipal, vim para cá pela primeira vez ou fui eleito pela primeira vez no século passado, em mil, novecentos e noventa e sete, de assistir a freguesias com panos pretos porque não recebiam (na altura escudos) um único escudo durante o mandato inteiro, presidentes de junta que recusavam medalhas porque não tinham recebido um único cêntimo (escudos na altura) durante o mandato inteiro. E hoje isso não só não acontece como, ao contrário do termo “habilidade” que a senhora deputada do PSD utilizou, e que é contradito pelos presidentes de junta que intervieram, são duas intervenções diferentes do PSD,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

há um PSD que não é o PSD das juntas de freguesia e há o PSD das juntas de freguesia que percebe o que é que está de facto a ser discutido, a mudança desta realidade é absolutamente profunda.-----

-----E mais, não sejamos capazes de perceber a diferença de conceitos entre igualdade e equidade. A igualdade muitas das vezes é injusta, porque se dermos uma escada igual a duas pessoas com altura diferente elas não ficam com o mesmo campo de visão. É uma aparente igualdade, é uma injustiça. E se os duzentos por cento são um instrumento de igualdade também com alguns elementos de equidade, que nos princípios da construção do Fundo de Financiamento das Freguesias estão elementos também da equidade, é eminentemente um instrumento de igualdade. Equidade, e muito bem dito por alguns dos senhores deputados municipais que intervieram aqui, há ainda assimetrias que têm que ser alteradas. E a senhora deputada tinha que ouvir com atenção a intervenção do senhor deputado Adélio Miranda quando refere que em Roriz o desenvolvimento que houve nos últimos anos, mais concretamente entre mil, novecentos e setenta e seis e dois mil e nove, reconhecerá certamente que o salto que foi dado entre dois mil e nove e dois mil e vinte e um é muito maior.-----

-----O investimento estratégico que foi feito na escola ou no complexo desportivo só é possível ser feito se nós formos capazes depois, para além dos duzentos por cento, de fazer atribuições que consigam essas mesmas – a equidade –, que o instrumento do Fundo de Financiamento das Freguesias não consegue. E dou-lhe um exemplo objetivo, dois, aliás, de dois partidos diferentes.-----

-----Aproveitando a intervenção do senhor deputado Adélio Miranda, a grande obra deste mandato da Junta de Freguesia de Roriz será, esperemos nós que esteja concretizada em breve, a avenida entre a zona do cemitério e da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

igreja e que terá um investimento muito superior aos trezentos por cento. Que se a medida que o PSD e o BTF propuseram em sede de reunião de Câmara fosse aprovada não permitia que esta obra importante na freguesia de Roriz fosse concretizada.-----

-----Ou mais, já que estamos a falar de uma junta do Partido Socialista, falemos de uma junta do PSD. O senhor presidente da junta do PSD, José Padrão, e que fez uma intervenção que eu subscrevo quase na totalidade, falarei do pormenor das escolas por algumas questões que não foram levantadas mas que serão importantes depois clarificar, também teve um conjunto de investimentos neste mandato que não seriam possíveis se a medida dos trezentos por cento estivesse em prática. Porque, e é bom que também se refira isto para clarificar a intervenção do Partido Comunista Português, os trezentos por cento estão concretizados. Mais de trezentos por cento de investimento nas freguesias é feito anualmente pelas sucessivas governações do Partido Socialista. Não foram sessenta milhões de euros que foram transferidos para as juntas de freguesia ou para as freguesias nos últimos onze/doze anos. Foram mais de cem milhões de euros. Que para além do protocolo dos duzentos por cento foram feitas atribuições, essas sim de equidade, e para muitas vezes responder a obras estratégicas fundamentais em algumas freguesias para complementar ou até para dirimir ou até para diminuir muitas das assimetrias. É de mais de cem milhões de euros o investimento. E é um investimento estratégico. Eu gosto muito de ver os senhores deputados falarem estratégia, não há estratégia, não há estratégia. Este é um investimento estratégico porque o Partido Socialista, anos a fio na oposição, veio dizendo “nós consideramos que o investimento feito pelas freguesias é multiplicador”. Temos ideia, inclusive, que um euro investido numa freguesia vale dois euros. Portanto, falando em cem milhões de euros que foram transferidos para as freguesias, provavelmente



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos a falar em investimento para as pessoas de mais de duzentos milhões de euros. Porque de facto do ponto de vista burocrático e de proximidade em relação aos problemas das pessoas as juntas de freguesia têm aqui inequivocamente uma mais-valia.-----

-----E, recorde, estava cá em dois mil e um, já neste século, o PSD votou contra os duzentos por cento. No Governo, quando teve a oportunidade de concretizar a governação municipal, quando teve a oportunidade de concretizar estas medidas não as concretizou.-----

-----Nós fizemos, orgulhamo-nos delas, e é isto que marca. Não é na oposição. É no poder tomar medidas que são estratégicas e de desenvolvimento das nossas populações.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período de intervenções, o senhor deputado Firmino Silva, do CDS. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, renovo os cumprimentos.-----

-----O CDS irá, naturalmente, votar a favor destas duas propostas: delegação de competências e transferência de recursos para as freguesias/união de freguesias.-----

-----Não somos daqueles que julgam que com a aprovação destes instrumentos, contratos interadministrativos e acordos, se irão acabar com as desigualdades e o arbítrio na atribuição de verbas municipais às juntas de freguesia.-----

-----Voltamos aqui a citar novamente um senhor deputado do Partido Socialista, aquando da discussão e aprovação do designado protocolo dos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duzentos por cento, fazendo a sua defesa. Dizia ele: “...nesse tempo (referindo-se aos anteriores executivos municipais do PSD), o paradigma do presidente de junta competente era aquele que mais pedidos de subsídios conseguia aprovar e essa capacidade derivava não em muitos casos do próprio valor dos projetos, isto é, do impacto que representavam para o desenvolvimento das suas freguesias, mas sobretudo a proximidade que tinha com o poder”. Infelizmente, isto ainda assim é e os senhores presidentes de junta sabem-no muito bem.-----

-----A confirmação do acabado de afirmar está espelhado nas sucessivas informações escritas acerca da atividade municipal, que nos são apresentadas nas várias sessões desta Assembleia Municipal e que a da presente sessão não é exceção.-----

-----Os contratos interadministrativos vão continuar a permitir que assim seja, permitindo a continuidade da designada “política de chapéu na mão”, pois está previsto no seu texto.-----

-----Veja-se a cláusula quinta, número um, que é igual à cláusula segunda, número um, alínea f), do protocolo dos duzentos por cento, em que se diz expressamente, e passo a citar: *“O primeiro outorgante (município de Barcelos) poderá ainda participar outras realizações ou investimentos, designadamente cemitérios, sedes e outros, para além das descritas anteriormente, sendo a participação financeira objeto de deliberação do órgão executivo, sob proposta do presidente, que apreciará a sua relevância e oportunidade face às disponibilidades financeiras”*. Repito: *“...o órgão executivo, sob proposta do presidente, apreciará a sua relevância e oportunidade face às disponibilidades financeiras”*.-----

-----Que fique claro, para entendedor mal-intencionado, que o CDS não é contra as transferências, mas sim contra a falta de critério para tal ou quando o critério é a proximidade e/ou a cor política.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estas matérias, delegação de competências e transferência de recursos, encontram-se umbilicalmente ligadas à reorganização administrativa.-----

-----Não deixa de ser curioso ver aqueles que reclamam a reposição das freguesias serem os mesmos que reclamam a delegação de mais competências e a transferência de mais recursos para as freguesias. É uma contradição defender as duas coisas.-----

-----Não se pode pedir mais competências e mais recursos para micro entidades administrativas, que não terão escala para as justificar. Seria um desperdício de meios e recursos se assim fosse.-----

-----Com a reorganização administrativa pretendeu-se precisamente promover ganhos de escala e de eficiência que justificam esse alargamento de competências, atribuições e recursos para as freguesias.-----

-----Queria aqui só fazer um pequeno aparte em relação à minha intervenção, e pegando na intervenção do senhor deputado anterior que deu aqui vários exemplos de freguesias, o CDS estava à espera que desse o exemplo da freguesia de Carvalhal. Nós não vínhamos aqui falar novamente, mas o senhor deputado lembrou-nos e, portanto, vimos aqui novamente repisar o assunto de Carvalhal. O senhor deputado sabe que entre dois mil e treze e dois mil e dezassete a freguesia de Carvalhal não recebeu qualquer transferência de investimento, ao passo que já neste mandato a Junta de Freguesia de Carvalhal recebeu mais de cem mil euros para investimento. Um pequeno aparte...-----

-----Uma última palavra para expressarmos o nosso desagrado pelo desrespeito para com a oposição demonstrado pelo senhor presidente da Câmara nesta matéria, fazendo tábua rasa do aprovado em reunião de Câmara.-

-----Quem quer o mais também quer o menos, pelo que o CDS votará, como referido de início, favoravelmente as duas propostas.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou este período de inscrições inicial, ia perguntar se algum senhor deputado se quer inscrever para a segunda intervenção de três minutos.-----

-----Tem a palavra a senhora deputada Otília Castro, do PSD. Faz favor, senhora deputada.-----

-----Apelo ao cumprimento dos três minutos considerando que é meio-dia e trinta e dois minutos.-----

DEPUTADA DO PSD – Otília Castro – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, renovo, na sua pessoa, o cumprimento a todos os presentes.-----

-----Venho só aqui para responder ao senhor deputado Manuel Mota e deixar claro o seguinte:-----

-----Não chamei habilidosos ao Partido Socialista. Chamei que esta fusão do contrato interadministrativo e o acordo de recursos é uma habilidade política, porque na prática não se traduz num aumento de transferência de verbas para as freguesias, mas sim num aumento de transferência de competências. Portanto, só queria deixar claro isto. O protocolo duzentos por cento nós estamos de acordo, já congratulámos várias vezes o Partido Socialista pela sua implementação. Portanto, não há dúvidas e não quero que fiquem dúvidas aos senhores presidentes de junta que estamos perfeitamente em sintonia nesta transferência de verbas. Agora, o que fica a dever às juntas de freguesia é transferidas competências e não ser transferido o devido pacote financeiro. O que o município fez aqui foi uma habilidade política de juntar num contrato interadministrativo e num acordo de transferência de recursos a fusão das duas coisas e que se traduziu no protocolo duzentos por cento. Nada mais do que isso.-----

-----Espero ter esclarecido o senhor deputado Manuel Mota.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Na sua pessoa volto a cumprimentar todos os presentes.-----

-----Muito rapidamente e só para esclarecer alguns aspetos em função até das anteriores intervenções.-----

-----Eu acho que nós estamos a discutir algo sob um ponto de vista, diria, legal e tendo a ver com aquilo que é a correspondência às novas exigências que estão criadas faz todo o sentido. Mas sob um ponto de vista funcional nós não estamos a discutir nada mais do que aquilo que já existia, simplesmente subdividido em duas partes. Isto é uma realidade. Com uma outra agravante, que também é verdade, que é uma maior atribuição de competências. Ou seja, aquilo que era feito pelas juntas de freguesia com uma determinada verba a partir do exercício em função de um conjunto de atribuições e competências que lhes eram feitas, passa a ser com a mesma verba proporcionalmente com um maior número de atribuições. Essa é a realidade, é um facto. Não estou a dizer com isto que não seja importante fazer este protocolo, mas não é mais do que era o protocolo dos duzentos por cento.-----

-----Agora, pergunta-se: mas então como corrigir este facto? Na verdade, se aumentasse os trezentos por cento e se a transferência fosse na totalidade em função daquilo que é a atribuição, dos critérios de atribuição do fundo de financiamento, naturalmente também estava criado um aumento da injustiça, porque aparentemente aquilo que é justo fazer-se a partir da atribuição aumentar, duplicar, e nesse caso triplicar, também implica que haja um desajustamento, uma assimetria entre freguesias. Falou-se aqui na questão das escolas, por exemplo, só por si muitas vezes o é, mas não só. A própria área de superfície que uma freguesia tem, o número de caminhos existentes, o número



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de florestas, tudo isso são diferenças que não estão compensadas na atribuição daquilo que é o fundo de financiamento. E, como tal, está criada uma injustiça à partida que é preciso corrigir e se não houver uma cláusula que permita essa correção naturalmente ela não se faz.-----

-----Agora, é lógico também de se pensar que essa cláusula de “outras transferências financeiras” permite tudo, entre as quais não corrigir e aumentar a incorreção. Portanto, é verdade que este poder atribuído ao município enquanto Câmara de exercício e que é legítimo poder fazer-se, muitas das vezes ele não existe com essa compensação. Não é o caso concreto de Barcelos, é de uma forma geral. Há aqui, digamos, uma dependência do poder central a partir do município que vai continuar a funcionar em muitas situações.-----

-----Queria, por último, dizer em relação ao que o senhor deputado do CDS disse sobre o não haver escala ou haver escala, e a união das freguesias sempre a formar escala, eu pergunto-lhe: onde é que estão esses ganhos e esses recursos das uniões de freguesia? Justifiquem lá isso como uma vantagem que tenha sido atribuída às uniões de freguesia.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu pedi a palavra apenas para complementar aquilo que eu disse que dizia e depois não tive tempo para dizer, que era, para clarificar, a questão das escolas, mas aproveito, já agora, para também clarificar a contenda com o PSD.-

-----Não é nenhuma habilidade política. É uma decisão política, em nossa visão, objetiva na relação que queremos ter com as juntas de freguesia. Nós



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

achamos que é um instrumento que garante a qualidade do exercício democrático e a proximidade das respostas públicas entregar aos senhores presidentes de junta, às juntas de freguesia, duzentos por cento do Fundo de Financiamento das Freguesias. E que se crie depois instrumentos, ou há um instrumento que está no próprio protocolo, e é bom que se clarifique que não há aumento de competências, as competências são as mesmas e as verbas naturalmente são as mesmas do protocolo anterior, garantiu-se que não havia nenhuma perda no contexto global. E, como foi dito e bem, não foi feito pela Câmara Municipal, foi feito pela Câmara Municipal numa relação estreita com as juntas de freguesia. Foram solicitadas informações específicas sobre cada um dos temas para se fazer uma distribuição justa, exatamente adequada àquilo que são as realidades territoriais. Depois, complementamos naturalmente e basta ver as médias dos onze anos para perceber que até é superior a trezentos por cento, na maior parte das vezes é superior a trezentos por cento, e há uma parte dos investimentos que são feitos do ponto de vista estratégico como referenciais e só assim é que são possíveis no contexto das assimetrias que existem.-----

-----Em relação a Carvalhal, eu não fujo, não temos que fugir em relação a nenhuma matéria. Eu tinha essa ideia, mas fui solicitar informação, no mandato anterior tinha sido solicitado um subsídio para uma carrinha e para obras escolares e foram dados esses dois subsídios. E se não houve mais subsídios foi certamente porque não foram pedidos ou se foram pedidos podiam ser de determinada monta que não eram concretizáveis. Mas não é verdade que não foi atribuído, para além dos duzentos por cento!-----

-----Não vamos esquecer este pormenor que é um pormenor muito grande. É que mais de sessenta e seis por cento daquilo que habitualmente é transferido para as freguesias já é atribuído de forma igual. A Junta de Freguesia de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carvalhal e todas as outras já tinham sessenta e seis por cento do total das transferências feitas para as juntas de freguesia. Não era a realidade que existia antes de dois mil e nove. Antes de dois mil e nove não era sessenta e seis por cento, era zero. Sessenta e seis por cento é muito diferente, é a esmagadora maioria. E desculpem o que eu vou dizer agora, está aqui o presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal, a Junta de Freguesia de Carvalhal neste mandato fez um excelente trabalho, é reconhecido por todos. E é um excelente trabalho porque nós sabemos, é aqui dito sistematicamente, que há presidentes de chapéu na mão, há presidentes de junta que não precisam de ir à Câmara Municipal no mandato inteiro, que o protocolo dos duzentos por cento garante condições financeiras para conseguir governar.-----

-----Em relação às escolas, eu estou de acordo com aquilo que é a perspetiva do senhor presidente de junta de Macieira, só há aqui duas *nuances* importantes: já há um mecanismo de equilíbrio que permite às freguesias que têm equipamentos escolares de receberem num contexto de relação com outras freguesias que não têm; mas também há outro instrumento importante, que é o instrumento de que há freguesias que perderam as suas escolas e que têm despesas muito significativas com essa perda de escola e a maior de todas é uma perda de fixação de população muitas das vezes e, em meu entender, também uma perda de qualificação da própria resposta pública que tem, e isto é importante também que se refira.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período de intervenções, o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Duas notas muito breves:-----

-----A primeira, a afirmação do senhor deputado Manuel Mota. Eu não gosto de particularizar, eu gosto de falar do geral, partir do particular para o geral e não do geral para o particular. Falou de uma obra em Roriz que é obra estruturante. Eu quero-lhe dizer que, para além de ter nascido em Roriz, amo essa freguesia onde continuo a ter casa. Tenho um respeito e uma amizade pessoal muito grande pelo senhor presidente da junta do Partido Socialista, considero um autarca trabalhador. Mas quero-lhe dizer que a grande obra que se fez em Roriz não é a Avenida Padre Félix Ribeiro, que são trezentos metros de obra. Foi uma estrada que se fez a nascer em Galegos Santa Maria, ainda perto do Eirogo, e que cruza oitenta por cento da freguesia, numa extensão de muitos quilómetros, foi uma obra feita a partir de um caminho de cabras como se chamava e que já foi feito no tempo da gestão do senhor João Casanova, num executivo PSD. Mas todas as obras que venham em Roriz são bem-vindas e melhor do que essa avenida teria sido um centro escolar feito com mais cautela e mais ponderação para não ter sido alvo de contestação aqui, não por mim, que é a primeira vez que falo nele, nem queria falar, mas das populações que lá vivem.-----

-----O segundo ponto, mais importante. Senhor deputado Manuel Mota, o senhor já passou pelas bancadas da Assembleia da República, tinha a obrigação de ter mais cuidado com afirmações que faz sobre grupos parlamentares aqui presentes. Eu quero-lhe dizer o seguinte: como líder deste grupo que ali está à minha frente eu tenho honra, orgulho e, até para lhe dizer, vaidade com todas as intervenções que aqui são feitas pelos meus colegas de bancada. Subscrevo-as na íntegra. O PSD tem orgulho e vaidade em ter excelentes presidentes de junta. Saúdo calorosamente as intervenções que aqui foram feitas hoje, tal como todas as que foram feitas no passado. Nunca me ouvirá aqui fazer uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crítica a uma intervenção de um autarca, possa haver alguma pequena contradição aparente seja no seu grupo, seja em qualquer outro. Como tal, peço-lhe encarecidamente que não tente dividir aquilo que está unido, porque as divisões nos partidos não são para tratar nesta Assembleia, aqui são para tratar as questões que dizem respeito aos cidadãos de Barcelos. E as divisões que existem são públicas e infelizmente ou felizmente não tem sido o PSD a dar exemplos de fraturas que aconteceram no vosso executivo durante este mandato.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminamos a discussão destes dois pontos da ordem de trabalho, vamos passar à respetiva votação!-----

-----O senhor presidente da Câmara está-me a fazer um sinal de que pretende fazer uma intervenção, eu peço que seja breve.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Serei breve naturalmente, mas é preciso esclarecer algumas coisas que foram ditas e que não correspondem à realidade.-----

-----Mas, de uma forma muito simpática, permitam-me devolver o mimo à senhora deputada Sara Magalhães. Eu falo em função daquelas questões que me são apresentadas, se a senhora deputada não quer que eu responda não me faça perguntas. Portanto, a senhora não usa o tempo, eu também não uso e passamos todos à frente. Mas é preciso que perceba que eu tenho que responder a várias intervenções e acho deselegante dizer que eu uso o tempo para queimar tempo. Não é esse o meu objetivo, nunca foi, de qualquer forma queria que tivesse esta perceção.-----

-----Em relação às várias intervenções, é preciso dizer aqui algumas coisas de uma forma muito rapidamente.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A intervenção do senhor presidente de junta Augusto Dias, eu quero dizer ao senhor presidente, de uma forma frontal, que quem me conhece sabe que eu não gosto de dizer nada, acho que as questões com os presidentes de junta devem ser todas ditas em sede própria. O senhor veio aqui reafirmar aquilo que disse na reunião e fez tábuas rasas daquilo que foi dito na reunião, ou seja, o senhor vem dizer que é menos. Não é. Porque o senhor sabe que foi indexado e sempre foi indexado ao FFF os duzentos por cento. E o senhor confundiu uma aposta que fez na base das verbas que recebeu em dois mil e vinte, sabendo que em dois mil e vinte, e é preciso que os senhores deputados aqui saibam isso, as juntas de freguesia receberam uma verba que estava cativa, se a memória não me falha, desde dois mil e dez e que foi recebida em dois mil e vinte e que a Câmara também deu os duzentos por cento. Portanto, não se pode validar o ano dois mil e vinte com uma verba do FFF porque os protocolos, como está o contrato interadministrativo e o acordo, estão baseados naquilo que é o FFF. Senhor presidente, eu quero voltar a reafirmar aquilo que lhe disse, porque o senhor veio aqui dizer que lhe reduziram o protocolo. Não reduziram. A diferença é esta e foi discutida entre nós os presidentes de junta todos nessa reunião que tivemos.-----

-----Depois, pareceu-me que percebi que o senhor disse que eu estava disponível para dar os trezentos por cento. Se não foi isso peço desculpa por esse facto.-----

-----Em relação à proposta da Câmara, é preciso dizer que a proposta foi aprovada para o protocolo dos duzentos por cento. Nós não temos protocolos de duzentos por cento. Isto foi explicado. Neste momento o protocolo dos duzentos por cento não existe. Existe um contrato interadministrativo de acordo com a lei e existe um acordo de transferência de competências daquilo que foi as transferências feitas pelo Estado central e por isso é que se criaram



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estes dois instrumentos.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo, isto não é uma forma simplista de apoiar as freguesias. Isto tem critérios e não é por nada que já se falou aqui muitas vezes na cláusula quinta. Primeiro, não é um contrato interadministrativo fechado, é um contrato aberto, e tentar colmatar as assimetrias que falou. Porque se fossemos a dar cem por cento, e já foi dito isto aqui, ainda íamos criar mais injustiça. Eu sei que não foi o senhor que disse isso, mas já foi dito aqui isso. E, portanto, a regra é, e houve aqui um tom de crítica do senhor deputado, penso que foi do senhor deputado Firmino Silva, de que a cláusula diz que o órgão, através de proposta do presidente da Câmara, analisará as disponibilidades financeiras. É evidente que tem que ser assim, porque é o presidente da Câmara que apresenta as propostas à reunião de Câmara, analisa naturalmente aquilo que é a necessidade da junta, vê a disponibilidade financeira e então acerta. E já agora aproveito para lhe dizer que não é verdade que Carvalhal não tivesse recebido subsídios, conforme disse o senhor deputado Manuel Mota, entre treze e dezassete, recebeu. Portanto, não corresponde à realidade.-----

-----Em relação à intervenção do senhor presidente José Padrão, nós falámos muitas vezes nisto, sabe que as escolas é um processo também no âmbito do contrato interadministrativo, está aberto, há mínimos que estão já no protocolo e que vêm do passado dos duzentos por cento. Mas está a abertura que do ponto de vista das necessidades daquilo que venha a surgir, quer intervenções, quer o que for, depende da dimensão daquilo que estamos a falar. Há abertura completa no contrato interadministrativo de acordo com o que está previsto.----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Otília Castro. Senhora deputada, isto não foi dividido em dois, isto tem uma lógica. O que é que nós fizemos? Nós aquilo que fizemos foi pedir aos senhores presidentes de junta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qual eram os valores que eles achavam daquilo que correspondia às competências descentralizadas pela administração central, ou seja, do Governo para as freguesias diretamente. Ora, não conseguimos obter um dado que nos permitisse informar a DGAL quanto é que cada um gasta nos espaços. Eu vou-lhe pôr o exemplo dos chamados espaços verdes, jardins, porque a diversidade de uns para outros é completamente diferente. Ora, aquilo que expliquei aos senhores presidentes de junta foi que mais valia reforçarmos o contrato interadministrativo, porque ele é mais maleável do ponto de vista formal, do que das competências descentralizadas do Estado. Porquê? Porque para já não vai ser assim, mas em princípio tudo indica que a partir de julho será a DGAL a transferir para as freguesias diretamente.-----

-----Mas é preciso dizer uma coisa que foi dita aqui que é um erro. O dinheiro que vem para as freguesias não é do orçamento do Estado. É do orçamento da Câmara Municipal, das transferências do orçamento do Estado para a Câmara Municipal. Ou seja, quem vai dar os sessenta por cento às freguesias é a Câmara Municipal de Barcelos, através de uma retenção que o Estado central faz nas transferências para a Câmara. Portanto, que não se fique com a ideia que foi o Governo que deu estes sessenta por cento. Não. É o orçamento municipal, mantém-se, porque é retido. A diferença é que o Estado retém e transfere direto, mas tira-nos a nós no nosso orçamento. Porque às vezes tem-se a ideia aqui que o Estado é que vai dar estes sessenta por cento. Não vai, não. Era bom que desse. Porque se o Estado desse estes sessenta por cento aí então o interadministrativo, em vez de ser cento e quarenta, era duzentos na mesma, não é? Portanto, é preciso perceber que este dinheiro sai objetivamente do orçamento do Estado, através de duas verbas que estão claras: IMI e IRS. É o que está na própria lei.-----

-----A questão do terceiro FFF que foi aprovado. Como digo, o protocolo dos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duzentos por cento não existe, o que lá está são os duzentos por cento, o instrumento é completamente diferente.-----

-----Só em tom de esclarecimento, uma vez que já respondi ao senhor deputado Firmino Silva, dizer ao senhor deputado Adélio Miranda que Roriz não é centro escolar, estava previsto, mas não é centro escolar porque não tem dimensão nem número de alunos suficiente para ser classificado centro escolar. Daí a intervenção da forma que foi feita, não com o conceito de centro escolar porque nós temos que fazer investimentos. Aliás, até lhe digo mais, a DGESTE é quem também nos determina uma série de regras. Mas não foi feito o centro escolar, e estava previsto de facto, porque infelizmente para todos nós, como sabe, os índices de natalidade cada vez são mais baixos e isto tem consequências não é só até ao nível do JI e do primeiro ciclo, é o segundo, o terceiro, o secundário e o universitário, naturalmente. E isto está-nos a trazer umas dificuldades grandes, porque têm que ser medidas de forma centralizadas e complementadas eventualmente a nível local. Mas temos de facto problemas de natalidade muito grande e isto está a trazer consequências muito complicadas. Portanto, não foi, era só este esclarecimento, que não vá pensar-se que não houve vontade do executivo em fazer o centro. Não. Requalificámos a escola, mas fizemo-lo no modelo que fizemos precisamente porque infelizmente não temos meninos para a escola.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Passamos então à votação!-----

-----Começaremos pelo ponto três da ordem de trabalhos, ou seja, a votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Passamos à votação da proposta número quatro da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Barcelos para as Juntas de Freguesia.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Então também aprovada por unanimidade.-----

-----Passamos ao ponto cinco da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de duas parcelas de terreno, uma com a área de quatrocentos metros quadrados e outra com a área de cento e vinte e cinco metros quadrados, sitas na freguesia de Abade de Neiva.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Passamos imediatamente à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Passamos ao ponto seis introduzido na ordem de trabalhos.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a aquisição do bem imóvel com a área de cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados destinado à implantação/construção do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades, por um valor não superior a quatro milhões de euros.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Manuel Mota, do PS. Faz favor.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Particularmente para mim, e para o Partido Socialista, acho que este é um momento histórico que nos deve orgulhar a todos.-----

-----É um momento histórico porque é dado um passo objetivo para a construção de um equipamento que é fundamental para a qualificação da nossa vida, do nosso concelho.-----

-----É um momento histórico porque não é fácil ter capacidade financeira para um investimento desta envergadura.-----

-----E é bom que se recorde que é estratégica na gestão financeira do município que o rigor depois seja consubstanciado em obras que são inequivocamente obras de grande relevância.-----

-----Não menosprezo, e esta é a grande questão que eu queria refletir convosco, política e de certa parte também pessoal, porque na última Assembleia Municipal fiz esta referência, de que há duas vias para a construção do novo hospital.-----

-----Há uma, aquela que é expectável por todos, que seja um passo dado pela Câmara Municipal em primeira instância e que depois o Governo, que sempre fez referência que o construiria com fundos comunitários, o aceite e o



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

construa.-----

-----Não vale a pena, acho que é desnecessário, voltarmos às críticas sistemáticas por parte de todos de quem é a culpa. A culpa também é do Partido Socialista enquanto Governo naturalmente, não enquanto Câmara Municipal, mas enquanto Governo, mas também é do PSD e do CDS. E também de outros partidos políticos que, em determinado momento, podiam ter imposto, em meu entender, no contexto das negociações, a construção do novo hospital, mas isso não é o mais relevante.-----

-----O mais relevante é que no contexto atual e neste percurso entre a decisão, em dois mil e oito, da construção do hospital, nós tínhamos apenas uma via, que era a via do investimento do Estado na construção do novo hospital.-----

-----Eu acho, e isto é muito pessoal ainda, que a importância do novo hospital no caso concreto do concelho de Barcelos é tal, devia ser um desígnio de todos nós, dado este passo importante e que eu espero que se concretize, que o Partido Socialista espera que se concretize de facto numa boa negociação entre a Câmara Municipal e os particulares, que se não for possível, se o Governo não for capaz ou se o contexto do próximo quadro comunitário não permitir a construção do novo hospital, que nós ponderemos, se for viável do ponto de vista financeiro, dificilmente já neste mandato, mas no próximo mandato, a construção do novo hospital com capitais próprios. Não era uma inovação, se olharmos com atenção, aqueles que estão mais atentos às políticas públicas, percebem que se a tipologia, a tipologia muito próxima daquela que foi concretizada em Sintra, e em Sintra foi possível fazer-se, está bastante avançada, a construção de um hospital com o valor a rondar os cinquenta milhões de euros, com capitais municipais. Naturalmente que há um conjunto de circunstâncias que terão que ser subsumidas, nomeadamente ser possível no



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contexto do endividamento municipal, mas eu acho que seria naturalmente uma questão que marcaria também a nossa vida política. Não é nada cómodo estar sentado naquela cadeira e ouvir alguns deputados que não têm coragem de vir cá cima, ou não têm disponibilidade de vir cá cima, sistematicamente termos como demagogia, confronto político-partidário. Nós estamos aqui apenas com um desígnio todos, eu isso reconheço, o objetivo é com visões diferentes, e foi isso que eu referenciei em relação ao PSD, não tem nada a ver com os conflitos de outros partidos, a ingerência. Agora, que é evidente que quando há duas opiniões diferentes do ponto de vista político isso é confronto, isso é claramente confronto. Isso não tem a ver depois com nada que seja pessoal, é política. E isto pode-nos marcar. Pode-nos marcar se nós formos capazes de assumir enquanto comunidade, e a minha expectativa é que seja o Partido Socialista no poder, é hoje e na minha convicção será também no próximo mandato, se não for possível com fundos comunitários, com decisão do Governo, que olhemos para o investimento no novo hospital como um investimento absolutamente estratégico. Não é só uma questão de saúde, mas também muito uma questão de saúde. Nós não sabemos como é que vão ser os próximos tempos. Há algumas pessoas menos informadas que acham que com a vacina isto está resolvido. Nós podemos correr o risco de passar várias décadas de pandemia em pandemia. As alterações climáticas, a mudança dos nossos modelos de vida colocam-nos questões muito centrais na questão da saúde. A questão da saúde é uma questão muito central da nossa qualidade de vida.-----
-----Portanto, para mim é um enorme orgulho votar esta questão, sem subterfúgios, salvaguardando as questões de transparência, como foi dito e bem, naturalmente terá o visto do Tribunal de Contas, naturalmente isto voltará a reunião da Câmara Municipal. Não tornemos isto numa questão Kafkiana, isto não é uma questão de processo, isto é uma questão política de fundo. E na



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão política de fundo estamos todos de acordo que o terreno pode ser um passo importante e não estou de acordo com aqueles que acham que isto é apenas instrumental e pode não resultar em nada.-----

-----Muito menos estou preocupado no essencial com a questão da reversão, porque só será feita a reversão do terreno se nós não formos todos capazes, em conjunto, de encontrar uma solução para a construção. E há aqui esta segunda viabilidade, se não for possível, e lutaremos certamente para que seja feita no contexto do orçamento do Estado, via fundos comunitários, via capitais próprios do Estado, que assumamos isto como um desígnio de todos e é possível. Cinquenta milhões de euros é a diferença entre o endividamento que a Câmara Municipal tinha em dois mil e nove e que a Câmara Municipal não tem hoje. Portanto, os valores objetivos são possíveis, naturalmente com grande esforço de todos e temos que ver também as condicionantes. Já pagámos a PPP, teremos naturalmente o acordo da água, mas se é um desígnio de todos a mim orgulhar-me-ia muito e certamente ao Partido Socialista também.-----

-----Obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaria a palavra ao senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Vou tentar fazer a minha intervenção dentro dos seis minutos, dizer o seguinte:-----

-----É sob protesto que estou a discutir esta proposta porque, embora a sua inclusão não esteja ferida de ilegalidade, não restam dúvidas que contraria o número três do artigo do regimento e isso afeta a reflexão aprofundada que era necessário fazer sobre esta proposta.-----

-----E não deixa, também, de colocar uma desigualdade na discussão entre os



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partidos que estão representados na Câmara Municipal de Barcelos e os que não estão representados, pois os primeiros há muito que são conhecedores da proposta e os segundos, nomeadamente, se não me falha, o PCP e o Bloco de Esquerda, só ontem à noite é que foram conhecedores da proposta.-----

-----Também não compreendo a urgência desta proposta, pois é uma urgência que tem mais de doze anos.-----

-----Posto isto, não posso deixar de fazer algumas considerações:-----

-----A primeira, não posso deixar de reafirmar a importância da construção do novo hospital que, segundo informações que tenho, não está previsto essa construção por parte do Governo do Partido Socialista. Mas há uma clara necessidade, reconhecida por um Governo na altura, e também reconhecida pelo Partido Comunista há vários anos, muito antes de haver um compromisso entre a Câmara Municipal de Barcelos e o Governo, para a construção desta nova unidade de saúde.-----

-----Depois, julgo que neste momento o que se impõe é clarificarmos qual a necessidade, que hospital pretendemos e defendemos para Barcelos.-----

-----E também a necessidade de alinhar numa estratégia que permita exigir ao Governo, esse sim responsável pela construção do novo hospital, que assuma o seu compromisso.-----

-----E de todo para o Partido Comunista a aquisição dos terrenos não serve como estratégia de pressão dessa necessidade do Governo assumir a sua responsabilidade.-----

-----E digo que é incompreensível a decisão de aquisição de um terreno em final de mandato. E aqui não percebo como é que o BTF, numa anterior intervenção, colocou sérias dúvidas e está disponível para aprovar esta proposta.-----

-----Depois, dizer que acho inaceitável as indefinições políticas do Partido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Socialista e, atenção, para mim o Partido Socialista só há um, não há Partido Socialista em Lisboa e Partido Socialista em Barcelos. Estas indefinições políticas do PS, fruto das contradições políticas para a saúde e que colocam à população de Barcelos uma esperança que desespera num melhor serviço público de saúde e que congela com esta proposta por tempo indeterminado uma verba importante para outras necessidades e num momento, como foi já dito anteriormente, de grandes incertezas económicas e sociais no futuro. Portanto, utilizando uma expressão mais popular, vai-se empatar dinheiro num terreno que não se sabe se irá para algum fim que nós pretendemos, visto que o Governo do PS, e só há um, porque o Governo do PS é um Governo também deste Partido Socialista que hoje está aqui a discutir, não se compromete com aquilo que assumiu.-----

-----Dizer que é incompreensível esta tese que serve esta opção para pressionar o Governo. Ora, pressionar o Governo é essencial e já vem tarde. Agora, o que me cria uma certa incompreensão é que, à falta de coragem política para em determinados momentos importantes pressionar o Governo para a construção do novo hospital, tenta-se fazer congelando e hipotecando dinheiros públicos. Isto é incompreensível. E o que torna ainda mais incompreensível a possível reversão de aquisição do terreno retira naturalmente força a esta pressão. Se nós tentamos pressionar um Governo de que adquirindo um terreno dizendo “está aqui o terreno para vocês fazerem o hospital”, mas esse mesmo Governo sabe que isso pode ser revertido, isto não exerce pressão nenhuma, essa pressão pretendida está completamente hipotecada por esta situação.-----

-----Dizer que PS, PSD e CDS, e não todos como tentou aqui o deputado Manuel Mota, tratam um assunto político, mas também não posso deixar de referir com maior responsabilidade, não exclusiva, mas com maior



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade do Partido Socialista, porque é Câmara e é Governo, tratam um assunto político importantíssimo para Barcelos, que envolve milhões e milhões de euros, como um jogo de brincar do gato e do rato. Isto não é aceitável. Não podemos aceitar que um partido político, que é Câmara e é Governo, ponha neste patamar a discussão “ora vais fazer, não vais fazer, compra o terreno, não compras o terreno”. Isto é uma irresponsabilidade do Partido Socialista, fruto de contradições sérias e profundas que o Partido Socialista tem em matéria de saúde e da defesa do Serviço Nacional de Saúde.---

-----E dizer também o seguinte, para terminar:-----

-----Quero corrigir o senhor presidente da Câmara quando anteriormente disse que todos os partidos exigiram a aquisição do terreno. Não é verdade. O Partido Comunista nunca assumiu essa posição. Isso não é verdade, uma pequena correção. Isso não é grave, mas uma pequena correção.-----

-----E para terminar mesmo, dizer o seguinte:-----

-----Há necessidade de comprar o terreno, é verdade. Mas no momento que se obriga a Câmara a assumir a responsabilidade dos compromissos aceites e essa responsabilidade só existe no momento em que o Governo assuma os seus compromissos, que é a construção do novo hospital, e não neste momento.-----

-----E dizer também, para terminar, a importância do Serviço Nacional de Saúde: é fundamental, é essencial. Ficou evidente, neste tempo de pandemia, este cenário quase apocalíptico que o senhor Manuel Mota colocou, poderá ser um cenário possível, ou não, mas para isso não é assim que se defende. Para isso o Partido Socialista terá que resolver as suas contradições, terá que ter uma política de defesa do Serviço Nacional de Saúde que acompanhe as necessidades das populações e neste caso as necessidades da população de Barcelos.-----

-----Disse.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente, permita-me, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todos os presentes, para poupar tempo.-----

-----Já na intervenção no período de antes da ordem do dia, o BTF manifestou a vontade em ser adquirido o terreno para a construção do novo hospital. Mas também manifestou preocupação quanto ao processo de aquisição e alertou esta Assembleia Municipal para a necessidade de serem conhecidas todas as implicações financeiras e patrimoniais do município para além dos quatro milhões de euros.-----

-----Ora, dos documentos apresentados pelo senhor presidente da Câmara nada consta, objetivamente, nem tão-pouco o cumprimento do disposto no artigo vigésimo quinto, número um, alínea i), do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Por isso, e para salvaguarda das responsabilidades financeiras e outras que possam vir a ocorrer na apreciação da conformidade de todo o processo, mormente pelo Tribunal de Contas, aquando da apreciação do pedido prévio de visto, o Grupo Municipal do BTF nesta AM solicita o seguinte:-----

-----Um – Antes de se proceder à votação do ponto em discussão sobre a aquisição do terreno por quatro milhões de euros, sejamos esclarecidos sobre:--

-----a) Que o senhor presidente da Câmara esclareça esta Assembleia Municipal quais os encargos já acordados com os proprietários sobre todos os ónus de custos associados para o município para além dos quatro milhões de euros e qual o valor estimado financeiramente;-----

-----b) Que o senhor presidente da Assembleia Municipal se pronuncie sobre



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o cumprimento do disposto no artigo vinte e cinco, número um, alínea i), do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, nomeadamente quanto ao cumprimento do valor de aquisição e “fixar as respetivas condições gerais”.-----

-----Dois – Se nada for esclarecido com objetividade, e sem margem para quaisquer dúvidas, o Grupo Municipal do BTF vota favoravelmente a autorização de aquisição do terreno nas seguintes e inequívocas condições:-----

-----a) Só vota a autorização da aquisição do terreno até quatro milhões de euros pela aquisição de cento e um mil, trezentos e doze metros quadrados para construção do novo Hospital de Barcelos, parcela a inscrever no domínio privado do património municipal;-----

-----b) Todos os demais encargos associados que possam existir deveriam ser aqui trazidos como anexos à proposta, porque entendemos que tais acréscimos terão um custo adicional do terreno, quer patrimonial quer financeiramente;----

-----c) Por isso, o Grupo Municipal do BTF declina quaisquer responsabilidades de qualquer natureza que possam onerar os encargos de aquisição do terreno para além dos quatro milhões de euros, por não estarem explicitamente vertidos na proposta de autorização de aquisição nem com a suficiência de recursos financeiros em sede de orçamento.-----

-----Três – O BTF apresentará, no final da votação, e de acordo com os seus resultados, uma declaração de voto com as apreciações cautelares que entender por conveniente, atendendo ao nosso voto favorável condicionado.----

-----Disse.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente, Senhores

Deputados.-----

-----Foi introduzida na ordem de trabalhos, à última da hora, esta matéria que tantas discussões, celeumas e adiamentos tem gerado.-----

-----Como todos sabem, e é bom lembrar, foi o PSD barcelense, ainda na altura ao comando dos destinos da nossa Câmara Municipal, que rubricou com o então Governo do Partido Socialista presidido por José Sócrates o memorando/protocolo para a construção do novo hospital para Barcelos.-----

-----Tal memorando/protocolo foi elaborado na sequência, por muitos esquecida, da desastrosa e maléfica, repito, desastrosa e maléfica decisão de encerrar a nossa querida maternidade, servindo-se de argumentos para a fechar que servem hoje para manter outras abertas com muito menos condições e menor número de partos que a nossa.-----

-----Após a vitória do Partido Socialista em dois mil e nove, o senhor presidente Miguel Costa Gomes passou, na minha opinião, demasiado tempo à procura de um terreno alternativo àquele que o PSD indicou e para o qual foi elaborado um projeto muito bem organizado e adequado para o novo hospital. E tão bem organizado e adequado que o senhor presidente da Câmara disse há pouco que o novo projeto contempla no essencial as valências que aquele projeto já tinha. Duvido que se possa fazer um melhor projeto para Barcelos! Trabalhei afincadamente nele, perdendo até algumas noites para o serviço público.-----

-----Tal adiamento, na minha opinião, serviu só como manobra dilatória para esconder a incapacidade e a falta de vontade do Partido Socialista, sobretudo nacional, em proceder à construção de um novo hospital para Barcelos.-----

-----Ainda não ouvi do Partido Socialista nacional, ao contrário do Partido Socialista local, vontade de construir um novo hospital para Barcelos. Estou à



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espera que isso aconteça e registarei com agrado se isso acontecer.-----

-----Mas, como bem diz o povo, “mais vale tarde que nunca”. E se muito bem se lembrarem de uma das minhas últimas intervenções na última Assembleia Municipal, está em ata, eu pedia ao senhor presidente da Câmara, como repto, que concretizasse a compra dos terrenos no primeiro semestre de dois mil e vinte e um.-----

-----Senhor presidente, registo com agrado esse seu desiderato. Sei que não o fez por causa do meu pedido, mas mesmo assim registo com muito agrado.----

-----Finalmente, na minha opinião, estamos no bom caminho.-----

-----O PSD como partido responsável, coerente e de poder apoiará com as reservas necessárias e adequadas para que os trâmites do negócio sejam transparentes e legais. Apoiará, repito, e exigirá não só a compra como também a construção dessa obra tão urgente para Barcelos.-----

-----Notas finais sobre a politização desta matéria:-----

-----Todos os atos de gestão política da Câmara são atos políticos, como tal submetidos à censura, à aprovação e à discussão públicas. É isso que nós aqui fazemos de uma forma responsável.-----

-----Uma coisa é a política pura, outra coisa é a política partidária. No campo partidário, naturalmente que cada partido tem a sua opinião.-----

-----Acho também que é muito importante haver uma unidade de ação nos objetivos major, que são a aquisição dos terrenos e a construção do hospital.----

-----Deverá haver discussão nas matérias que sejam alvo de discussão, naturalmente na elaboração do projeto de funcionamento e do cabimento de valências nesta situação.-----

-----Para terminar, e como também nunca excedi o tempo, pelo contrário, dei algum em benefício de outros colegas, eu queria terminar dizendo uma coisa muito simples, porque não estou a pensar voltar cá hoje.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor presidente da Câmara, como sei que caminha para o fim do seu mandato, também está na altura de fazer um pequeno balanço sobre a sua conduta na Assembleia Municipal. Eu quero aqui dizer o seguinte:-----

-----Ao contrário do que possa pensar, o senhor presidente da Câmara não é a figura central de uma Assembleia Municipal, longe disso. Não é um inquiridor, é um inquirido. Deve usar a palavra com modéstia, com tempo reservado e ser assertivo nas respostas. Não pode servir-se do cargo para fazer propaganda do seu trabalho. Com todo o respeito, senhor presidente, tinha que lhe fazer esta nota, sabendo que, como sempre, as minhas observações são puramente políticas e nunca pessoais.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Mais uma vez, na sua pessoa, cumprimento todos e todas.-----

-----Haver se sou capaz de ser objetivo naquilo que pretendo dizer, que são várias coisas.-----

-----Em primeiro lugar, dizer que é sob protesto também que aqui venho apresentar estas questões em nome do Bloco de Esquerda. Porque na verdade não é possível fazer-se a análise de um documento, seja ele qual for, e ainda para mais como este, com esta complexidade, num período de tempo tão curto, não fazendo nós parte da Câmara Municipal, do executivo, e, como tal, não tendo qualquer conhecimento. E na Conferência de Líderes que tivemos na passada segunda-feira foi-nos dito que provavelmente existiria esta situação, mas, se assim fosse, atempadamente seríamos informados e teríamos a documentação necessária. Assim não aconteceu, não ponho em causa que a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião terminou tarde, não vou discutir isso, o que é certo é que assim não aconteceu e nós não tivemos acesso a essa documentação. E por isso funcionamos como um partido político e como deve ser um partido político há uma discussão, há um debate que antecede a tomada de posição. E por isso a nossa posição, sobre esta mesma situação, será pela abstenção. Por um lado, porque naturalmente não queremos ser impeditivos da compra do terreno, da não autorização para tal, mas, por outro lado, não temos elementos suficientes para fazer uma análise detalhada daquilo que está em questão e em causa. E por isso não vou entrar propriamente no documento.-----

-----Vou fazer aqui algumas considerações e começar por falar sobre algo que o senhor presidente da Câmara há pouco falou e disse na sua intervenção a propósito até de algumas questões que coloquei já anteriormente. Disse que inclusive nós tínhamos cometido um erro, o Bloco de Esquerda, ter apresentado em dois mil e dezanove, ou para o orçamento de dois mil e dezanove, os procedimentos, aquilo que deu lugar depois à abertura dos procedimentos concursais. Se foi um erro ou não é uma análise política, naturalmente que foi a nossa tentativa de contributo para que no orçamento do Estado estivesse incluído alguma coisa relacionado com o hospital de Barcelos, facto que até então não tinha aparecido. Não se concretizou e não se concretizou porque o Governo PS não concretizou aquilo que eram as recomendações que estavam nesse mesmo documento. Portanto, a questão, sob um ponto de vista político, é assim que deve ser colocada.-----

-----Mas, já agora, também digo ao senhor presidente que em fevereiro de dois mil e vinte fez afirmações que geraram muita expectativa sobre a construção do novo hospital. Disse inclusive que a partir de conversações e de reunião que tinha tido com a ARS Norte que estava em marcha a construção do novo hospital para Barcelos. Que havia inclusive já algum adiantamento dessa



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solução, sendo que depois se veio a saber que a única coisa que estava em causa era a realização de um perfil funcional que até hoje ainda não conhecemos com as adaptações, sendo que partindo do princípio que o perfil funcional era o mesmo ou próximo daquele que já estava estabelecido, mas que não temos conhecimento.-----

-----E volto a insistir no mesmo porque há pouco disse-lhe exatamente isso, que a afirmação do senhor presidente foi sempre, e com aquela frase lapidar, “não compro terrenos para plantar batatas”. O que eu pergunto é exatamente o mesmo que disse há pouco e que o senhor presidente não respondeu. Há novidades, há alterações, há uma situação nova criada, como qualquer coisa que na verdade faça criar esta inversão de posição do Partido Socialista, que até agora dizia isto pela voz do senhor presidente, e creio que com a anuência de todo o partido, e que neste momento está a achar e a considerar que a compra dos terrenos é o passo fundamental para criar pressão sobre o Governo? Isto é uma inversão completa sobre toda a situação. É uma incoerência até sobre aquilo que dizia inicialmente. Portanto, gostava de saber se há garantias, alguma que seja, que esta construção seja viável nos próximos tempos, até porque não há indicações para tal, a senhora ministra já disse, mais que uma vez, que o hospital de Barcelos não estava nas prioridades. Não foi tão taxativa quanto na altura o ministro Paulo Macedo que disse, “o hospital de Barcelos jamais”, na altura disse assim, a senhora ministra não o diz desta forma, mas diz que não está nas prioridades. Portanto, se não está nas prioridades, o que é que há de novo para se poder considerar que na verdade esta compra do terreno possa ser uma força de pressão?-----

-----Há pouco o senhor deputado Manuel Mota falou em algumas coisas que podem ser novidades: a construção com capitais próprios. Já ouvi falar na construção por mecenas locais, numa espécie de construção privada para



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gestão pública, não sei o que é que isto pode significar. Mas na verdade se há alguma novidade que possa sustentar esta inversão de posição.-----

-----E depois dizer-lhe, senhor presidente, e volto-me para si exatamente porque, tal como há pouco disse, o senhor presidente chamou a si este dossiê como sendo o negociador único. Nós consideramos, o Bloco de Esquerda, que não é uma questão prioritária a aquisição dos terrenos, sinceramente. Não acho que seja essa a força de pressão. Acho que é aqui um *fait divers* político-partidário entre PS e PSD que perdurou durante todos estes anos, desde dois mil e oito que se fala nisto, na aquisição dos terrenos, e não me parece que seja uma questão fundamental. Agora, o que me parece importante e fundamental é criar-se uma estratégia que realmente funcione como uma exigência, como uma pressão. E isso tem que ser e deve ser tomado em linha de conta em função de algo que existe, está formado a partir desta Assembleia, que é uma Comissão de Acompanhamento da Construção do Novo Hospital. Foi algo que foi decidido nesta Assembleia e que, como em muitas outras situações, o senhor presidente não tem respeitado, porque é uma verdade, quando a matéria que está em debate, quando é uma matéria que faz parte da agenda política. Eu recordo-lhe, senhor presidente, se porventura não tem isso na memória, que essa comissão reuniu pela última vez a quatro de maio de dois mil e dezoito, qualquer coisa como vai fazer brevemente e proximamente três anos. Num mandato de três anos e meio é algo de interessante ter em análise.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período de intervenções, o senhor deputado Filipe Pinheiro, do CDS. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Caros Cidadãos.-----

-----A aquisição de um terreno por parte da Câmara Municipal e a sua cedência ao Ministério da Saúde para a construção de um novo hospital em Barcelos resulta de um protocolo celebrado em dois mil e oito entre a Câmara e o Ministério da Saúde, na sequência do fecho da maternidade pelo socialista Correia de Campos.-----

-----Entretanto foi sinalizada a sua localização, elaborado o projeto e feita a apresentação pública.-----

-----Desde sempre o CDS reclamou da Câmara Municipal a aquisição dos terrenos para forçar o Governo (qualquer que ele fosse) a fazer a sua parte. Mas era necessário que fizéssemos primeiro a nossa, situação que o executivo socialista sempre rejeitou com a desculpa que os vários ministros da saúde não achavam uma prioridade a construção do hospital de Barcelos e não queria ficar com um terreno para uso agrícola, “para cultivar batatas”, no dizer do senhor presidente da Câmara!-----

-----Em termos políticos nacionais, depois do Governo de José Sócrates, um dos mentores do atual presidente da Câmara, que nada quis com o hospital de Barcelos, tivemos a intervenção da *troika* e aí ficámos mesmo sem dinheiro para o que quer que fosse a não ser pagar dívidas contraídas pelo Governo socialista.-----

-----A nível municipal, entretanto, tentou-se outra localização, sem razão aparente, pelo menos conhecida, e continuou-se sem nada fazer em relação à aquisição dos terrenos. O habitual!-----

-----Surpreendentemente decide-se agora adquirir o terreno por um valor até quatro milhões de euros e outros.-----

-----Todos queremos um hospital novo, todos queremos que se compre o terreno. A necessidade dos barcelenses e dos de Esposende já vem de há muito,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não é de agora.-----

-----Sobre o orçamento de Estado tem sido o Partido Socialista a impedir a integração do hospital de Barcelos. De repente, embora a atual ministra da saúde tenha afirmado que um hospital novo não era prioritário, o senhor presidente da Câmara resolve comprar o terreno, que não queria comprar para batatas.-----

-----Ainda bem que chegou a esta decisão. Com uns anos de atraso em relação a todos os outros partidos, mas chegou!-----

-----Só que nem tudo pode ser feito de qualquer maneira ou da maneira que o senhor presidente quer!-----

-----Afinal, senhor presidente, o que mudou? O senhor sabe alguma coisa que não sabemos? A ministra decidiu que se vai construir o hospital de Barcelos? Neste caso, como noutros, fica sempre a ideia que sabe mais que aquilo que diz, que tem mais elementos que aqueles que disponibiliza.-----

-----Além disso, senhor presidente, por que esteve onze anos e meio para comprar os terrenos e agora decidiu comprar os terrenos em final de mandato?-----

-----Por favor, partilhe connosco essa boa nova, tenho a certeza que vai-nos dizer que vai construir o novo hospital.-----

-----Logicamente nestes terrenos e que ainda no seu mandato irá o mesmo ser adjudicado para construção.-----

-----Não somos nós que o impediremos de concretizar este projeto, por isso vamos votar a favor da aquisição dos terrenos, logicamente com as ressalvas relativamente a toda a informação que não conhecemos acerca desta aquisição.-----

-----Relativamente à exposição aqui do senhor deputado Manuel Mota, eu sei que este assunto é-lhe muito querido, mas, como disse e muito bem, deveremos todos abraçar esta causa, mas isto começa muito mal, senhor



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado. Relativamente a esta questão, e como já foi dito aqui pelo senhor deputado José Maria, há uma comissão que está constituída e essa comissão nem foi tida nem achada nem teve a consideração de receber qualquer missiva ou qualquer informação acerca deste assunto. Por isso, senhor deputado, isto começa mesmo muito, muito mal, ou melhor, já começou há muito tempo e continua sem qualquer envolvimento de todos os outros partidos e qualquer envolvimento desta comissão e nada irá mudar.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminaram as inscrições e as intervenções dos primeiros seis minutos, ia perguntar se algum senhor deputado se quer inscrever para a segunda intervenção de três minutos.-----

-----Senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS, tem a palavra.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor presidente, eu sei que já vamos com algum tempo no prolongamento desta Assembleia, mas eu gostaria de dar umas palavras sobre esta matéria.-----

-----Já várias vezes vim a este púlpito falar sobre a construção do hospital de Barcelos, que acho que ninguém tem dúvidas que é necessário.-----

-----E gostaria que não viéssemos todos mais aqui a este púlpito fazer uma discussão político-partidária sobre este tema de tão grande importância.-----

-----Acho que a responsabilidade é de todos, todas as forças políticas aqui presentes tiveram a sua quota-parte na governação deste país, nem que se fosse através de acordo, como foi o caso do Bloco de Esquerda e do PCP no anterior Governo.-----

-----Eu não digo que seja uma data histórica este dia. Eu não quero esquecer as palavras que o senhor presidente disse há pouco, “não vamos fazer político-partidária com isto, nem que seja um jogo para ganhar as próximas eleições”.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acho que os barcelenses e todos nós devemos, de facto, estar unidos para a construção do novo hospital. Sei que não vai ser fácil, senhor presidente. E aqui o deputado Manuel Mota, que já nos conhecemos há muitos anos e somos de uma geração anterior à sua, e que muitas vezes discutimos e que muitas vezes sonhámos com o melhor para Barcelos, mas queria dizer o seguinte: não vai ser fácil. Da parte que eu já passei da gestão da saúde, o Ministério da Saúde, em Lisboa, não vê com grande expectativa a construção do novo hospital, a não ser que as coisas mudem, principalmente na área da Administração Central de Sistemas de Saúde (ACSS). Mas eu quero acreditar que se este projeto for avante, não vou pôr aqui os considerandos que já foi relativamente ao negócio, porque isso há órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas, não importa. O que importa para mim como cidadão barcelense é que este sonho, este objetivo seja de facto concretizado. E da minha parte estarei empenhado, nem que não haja financiamento para a sua construção por parte do Governo central. Não esquecemos que este hospital que está aqui ao lado quando foi construído houve recursos de dinheiro recolhido pelos populares, fizeram-se ofertórios. Não queria que isso acontecesse no futuro, porque os tempos são outros, felizmente. Penso que haverá dinheiro sem ser por sacrificar ainda mais os contribuintes de Barcelos e de Esposende. Mas eu queria apelar a todos que este objetivo fosse concretizado com o empenho do executivo, quer seja o senhor até ao fim do seu mandato ou seja outro que venha a seguir, e com o empenho de todos nós e de todas as forças partidárias. E, por favor, eu gostaria muito que não houvesse aqui um contributo político-partidário nesta questão que é tão importante, que é a saúde.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para terminar este período de inscrições, o senhor deputado Mário



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Esta intervenção também serve muito como declaração de voto e dizer o seguinte:-----

-----O PCP vai votar contra. E este voto contra não significa que é a recusa da luta pela construção do novo hospital, mas sim a recusa de colocar a abordagem deste assunto importantíssimo para o concelho neste patamar. Isso seria alimentar o tal jogo do gato e do rato que falei anteriormente, que tanto serve para sacudir responsabilidades. O que se espera não é este jogo do gato e do rato do Partido Socialista, visto que são Câmara e Governo. O que se espera é a cooperação entre a Câmara e o Governo e não a desconfiança que é inaceitável atendendo que se trata do mesmo partido. E nesta matéria, se há mais responsáveis porque atravessou vários Governos, o principal responsável é o Partido Socialista português e tenta com este jogo desresponsabilizar-se das responsabilidades que tem nesta matéria, fazendo um jogo em Barcelos e decidindo de forma diferente em Lisboa.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----Nunca o Governo assumiu que, caso houvesse o terreno, construía. O Governo sempre disse, e nos últimos anos tem aprofundado esta tese, sempre disse que não está previsto a construção do novo hospital. Por isso, a falta do terreno não é o motivo que o Governo tem para não construir. A não construção do hospital não reside aí, reside numa opção política clara do Partido Socialista. E o Partido Comunista Português não pode dar para este peditório.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----Tem sido aqui abordada até por mais forças políticas, mas assumida, em primeiro lugar, pelo deputado Manuel Mota, o Serviço Nacional de Saúde é uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estratégia e uma responsabilidade nacional, da administração central. Esta tese dos municípios começarem a assumir a responsabilidade de construções deste tipo de unidades é perigosíssima, porque pode levar o Governo que paulatinamente se vai demitindo dessa responsabilidade, o que significa no médio e longo prazo que só terá serviços hospitalares os municípios que tenham condições para sustentar esses mesmos serviços. Eu não posso alinhar nesta estratégia de que as Câmaras Municipais, caso tenham verbas disponíveis, sejam elas a assumir esta responsabilidade. O Serviço Nacional de Saúde é extremamente importante, as unidades hospitalares são de extrema importância para as populações, não pode estar à mercê destas contradições políticas muito aqui esclarecidas e muito evidentes por parte do Partido Socialista. É necessário assumir com coragem as responsabilidades e é necessário uma cooperação entre a Câmara Municipal de Barcelos e o Governo na construção deste hospital e não usar este jogo do gato e do rato, de desconfiança, e hipotecar dinheiro que pode ser necessário para suprimir necessidades profundas que existem no nosso concelho de Barcelos.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou o período de intervenções, o senhor presidente da Câmara está-me a fazer um sinal, eu penso que terá a ver com umas questões que o BTF efetuou na sua intervenção. O BTF não anunciou que a sua votação ia depender dessas respostas porque anunciou o seu sentido de voto. Contudo, como fez perguntas, obviamente parto do princípio que quisesse que o senhor presidente da Câmara respondesse antes da votação. E nessa medida eu darei a palavra ao senhor presidente, apelando também para uma grande capacidade de síntese neste momento para a resposta. Faz favor, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito rapidamente. A intervenção do senhor deputado José Paulo Matias, onde levanta aqui a questão dos outros pressupostos, eu disse já há bem pouco tempo que isto é uma autorização apenas de princípio monetário. As discussões daquilo que vai ser o acordo final é um acordo que será feito, validado pelos senhores vereadores na altura em discussão prévia, naturalmente daquilo que são as contrapartidas que venham a ser negociadas. Já disse, não há documento nenhum oficial, há um documento informal de algumas coisas. E esse documento informal para ser discutido este pressuposto tem que estar aqui evidenciado.-----

-----Outra questão, se condiciona aos cento e um mil metros quadrados, eu quero-lhe dizer que o Plano de Pormenor do Centro Hospitalar foi aprovado por unanimidade onde estão os cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados. Portanto, eu penso que recebeu essa informação da avaliação dos proprietários privados. E o que está no Plano de Pormenor, que está aprovado em reunião de Câmara por unanimidade, são os cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados. E há todas as garantias que isto é um processo pacífico, ajustado àquilo que é a realidade do município e da necessidade do município. Ninguém vai passar por ninguém, continuo a dizer, o presidente da Câmara não tem poderes para isto, é o órgão.-

-----Muito rápido também em relação à intervenção do senhor deputado Adélio Miranda. Ó senhor deputado, eu posso ser o inquirido e os senhores os inquiridores, mas eu também tenho o direito a inquirir-vos. Eu sei que pode às vezes não ser agradável as respostas que eu dou por tocar nas feridas, mas a resposta e a democracia é isto, se me interpelam eu tenho que responder naturalmente com aquilo que eu acho que é a resposta que devo dar, até por respeito que toda a Assembleia me merece dessa matéria.-----

-----Em relação ao Bloco de Esquerda. Senhor deputado, eu não disse que o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor cometeu um erro do orçamento, não foi isso o que eu disse. O que eu disse é que o que estava lá é o início dos procedimentos e os procedimentos são vastos, mas não disse que cometeu um erro.-----

-----Entretanto, disse aqui que eu disse que o hospital ia começar em construção por uma informação da ARS. Eu nunca disse isso, desculpe lá. Aquilo que eu disse foi que a ARS validou junto da tutela a necessidade do hospital de Barcelos e que tínhamos um problema de projeto que estava a ser ultrapassado, porque havia um litígio entre a ARS e o projetista, que é um litígio que a ARS, penso, que à data já o ultrapassou, àquilo que eu sei. Nunca disse que ia começar a construção. Portanto, queria que ficasse isto bem explícito.-----

-----E volto a dizer, o senhor diz aqui que eu é que vou negociar. Eu quero-lhe dizer que a lei é clara, o presidente da Câmara é que representa em juízo e fora dele a Câmara Municipal de Barcelos, cumprindo aquilo que depois são as normas das competências próprias que o presidente da Câmara tem ou competências delegadas, e naturalmente aquilo que tem que ir ao órgão e aquilo que é a vinda à Assembleia.-----

-----Se querem uma garantia de que o hospital vai ser construído, não tenho garantia nenhuma. Portanto, ninguém me disse “olhe, compre lá os terrenos que nós vamos fazer isto”. Aquilo que está a ser feito é na tentativa de facto porque há um compromisso e vocês disseram aqui que a senhora ministra disse que não era uma prioridade há três anos atrás. Até por força da pandemia não sei se não é uma prioridade neste momento. Aliás, está visto que o Governo tem uma política de aposta clara na saúde e no Serviço Nacional de Saúde. Portanto, esta é uma boa oportunidade para de facto cumprir aquilo que está num acordo estabelecido e cujo primeiro-ministro, em dois mil e dezassete, aqui em Barcelos, disse público que se comprometia que o hospital entrasse pelo menos no Portugal Vinte Trinta. Portanto, são estas as palavras do



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro-ministro. É evidente que se eu não conseguir agora e ele for embora por alguma razão e disser “eu não posso cumprir porque fui-me embora”, isso são as regras da vida.-----

-----Portanto, quero que fique claro que tenho a expectativa que com esta pressão dos terrenos e deste investimento que a tutela irá ceder, a ARS concorda com o hospital, está a validar o projeto, e nós não podemos é baixar os braços. Eu não vou desistir como o Partido Comunista. Desista-se, acabou, não vale a pena, andamos a falar... Senhor deputado, desculpe, respeite, eu estive calado enquanto o senhor esteve ali... Portanto, o Partido Comunista baixa os braços nesta matéria, é a minha opinião, eu não quero baixar, o PSD não quer baixar, o CDS não quer baixar. Portanto, senhor presidente, é isto o que eu tinha a dizer.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Antes de passarmos à votação, eu queria, de uma vez por todas, até porque isto começa a tornar-se um pouco redundante nesta Assembleia Municipal, que é haver uma consciência clara das competências desta Assembleia Municipal. E temos que ver isto com serenidade e com a tolerância democrática da discussão e da crítica. E à mesa compete aplicar a lei e o regimento. E aos senhores deputados que não concordem com a mesa compete pôr em causa as deliberações da mesa e se necessário levar o plenário a deliberar.-----

-----O que está aqui em causa nesta proposta, e considerando o que diz o artigo vinte e cinco da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, que diz “*Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (entre outras coisas):* Alínea i) – *Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a mil vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições*



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gerais...”, é bom que percebam, que esta Assembleia Municipal só delibera sob proposta objetiva e concreta que lhe chegue. E a proposta objetiva e concreta que hoje temos aqui é de autorização clara para a aquisição de um bem imóvel com uma área determinada, que são cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados, que está identificado na proposta e nos relatórios de avaliação, destinado à implantação/construção do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades, por um valor máximo de quatro milhões de euros. É isto o que está em discussão. Não estamos hoje aqui a discutir condições, é só esta autorização.-----

-----E é preciso que percebamos todos que relativamente a quaisquer condições deste contrato que caibam na exclusiva competência do executivo municipal é o executivo municipal que as tem que deliberar. Naquilo que depender da deliberação desta Assembleia Municipal é esta Assembleia Municipal que será soberana no sentido de deliberar sobre elas. É bom que não haja dúvidas sobre isto, de que a mesa interpreta fielmente o que está na lei e o regimento e esta proposta nestes termos e todos nós a interpretamos da mesma maneira. Porque se algum senhor deputado achar que não está esclarecido sobre o sentido e o âmbito da votação é bom que o faça antes da votação, que é para isso que serve a discussão. É bom que isto esteja tudo esclarecido.-----

-----E volto a dizer aquilo que disse há pouco, isto não é para conforto da mesa, mas é para conforto de todos os senhores deputados, que a mesa tem o mesmo direito que os senhores deputados, ou seja, um voto de cada um de nós. Portanto, é bom que isto esteja perfeitamente esclarecido e com serenidade e perfeita consciência do que estamos a votar todos nós possamos exercer o nosso mandato como deputados municipais. Esclarecido isto, penso que não há dúvidas nenhuma.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Alguma senhora deputada ou algum senhor deputado que queira interpelar a mesa nalgum sentido?-----

-----Esclarecido isto, significa que a mesa foi esclarecedora, estamos esclarecidos e vamos à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra a proposta de autorização que referi fazem o favor de se levantar.-----

----- (Um do PCP)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Dois do BE)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com um voto contra, duas abstenções e com a aprovação dos demais senhores deputados.-----

-----Senhores deputados, há alguma declaração de voto?-----

----- Senhor deputado Mário Figueiredo, tem a palavra.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia.-----

-----Esta declaração de voto foi muito motivada pelas declarações e pelas afirmações do presidente da Câmara em relação àquilo que é as opções do Partido Comunista.-----

-----Eu disse precisamente na minha intervenção anterior que a recusa do Partido Comunista não significa a abdicação da luta necessária que é preciso travar na defesa do Serviço Nacional de Saúde. Que significa sim colocar a discussão deste problema neste patamar de desconfiança, do jogo do gato e do rato, e não de compromisso e de cooperação.-----

-----Dizer que, ao contrário do que o senhor presidente da Câmara disse, eu não aceito a referência que fez ao Partido Comunista e não aceito porque não se trata de uma opinião política, mas sim de uma mentira e de uma abordagem da posição do Partido Comunista de má-fé por parte do senhor presidente da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara.-----

-----E dizer que o que seria importante o senhor presidente da Câmara esclarecer é que este assunto tem uma urgência de doze anos, ou mais, mas onze anos durante o seu mandato. E o senhor presidente da Câmara teria é que responder e esclarecer isto. Andou durante onze anos a dizer que não adquiria o terreno, precisamente quando está a acabar o seu mandato decide a aquisição dos terrenos. O que é que mudou? O que é que fez mudar a sua opção? Isso é que tem que explicar. Porque senão eu terei que lhe dizer também a si que o senhor presidente da Câmara andou onze anos de braços baixados. Porque se você considera que a recusa do Partido Comunista de adquirir o terreno é recusar lutar, também terá que assumir que durante onze anos abdicou de lutar pelo novo hospital, porque não quis adquirir os terrenos. E se calhar foi essa falta de estratégia, este sacudir de responsabilidades, o Partido Socialista que é o grande responsável, que nos está a conduzir ou que nos conduziu.-----

-----Portanto, não aceito porque não foi uma opinião política, não aceito aquilo que foi dito sobre o Partido Comunista, tentando encostar o Partido Comunista a uma parede em que é injusto colocá-lo, quando aquilo que é responsabilidade do Partido Socialista de não construção do novo hospital e entrando nesta situação de que ninguém tem culpa e todos têm razão e todos têm responsabilidades, isto não é assim. O senhor presidente da Câmara nunca teve uma estratégia delineada na defesa do novo hospital nem teria que a ter, porque isto deveria ser uma opção de boa-fé, uma opção de boa-fé que passa essencialmente pelas opções do Partido Socialista, porque foi Governo durante duas vezes e foi Câmara quase todo este tempo da necessidade da construção do novo hospital. Portanto, não me venha com essas acusações que eu não aceito isso. E não queira albergar essas acusações em opinião política, foi uma rasteira que o senhor tentou fazer ao Partido Comunista, que não merece isso



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo património de luta que tem na defesa do Serviço Nacional de Saúde. E corrija-se, se faz favor!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra, para declaração de voto, o senhor deputado José Paulo Matias, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a gente.-----

-----E queria dizer o seguinte:-----

-----No momento da discussão que antecedeu a votação do ponto seis da ordem do dia, sobre o pedido de autorização de aquisição do terreno para a construção do novo hospital até quatro milhões de euros, apresentámos um conjunto de dúvidas, que se dão aqui como integralmente reproduzidas, e sobre as quais gostaríamos de termos visto cabalmente esclarecidas.-----

-----Ora, não tendo sido possível dissipar todas as dúvidas suscitadas, e ainda porque não se vislumbra tanta urgência na dita aquisição, o BTF apresenta ao senhor presidente desta Assembleia Municipal, doutor Horácio Barra, um requerimento, como medida cautelar, e para salvaguarda futura, com o teor que se dá aqui como integralmente reproduzido e que cito em anexo:-----

-----“Requerimento.-----

-----Na sequência da declaração de voto e da intervenção do BTF no período da discussão e votação do ponto seis da ordem do dia, que se dão aqui como integralmente reproduzidas, e enquanto medida cautelar, e atendendo ao resultado da sua votação, o Grupo Municipal do BTF requer a Vossa Excelência que seja solicitado à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), bem como à CCDRN pareceres sobre as dúvidas suscitadas nos momentos acima referidos, pelo BTF neste ponto seis da ordem do dia, antes de o processo ser enviado para o pedido prévio de visto ao Tribunal de Contas, para também dessa forma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

garantir ao vendedor as expetativas que entretanto legitimamente criou”.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O senhor deputado afinal não fez uma declaração de voto, mas fez um requerimento à mesa.-----

-----Estes requerimentos são votados sem discussão pelo plenário e iria, em primeiro lugar, perguntar ao plenário sobre a admissão deste requerimento.-----

-----Os senhores deputados que estão contra a admissão deste requerimento fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

----- Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

----- Então a admissão deste requerimento está aprovada.-----

----- Passaremos agora à votação do requerimento!-----

----- Os senhores deputados que estão contra este requerimento fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

----- Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

----- Então este requerimento está aprovado por unanimidade e a mesa irá fazer execução daquilo que é requerido aqui, ficando esta questão formalmente, neste momento, ultrapassada.-----

----- Damos por findo a discussão deste ponto e passaríamos agora ao ponto sete.-----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Então daria a palavra ao senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez, senhor presidente, muito obrigado e cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes e os que ainda nos ouvem e veem.-----

-----De uma forma muito sintética algumas questões sobre esta informação escrita.-----

-----Na página quatro, fala no programa PART e tem aí descrito que a decisão da aplicação dessa verba do programa PART foi para a gratuidade do transporte escolar em cinquenta por cento dos alunos do secundário, durante o ano dois mil e vinte e um. Queria apresentar, em nome do Bloco de Esquerda, uma discordância com esta situação, não pela razão em si, mas porque consideramos que esta é uma competência do poder central do Ministério da Educação. Porque a partir do momento em que se declarou os doze anos de escolaridade obrigatória, que abrange este ciclo, obviamente que as deslocações são obrigatórias. E, como tal, como acontece nos outros ciclos, isto terá que ser assumido pelo Ministério da Educação e assumido pelo Governo a despesa na totalidade e não terão que ser as autarquias a assumir estes valores. E este valor do PART, que tem uma importância muito grande, está aqui a ser esgotado em algo que poderia ser importante e fundamental para incentivar o transporte coletivo, a utilização de transportes coletivos por um conjunto variado de pessoas que utilizariam com certeza com muito mais regularidade se o valor a pagar fosse mais diminuto. Isto assim acontece nos grandes centros, assim acontece com mais evidência nas áreas metropolitanas onde a verba é superior, mas também acontece em muitas autarquias, aliás, até muitas vezes gerido a partir das CIM e de uma forma uniforme nos diferentes concelhos. Portanto, acho que não deverá ser aplicado nesta verba e deverá haver algum



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

protesto pela não assunção desta responsabilidade pela parte do Governo e nomeadamente pelo Ministério da Educação.-----

-----Na página dezanove, fala sobre um conjunto de questões relacionadas com o problema da pandemia atual que estamos a passar. É evidente que perante uma situação tal qual estava criada a meio do mês de janeiro era impossível manter, na perspetiva do Bloco de Esquerda, a situação que teimosamente foi criada, que foi sem dúvida alguma as escolas manterem-se em funcionamento. Esse facto foi um acontecimento que pecou por tardio, muito sinceramente. Aliás, não sou eu a dizê-lo, não tenho conhecimento para tal, mas os especialistas assim o afirmam com uma certa unanimidade.-----

-----Agora, também é certo que este ensino à distância infelizmente contribui para um aumento das assimetrias e das dificuldades já existentes, ou seja, quem padece deste facto são os alunos mais vulneráveis, são as famílias mais fragilizadas. Por uma questão muitas vezes de alguma dificuldade de acompanhamento das matérias, mas também muito pela falta de condições para acompanharem esse estudo a partir das suas casas. E é preciso ter isto em atenção e os municípios têm aqui um papel fundamental através da articulação que deve existir nomeadamente com as juntas de freguesia, não estou a dizer que ela não exista, mas ela deve ser permanente, sinalizar as pessoas que estão nestas dificuldades, as famílias que estão nestas dificuldades. E esta ação parece-nos fundamental e isto pode ser vertido depois em questões muito concretas e muito práticas.-----

-----Por exemplo, é falado na questão dos cabazes alimentares, diz inclusive que têm um valor de setenta e cinco euros numa verba total de vinte e cinco mil. Eu pergunto: com que frequência é que poderão ser distribuídos estes cabazes? São semanais? São mensais? Têm uma periodicidade estabelecida? Porque não pensar, por exemplo, num regime de refeições *take-away* a partir



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de escolas poderem servir ou num ponto de encontro qualquer servir as famílias mais fragilizadas e com mais dificuldades? Que são aquelas que se vão criando cada vez mais infelizmente em maior número, sinalizadas como tal deverão ser não só as do escalão A ou B, como sabem muitas vezes não têm uma cobertura assim tão grande quanto isso, e há famílias que, atendendo a esta mesma situação pandémica, entram numa franja de pobreza que não estão sinalizadas como tal oficialmente. Portanto, esta atenção parece-me de todo importante que se faça.-----

-----Assim como, por exemplo, a questão que já foi falada aqui anteriormente da habitação. Nós dizemos assim às pessoas: “Fiquem em casa”. E todos nós cumprimos de uma forma mais ou menos rigorosa, conforme os casos, ficamos em casa, mas é quando as casas têm condições para ficar. Muitas famílias não têm condições para estar em casa e estas situações têm que ser vistas atempadamente e com um certo cuidado por parte das autarquias.-----

-----Ainda nesta sequência, a entrega dos computadores. Nós sabemos, porque é público, foram feitos dois contratos, um a quatro de maio do ano passado naturalmente com a entrega de duzentos portáteis no valor global de cinquenta e quatro mil euros, e agora, em vinte e um de janeiro, um outro contrato de seiscentos computadores para a educação, sendo que trinta para os serviços municipais, no valor total de duzentos e setenta e seis mil euros. O que eu pergunto é: qual é o ponto de situação da distribuição destes computadores quanto àqueles que são destinados para os alunos? De que forma é que está a ser feita? Qual é o ritmo? Quais são as dificuldades que têm sido encontradas nesta mesma distribuição, porque ela ao momento é obrigatória, é necessária mesmo?-----

-----E ainda sobre estas questões e também relacionado com o mesmo facto, qual é a cobertura que nós temos atualmente da rede digital, pode ser cinco G



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou outra, conforme os casos, a nível do nosso concelho? Temos alguma dificuldade dessa cobertura em várias freguesias? Creio que sim. O que é que está a ser feito nesse sentido? Que tipo de acordo é que existe com os operadores? Qual é no fundo a pressão que está a ser feita junto da ANACOM para se conseguir melhores condições para o teletrabalho?-----

-----Para terminar mesmo, duas questões muito concretas e dizem respeito ao mesmo enquanto efeito:-----

-----Temos assistido no nosso concelho a boicotes eleitorais com alguma frequência, um deles tem sido já algumas vezes na freguesia de Perelhal sobre a questão da linha de muito alta tensão, gostava de saber qual é o ponto de situação.-----

-----E um outro agora recente na freguesia de Cambeses a propósito da impossibilidade que existe da ligação à rede de saneamento. Qual é o ponto de situação? O que é que está a ser feito para minorar este efeito e esta situação muito prática e muito objetiva?-----

-----E, por fim, qual é a regulamentação que existe para a utilização das esplanadas no nosso concelho, na nossa cidade, basicamente? Porque, como sabe, em alguns casos é um nítido abuso da utilização do espaço público e do passeio público que eu acho que é de todo importante corrigir.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Dou agora a palavra ao senhor deputado José Padrão, por parte do PSD. Faz favor.-----

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Boa noite a todos, mais uma vez.-----

-----Serei muito rápido e só venho aqui porque este assunto é mesmo muito importante.-----

-----Nunca vi um serviço da EDP tão mau como se verifica agora nem a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pandemia pode servir como desculpa, pois os serviços da EDP continuam a ser pagos e bem pagos, apesar da atual crise a EDP continua a aumentar o valor dos serviços, pagamos mais e temos um serviço cada vez pior.-----

-----Demoram o dobro do tempo a substituir lâmpadas queimadas, peças dos candeeiros danificadas, temos sucessivos cortes no abastecimento de energia nas nossas casas e empresas, acarretando elevados custos às empresas e famílias, embaraços e danos em equipamentos domésticos que nunca assumem.-----

-----Dou um exemplo da minha freguesia: temos um poste de distribuição da EDP que desde setembro de dois mil e vinte já incendiou quatro vezes. Reportámos a avaria, que demora sempre algumas horas a reparar, implicando que nesse período as empresas não possam trabalhar, mas pior é que passado algum tempo voltámos a ter o mesmo problema, isto não pode acontecer.-----

-----Este é um problema que certamente afeta outras freguesias, não é só a minha.-----

-----Peço ao senhor presidente da Câmara que tome a dianteira deste assunto e em conjunto façamos um reporte a quem de direito e exigir que os serviços da EDP sejam mais competentes e céleres nas respostas aos problemas dos barcelenses.-----

-----Tenho dito.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Tem agora a palavra a senhora deputada Susana Araújo, do PSD. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo – Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Caro Senhor Presidente da Câmara, Caros e Caras Vereadores, Membros desta Assembleia,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cidadãos e Cidadãs que nos acompanham via *online*, muito bom dia.-----

-----“Vai atrás das funcionárias quando vão à casa de banho”, “não permite que funcionárias falem com pessoas de outros departamentos”, “ameaça com despedimentos”, “controla os almoços entre colegas”, “chama de lerda” e um sem número de outras situações que não valem a pena aqui serem parafraseadas.-----

-----Isto podiam ser exemplos de comportamentos abusivos retirados de diversos contextos... infelizmente sabemos que em Portugal o assédio moral continua a estar muito presente e que é na maioria das vezes abafado pelo medo. Mas neste caso são comportamentos que acompanham o dia-a-dia de muitas trabalhadoras naquele que deveria ser um local exemplar no que concerne ao respeito pelos direitos dos trabalhadores: o Gabinete de Coesão Social e de Saúde Pública na Câmara de Barcelos.-----

-----Estamos a falar de um gabinete que lida diariamente com os públicos mais vulneráveis do nosso concelho. Por isso mesmo, seria de esperar que quem o integra, mas mais ainda quem o coordena, tivesse um perfil pessoal caracterizado pela empatia, sensibilidade interpessoal, inteligência emocional, mas, mais importante do que tudo, humanidade. Mas, para surpresa de quem está de fora (e pelos vistos zero novidade para quem está de dentro), é neste momento o gabinete que faz capa de jornal por ter uma chefia que desconhece, por certo, o que é exigível a quem gere equipas e a quem trabalha nesta área em específico.-----

-----Se em tempos normais isto já nos parece um caso de enorme relevância, que deveria movimentar de imediato a atenção da senhora vereadora Armandina Saleiro e do senhor presidente da Câmara, neste contexto de pandemia torna-se ainda mais fulcral, visto que as fragilidades sociais estão mais à tona e onde por isso quem trabalha neste gabinete precisa de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabilidade psicológica para conseguir dar resposta a um aumento (cremos nós) considerável de processos.-----

-----É sabido que profissionais em áreas sociais estão ainda mais suscetíveis a *burnout*, por isso, além de ser para nós impensável sujeitar estes profissionais a um ambiente tóxico, o dever da Câmara passaria por ter um plano que prevenisse situações deste cariz.-----

-----A turbulência que é relatada por órgãos de comunicação social local, mas que também já nos foi exposta em *off the record*, paralisa o trabalho social que o município deve prestar às famílias e cidadãos deste concelho.-----

-----Não é possível termos equipas motivadas, eficazes e com capacidade de dar resposta às necessidades dos munícipes se vivem um autêntico inferno no seu local de trabalho.-----

-----Neste momento o foco da Câmara e deste gabinete deve ser elaborar uma estratégia concertada para identificar famílias vulneráveis.-----

-----Não fazemos capa porque somos o melhor concelho a apoiar os cidadãos nesta fase difícil, fazemos capa porque temos uma senhora que assedia moralmente uma equipa e que continua impávida e serena a ir para o seu local de trabalho sem qualquer consequência até ao momento conhecida.-----

-----Esta conduta ilícita é do conhecimento desde há vários anos pela nossa vereadora e, mesmo que não fosse, era exigível que se estivesse mais atento ao que se passa “dentro do convento”.-----

-----Passaram mais de quatro meses. Aquelas funcionárias continuam pelos vistos a ser assediadas moralmente, o que pode obviamente levar aqui a um adoecimento físico e/ou mental.-----

-----Num município que em dois mil e vinte ganhou o Prémio “Viver em Igualdade”, não deixa de ser irónico que se venha a ter conhecimento que há funcionárias que não conseguem um tratamento digno e isento de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discriminação no seu local de trabalho.-----

-----Para terminar, segundo o artigo setenta e um da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, é dever do empregador público: *“Adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho e instaurar procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho”*.-----

-----Assim sendo, o Grupo Municipal do PSD gostaria de saber junto do senhor presidente da Câmara ou da senhora vereadora que ações diligenciou neste sentido, nomeadamente: o que foi feito quando várias técnicas saíram do gabinete por incompatibilidade com a coordenadora? Foram auscultadas algumas das doze pessoas que apresentaram queixa? Qual o ponto de situação deste processo criminal? Por que razão estas funcionárias poderão ainda estar expostas a comportamentos abusivos?-----

-----Para terminar, não podemos deixar de mostrar a gratidão a quem serve o nosso município numa área tão essencial e, por isso, urge acautelar que essas pessoas tenham um ambiente saudável e estável para poder desempenhar da melhor forma o seu trabalho.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro, do CDS. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Senhor presidente, prometo que vou ser breve. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.-----

-----Só iria fazer uma ou duas perguntas ao senhor presidente acerca da atividade municipal relacionado com o que ele disse ainda há pouco, enquadrando só relativamente àquela questão dos vinte milhões de euros, ou cerca de vinte e dois milhões de euros do, chamemos-lhe, lucro que a Câmara



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal dá ao fim de alguns anos. O senhor presidente referiu que era do seu grande interesse e um dos seus principais objetivos deixar esta Câmara sem dívidas no final do mandato, exceto a dívida relativamente à empresa de Águas de Barcelos. E eu aí gostaria de lhe lembrar, senhor presidente, quando recebeu o mandato em dois mil e nove a Águas de Barcelos exigia desta Câmara o reequilíbrio financeiro de cerca de vinte e cinco milhões de euros. Desde aí até cá, salvo o erro, o senhor presidente da Câmara, como diz e muito bem, é quem governa esta Câmara e governa esta Câmara tudo o que recebeu nos anteriores mandatos, inclusive as questões relacionadas com a água. Ora, relativamente a essa questão relacionada com a água, passou de vinte e cinco milhões de euros e é aqui que eu faço as perguntas: enquanto é que vai? Mas, salvo erro, sei que nestes números, a arredondar, são muitos milhões de euros. Poderei estar a cometer um erro mas, salvo erro, isso já andarà muito para cima dos duzentos milhões de euros. Ora, de vinte e cinco milhões de euros para duzentos milhões de euros são cento e setenta e cinco milhões de euros. E esses cento e setenta e cinco milhões de euros é responsabilidade de quem? Era uma das perguntas que queria saber.-----

-----E já que estamos a fazer perguntas sobre isso, gostaria de saber, relativamente à questão das notícias que têm aparecido nos jornais, como é que está o caso da água? Como é que vai ficar? E já agora se ela vai mudar, o que é que está a ser feito e se vai resolver isso até ao final do seu mandato.-----

-----Tenho dito.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminaram aqui as intervenções, ia perguntar ao senhor presidente da Câmara se pretende usar da palavra para responder às questões.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito rapidamente, porque a hora já vai longa.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado José Maria Cardoso, tem razão naquilo que diz, que é o Estado que deve pagar de facto os transportes, mas o Estado não cumpriu. A ideia é um bocado que o PART e o PROTransP vieram até certo modo compensar de facto os municípios em relação àquilo que é o custo do transporte escolar.-----

-----Pode estar sossegado em relação ao apoio às famílias, aos jovens que precisam, porque a Câmara tem a atribuição de cabazes de quinze em quinze dias às famílias, os próprios jovens cuja família está a trabalhar e precisam de apoio a própria escola está aberta a dar esse tipo de apoio e fazem as refeições. O serviço *take-away*, chegou-se a pensar nisto, não é possível atendendo à dimensão do próprio concelho e aquilo que estamos a fazer é articular não só com os parceiros em termos locais, mas com as juntas de freguesia, de forma a que não haja dificuldade nesta fase.-----

-----A questão dos computadores, nós adquirimos seiscentos computadores, está a decorrer agora o fornecimento, digamos assim, e espaços *internet*. Entendemos na altura que quem deveria fazer a gestão era a escola, os agrupamentos dentro da escola é que vão identificar aquilo que são as necessidades dos alunos, naturalmente para além já dos sistemas que temos.----

-----Esplanadas. Tem razão, de facto começa a haver excessos aqui, a fiscalização está a começar a atuar, eu pedi para fazer um levantamento do que é que está legal e ilegal. Os cidadãos às vezes já acham que podem fazer coisas no espaço público que não podem. Isto é um processo que está em andamento...-----

-----Boicotes eleitorais – Linha de Muito Alta Tensão. Como sabe, está o processo praticamente concluído, o secretário de Estado fez o que fez e pôs a GNR, de acordo com aquilo que ameaçou naquela altura. Portanto, aqui nada



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podemos fazer porque o Estado tem a primazia do licenciamento e da construção da linha de muito alta tensão.-----

-----A questão de Cambeses é uma questão diferente, tem a ver com saneamento. A Câmara não pode intervir porque o saneamento está sob a alçada da concessão privada e estar a fazer o saneamento estamos a afetar recursos públicos. Não é só Cambeses que tem este problema, há vários problemas destes no município, se nós fizermos ou a junta fizer esta intervenção temos que entregar gratuitamente à concessão. Como estamos com este litígio não faz sentido estarmos a investir dinheiros públicos enquanto isto não for ultrapassado.-----

-----Senhor presidente José Padrão, tem razão, a EDP não está a corresponder àquilo que se esperava, já há várias reclamações que eu próprio fiz verbalmente, atendendo àquilo que são as informações que os senhores presidentes de junta me têm vindo a transmitir, há o compromisso da EDP de resolver isto o mais rápido possível, vamos esperar que sim, mas registei e vou novamente fazer a pressão.-----

-----Senhora deputada Susana Araújo, eu sinceramente não lhe devia responder, não é por falta de respeito, não lhe devia responder porque na informação escrita do presidente da Câmara não está o caso que a senhora levantou. De qualquer forma, há uma coisa que eu lhe ia pedir, não se deixe levar por jornais. E a senhora fez hoje aqui um julgamento de acusação público muito complicado. É que a senhora faz afirmações e conhece pelos jornais. Há um processo que está a decorrer, há um processo no Ministério Público que está a decorrer. Quando recebi as queixas dos trabalhadores fiz aquilo que a lei me determina: procedimento disciplinar, nomeação do instrutor do processo e participação ao Ministério Público. O que os jornais dizem a mim não me interessa, porque as pessoas têm direito à sua defesa. Aquilo que está a ser



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito está a decorrer, está em fase de audição do contraditório, da defesa da trabalhadora que está a ser acusada, já foi feito todo o outro processo, e isto é preciso serenidade para resolver as coisas. Deixem a lei correr, os prazos estão a ser feitos de acordo com a lei. E fazer uma acusação pública aqui, de apontar o dedo sem se saber o resultado depois de ouvidas todas as testemunhas intervenientes, não contem comigo para dar para esse peditório. A Câmara Municipal e o presidente da Câmara, que é a ele que lhe compete, cumprirá a instrução do processo até ao fim, cumprindo em rigor aquilo que a lei determina. E é preciso dizer isto, porque é muito importante: o processo também está no Ministério Público. Achei bastante grave aquilo que disse aqui porque julga, aponta, condena, e não pode ser, as pessoas têm direito a defender-se.-----

-----Senhor deputado Filipe Pinheiro, muito rapidamente. O senhor falou aqui num reequilíbrio de vinte e cinco milhões, mas esqueceu-se dos dez anos mais de concessão e esqueceu-se dos trinta e oito por cento de aumento da água aos barcelenses, isto faz uma diferença. Hoje a água já devia estar pelo menos nos sessenta e cinco por cento a mais, contando com estes trinta e oito que está naquele acordo inicial.-----

-----As notícias nos jornais, até porque o senhor tem naturalmente outra oportunidade através do senhor vereador, também não dê muitas importâncias às notícias dos jornais. O processo da água está no percurso todo que foi feito e neste momento está há quase dois anos parado pelo diferendo que existe entre acionistas. A Câmara não tem nada a ver com este diferendo e aquilo que tenho vindo a transmitir aos senhores vereadores é precisamente isso. Há um diferendo entre acionistas da qual a Câmara não tem qualquer responsabilidade, da parte da Câmara está tudo fechado, mas os acionistas têm esse litígio. Agravou naturalmente a situação porque o parceiro acionista,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

embora seja o mesmo, o rosto dos donos já não é o mesmo e isto criou aqui algumas dificuldades entre eles. De qualquer forma, não é por falta de pressão, não é por falta de reuniões que o acordo não se faça. Eu espero, quero ter a convicção que antes do final do mandato este processo estará ultrapassado, pelo menos com o visto do Tribunal de Contas. É para isso que eu vou trabalhar no sentido de se resolver. Mas quero que fique claro que a Câmara Municipal ou o presidente da Câmara não tem culpa absolutamente nenhuma, isto é perfeitamente demonstrável, da paragem do processo neste momento.-----

-----Houve também uma situação que já foi ultrapassada, para esta operação ser feita a banca ou os parceiros que financiaram a operação têm que dar parecer favorável. Dos dois parceiros que têm em sindicato, o Bankia, que é um banco espanhol que está sob a alçada da Caixa de Madrid, e o Millennium BCP, o Millennium BCP foi favorável, o Bankia não foi favorável porque está com uma intervenção neste momento do Governo espanhol, e eles são obrigados, como sindicato, a aceitar a cem por cento. Como o Bankia não aceitou e o Millennium aceitou, o parceiro, não tem nada a ver connosco, avançou com outro processo de substituição do credor que, ao que eu sei, teve sucesso e esta semana ou na próxima iriam encerrar o contrato. Portanto, o problema da banca já não se põe também porque à partida, por aquilo que eles me informaram, é responsabilidade deles. Eu quero que fique bem claro que o que é responsabilidade da Câmara está tudo direitinho, agora é só esperar de facto que os próprios acionistas se entendam. Agora, até vi ontem nos jornais que a ACS, que é dona do fundo, vai ser também vendida, enfim, são coisas que nós não controlamos. De qualquer forma, da nossa parte eu continuo a falar com as pessoas e continuo sempre disponível para a ajudar mesmo não sendo responsabilidade da Câmara nesta matéria.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Terminamos então a agenda de trabalhos, antes de terminar a sessão, até porque, como é óbvio, é necessário dar execução às deliberações tomadas, iria propor, como habitualmente, nos termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que fosse aprovada por minuta a ata, ou seja, com o teor das deliberações e com o respetivo resultado da votação de cada uma das propostas.-----

-----Eu iria perguntar aos senhores deputados:-----

-----Quem vota contra esta proposta da mesa?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada então por unanimidade.-----

-----Mais uma vez a mesa agradece a vossa confiança.-----

-----Desejo um bom regresso a casa e dou por encerrada esta sessão.-----

-----A sessão terminou às catorze horas e trinta e um minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e um.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Horácio Barra)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Apensa-se a esta ata a moção do BE intitulada “*Pela reposição das freguesias*”, constituída por três páginas, cuja referência é feita nas páginas quinze, dezasseis, dezassete e dezoito e a votação encontra-se inserta na página quarenta.-----



ÍNDICE

Ata nº 1 de 13 de fevereiro de 2021

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Período de antes da ordem do dia
05	Inclusão de 1 ponto na ordem do dia (6)
06	Voto de Pesar pelo falecimento de José Luiz Sousa Ribeiro da Quinta
40	Período de intervenção do público
53	Período da ordem do dia
53	Aprovação da ata da sessão de 19 de dezembro de 2020 (1º Ponto)
53	Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de 2021 (2º Ponto)
70	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia (3º Ponto)
70	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Barcelos para as Juntas de Freguesia (4º Ponto)
100	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de duas parcelas de terreno, uma com a área de 400,00 m ² e outra com a área de 125,00 m ² , sitas na freguesia de Abade de Neiva (5º Ponto)
101	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a aquisição do bem imóvel com a área de 155.850,00 m ² destinado à implantação/construção do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades, por um valor não superior a 4.000.000,00 € (6º Ponto)
129	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município (7º Ponto)
143	Aprovação da ata em minuta